



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, pelas nove horas, com recurso à videoconferência, seguindo as determinações do Governo, na sequência da Declaração de Estado de Emergência. Esta medida surge em função do surto da “COVID-19”, prevista no n.º 3 do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DE ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2020; -----

PONTO 4 – CONCESSÃO DE APOIOS FINANCEIROS, MATERIAIS E LOGÍSTICOS ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS/NEGÓCIOS AFETADOS, NO CONCELHO DE CHAVES, PELA PANDEMIA DO COVID-19. PROPOSTA N.º 18/GAP/20; -----

PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2019. INFORMAÇÃO Nº09/DGF/2020; -----

PONTO 6 – 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO, NOS TERMOS DO POCAL) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2020. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DGF/2020; -----

PONTO 7 - APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR; ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO AMBAS NA ATUAL REDAÇÃO; LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. PROPOSTA Nº 24/GAP/2020; -----

PONTO 8 – REGULAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E DO PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 25/GAP/2020; -----

PONTO 9 – ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO. PROPOSTA Nº 26/GAP/2020; -----

PONTO 10 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 28/GAP/2020; -----

PONTO 11 - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2020/APROVAÇÃO DE MINUTA. PROPOSTA Nº 21/GAP/2020; -----

PONTO 12 - ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DUMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A GESTÃO DA EFICIÊNCIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

HÍDRICA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE CHAVES – ZONA ABASTECIDA EM ALTA. INFORMAÇÃO Nº106/DAR/2020; -----

PONTO 13 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP DOS MUNICÍPIOS DE CHAVES, VILA POUCA DE AGUIAR, BOTICAS, RIBEIRA DE PENA, MONTALEGRE, VALPAÇOS E AMAT. APROVAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2020; -----

PONTO 14 - CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS, COM CARÁCTER NÃO SEDENTÁRIO, COM ÁREA DE ESPLANADA, E COM SERVIÇO DE ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO, NA CIDADE DE CHAVES, JUNTO À ALAMEDA DO TABULADO (CALDAS), FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CHAVES. PROPOSTA N.º 20/GAP/2020; -----

PONTO 15 - ANÁLISE DO 3º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “SOLAR THERMAL INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO PIM – REQUERENTE: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. – MORADA: EDIF. PRAÇA DO BRASIL, LJ. 4 E 11, 5400-123 CHAVES - INFORMAÇÃO Nº018/DSC/2020, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 06.02.2020; -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE SINAL DE SENTIDO ÚNICO NA ENTRADA NORTE DO LARGO DA EIRA E UM SINAL DE SENTIDO PROIBIDO NO LADO SUL – PROCESSO N.º 92/20 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 31.03.2020; -----

PONTO 17 - COLOCAÇÃO/REFORÇO DE SINALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 174/19 – ENTRONCAMENTO DA EM 311 COM A EM 547, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 27.03.2020. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal, estiveram presentes, nesta sessão, os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Luís Manuel Areias Fontes, Fernando Luís Lopes Moreira, Nuno André Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias Fontes, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa Portugal Ferreira Silva Babo, José Francisco de Resende Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e Luís Mário Alves Carneiro. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada e Anabela Maria Neves Martins. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha e Maria José Gomes Teles Grilo.
Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----
Presidentes de Junta de Freguesia: Anelhe, Arlindo Santos Costa; Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro; Calvão e Soutelinho da Raia, António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira, Lígia Maria Chaves Silva; Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, Fernando Alberto Barreira de Moura; Faiões, Octávio Rodrigues Bastos; Lama de Arcos, João Ramos Duro; Loivos e Póvoa de Agrações, Cecília Maria Silva A. Alves; Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Mairos, Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras, António José Lopes; Nogueira da Montanha, António Lopes; Outeiro Seco, Carlos Alberto Batista Xavier; Paradela de Monforte, Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela), Luís Saraiva Garcia; Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, José António de Oliveira Carreira; Santa Leocádia, João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santa Maria Maior, Hugo Manuel Alves da Silva; Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; Santo Estêvão, Maria José Sena Barros; São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos; Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Tronco, Eduardo dos Santos Carneiro; Vale de Anta, Jorge José Pereira de Carvalho; Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia, Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis, em substituição do Presidente de Junta da Freguesia; Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário); Vilela do Tâmega, Ramiro Figueiredo dos Santos. -----
Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: Júlio Eliseu Anjos Alves, do PS; Francisco José Gonçalves Oliveira, do PSD; Cláudia Patrícia Quitério Bento, do PSD; José Ferreira de Moura, do PSD; Paula Maria Morais Esteves, da CDU; Raúl Miguel Matos Cunha, da CDU; Presidente de Junta de Freguesia de Vilela Seca, Maria Natália Guerra. -----
Faltaram a esta sessão os seguintes membros da Assembleia, Municipal: Carlos Alberto Soares Alves, do PS; Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias, Rogério Amaro Alves de Oliveira; Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo, Ilídio Jorge Chaves Correia; Presidente de Junta da Freguesia de Oura, António Eusébio Vieira Cardoso; Presidente de Junta da Freguesia de Vilas Boas, Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento do expediente entrado no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, até esta data. -----

Ainda neste período, fizeram intervenções os seguintes membros da Assembleia Municipal: -

Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD. -----

Começou por referir ser esta a primeira Assembleia Municipal reunida por videoconferência e cumprimentou, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, todas as entidades e pessoas presentes no ar, dando assim por cumprido o protocolo. -----

No seguimento da sua intervenção referiu: “Vivemos desde o início de março de 2020, um período extraordinário, conhecido como a pandemia covid-19, tempo de grande restrição à mobilidade e de limitação à liberdade individual, mas também uma grande oportunidade de aprendizagem individual e coletiva. Portugal cumpre uma quarentena de isolamento social com fecho da generalidade das atividades: escolas, serviços públicos, comércio, cafés, restaurantes, todos os locais de atividades culturais e religiosas. Abertos e a funcionar em pleno só o SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE e o fornecimento de bens essenciais. Numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

atitude de grande responsabilidade cívica os portugueses aceitaram e cumpriram o confinamento. As dificuldades sociais, mesmo para provisão das necessidades mais básicas, ficaram evidentes e emergiu uma onda de solidariedade nacional, nos vizinhos, nos bairros, nos agregados populacionais. -----

No território do nosso concelho importa investir nos equipamentos de proteção individual, na divulgação das normas de conduta social, nas atitudes e gestos que visam a proteção da saúde individual, de grupo e social. Importa preparar um PLANO SOCIAL DE EMERGÊNCIA, na área sanitária, na economia e no plano social. -----

O PSD Chaves, concordando com a posição pública do PSD Nacional que assumiu não ser oposição, mas colaboração com o governo na luta contra a pandemia, também concorda e colabora com o Executivo Municipal, nesta luta. Aprovamos as medidas tomadas pelo Executivo Municipal e vimos recomendar investimento na área de proteção individual para todos os colaboradores do Município. Dada a muito provável crise económica e social no período e após a pandemia, recomendamos a elaboração de plano de emergência social na área do Município. O Serviço Nacional de Saúde, no Alto Tâmega, reorganizou-se e está a dar resposta atempada e ajustada às necessidades. -----

Uma nota final para o desenrolar da epidemia que em Portugal tem evolução com curva de infetados e casos graves aplanada, como resposta ao comportamento exemplar dos Portugueses. Em Chaves e no Alto Tâmega o impacto foi mínimo e controlado. Podemos dizer com propriedade que OS PORTUGUESES SABEM FAZER COMO OS MELHORES.” -----

Ernesto Salgado Areias, pelo PS. -----

Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, o senhor Presidente da Câmara e toda a vereação, deputados municipais e todos os presentes nesta sessão real/virtual, onde todos estamos a trabalhar. Queria aqui, muito sumariamente tecer algumas considerações breves, para não prolongar muito esta Assembleia, dadas as condições em que nos encontramos. Deixar à ponderação da Câmara Municipal a possibilidade da prorrogação das comemorações do centenário de Nadir Afonso, que me parece que é um evento importante, durante o próximo ano. Se tal prorrogação vier a ser possível, penso que poderemos dar maior projeção ao MACNA, com maior número de visitantes e, conseqüentemente, menor será a carga que recai sobre o Município. Deixo esta proposta, como um sinal de alerta ao Executivo Municipal, sabendo-se que no próximo ano, certamente, a Câmara vai comemorar, também, o centenário da morte de António Granjo, que decorreu em outubro de 1921. E, também, sufragar a opinião do membro desta Assembleia Municipal Dr. Francisco Taveira porque, de facto, temos que estar preparados e ter todos os cuidados, de modo que esta pandemia seja o menos penalizadora, possível para o nosso Concelho”. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Após cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, apresentou em primeiro lugar uma palavra de condolências às famílias das vítimas desta pandemia, e em segundo lugar, uma palavra de solidariedade a todos aqueles que desde a limpeza urbana, à limpeza dos hospitais, aos enfermeiros, aos auxiliares de ação médica, aos médicos, que muito se empenharam em reduzir, de facto, esta pandemia. “Temos pela frente um processo complexo, e eu não estou tão convicto ou tão seguro, que a pandemia não vá chegar nas próximas semanas ao Alto Tâmega. Acho que pode acontecer, temos que estar preparados para isso. Quero fazer uma saudação ao Executivo que, em meu entender, respondeu bem àquilo que se espera de uma Autarquia, preocupando-se com a proteção dos seus munícipes e estando disponível para colaborar em todas as frentes. No entanto, queria deixar alguns alertas, que são os seguintes: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Para além de termos que nos defender desta pandemia, temos também que perceber que, provavelmente, o mais grave em termos de saúde, é a paralisação do Serviço Nacional de Saúde, situação a que temos assistido. E tal situação não pode continuar porque isso está a matar, está a adiar, está a fazer sofrer tantos ou mais Portugueses, do que aqueles que são atacados diretamente pelo Coronavírus. Por isso, é muito importante que comecem, de forma controlada, cuidada, a ser reativados os cuidados de saúde. É importante que o Governo, as Administrações Regionais de Saúde e os Conselhos de Administração percebam que os Hospitais têm que passar a funcionar durante mais tempo, inclusive aos sábados, de forma justamente remunerada para os profissionais, porque senão as consequências em saúde poderão ser graves. Foi o Serviço Nacional de Saúde, enfraquecido por todas as políticas dos últimos 20 anos, que aguentou o impacto desta pandemia. E que as duas décimas que poupámos do excedente orçamental, se têm sido investidas na Saúde, a resposta tinha sido ainda melhor. Se não reestruramos agora, a seguir vamos ter a medicina privada a recuperar todos os atrasos que esta pandemia veio agravar no Serviço Nacional de Saúde. -----
O segundo alerta, é que felizmente até agora tem sido possível grande convergência quanto ao modo de enfrentar a pandemia, nós somos um povo, e eu gosto pouco de diferenciar os povos, porque acho que todos têm qualidades. E o nosso, seguramente, tem demonstrado qualidades. Com solidariedade e também criatividade, temos conseguido encontrar múltiplas respostas. Mas a crise económica e social que se instala, vai fazer romper os consensos e as convergências que existem, e tendo em conta as opções que surgirão mais para a frente, ou fazemos opções, tendo em conta os valores de abril, de solidariedade, de defesa dos mais humildes, da defesa da produção nacional, da defesa dos direitos dos trabalhadores e de quem trabalha, ou as convergências que têm existido, vão começar a romper-se nos próximos tempos. Vamos ver o desemprego a disparar, quando os patrões não assegurarem condições de segurança no trabalho, quando tentarem responder à crise que vem aí sobrecarregando e penalizando sempre os trabalhadores. Finalmente, recordar que quando o Partido Comunista dizia que é preciso preservar a produção nacional; é preciso ter medicamentos, material de saúde e que o País seja autónomo, e possa produzir para sua capacidade, trata-se de uma questão de dignidade e, também, de independência nacional. É preciso que na agricultura possamos produzir para sustentar as necessidades alimentares nacionais. Este foi o nosso discurso, para riso e escárnio de quem dizia que toda a produção nacional devia ser para exportações. E agora vemos que nesta curva apertadíssima, ficaram a nu as fragilidades do modelo de desenvolvimento económico seguido. Portanto, o apelo que eu faço, é apoiarmos nos valores de abril, de solidariedade, de liberdade, pois não faltarão movimentos de controlo da nossa liberdade, desde telemóveis ou coisas parecidas. Devemos referir sempre e aqui uma palavra de apreço para o senhor Primeiro Ministro e para o senhor Presidente da República, que explicaram bem como é que há coisas que são inaceitáveis, mesmo no momento de pandemia”. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS. -----

Após cumprimentar o senhor Presidente Assembleia e secretários, senhor Presidente da Câmara e vereadores, senhores Presidentes de Junta e membros da Assembleia Municipal, fez a seguinte intervenção: “Em tempo de crise é, mais fácil lembrar-se a importância do papel do Estado na sociedade. Serão as medidas tomadas pelos Governos, aos diversos níveis, que permitirão a retoma da economia. Experiência parecida foi vista na sequência da grande crise de 1929. Se em tempos normais, o discurso neoliberal incita à adoção das teorias do Estado mínimo, no tempo que corre vê-se o quanto é necessário ter um estado forte e com recursos, não apenas para dar apoio às pessoas no âmbito individual, mas também, às próprias empresas que estão a passar por grandes dificuldades. Além de desencadear a pior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

crise económica mundial desde a grande depressão, a pandemia da COVID 19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo, como não se vê desde os anos 80. O maior incremento do Estado na economia pode ser de novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos. O encerramento do comércio, para tentar estancar a epidemia, está a sair mais caro para os que já vivem em situação precária. Os governos terão de aceitar um papel mais ativo na economia e, devem ver os serviços públicos como um investimento, não como um passivo e procurar maneiras de tornar o mercado de trabalho menos inseguro. A distribuição será novamente para agenda e destes momentos todos se viram para o Estado, na tentativa de reduzir o impacto da paralisação de grande parte das atividades económicas. Os Governos de todo mundo têm anunciado o aumento extraordinário dos gastos públicos. A questão é saber por quanto tempo essa participação no setor permanecerá. A crise de 2008, apesar de também ter levado os estados a intervir de forma importante na economia, não foi suficiente, para transformar o sistema naquela época. Tivemos uma crise financeira bancos caíram, mas a indústria e comércio continuaram. Hoje em dia parou tudo. Algumas pessoas não têm mais nada a não ser a sua própria mão-de-obra. Com a COVID-19, a sociedade precisará de mais assistência social e médica. O intervencionismo estatal é a única razão para a nossa sobrevivência. A economia tem um papel importante no desenvolvimento das sociedades, mas apenas o Estado e as suas instituições, podem garantir que a sociedade não colapse. Veja-se nos dias que correm, o papel fundamental do serviço nacional de saúde, a escola pública e todos os seus profissionais, a quem deixo um apreço e o meu muito obrigado pelo trabalho excelente que têm feito, incansável. A nível climático, a maior ameaça ao ser humano tem tendência a desaparecer, com a quebra da poluição gerada pela azáfama da produção. Em grande escala para o alargar do consumismo, com preocupações únicas de lucro, a qualquer preço, o quilómetro zero do capitalismo selvagem e ultraliberal e da globalização desenfreada, fazemos pensar se não será melhor outra via, que não a mão invisível do mercado especulador e ganancioso. As Assembleias Municipais, são órgãos do poder local e como tal, instituições do Estado, os membros da bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, ainda que a nível simbólico, abdicam do valor das senhas de presença a que têm direito, a favor do patronato de São José Vilar de Nantes e da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, em partes iguais. Convidamos as restantes bancadas aqui representadas a fazer o mesmo, se assim entenderem, e para outras entidades que assim, também, entendam”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento a esta Assembleia Municipal dos seguintes documentos, enviados pelo Grupo Municipal do CDS-PP, que irão ser colocados no CHAT, para conhecimento e consulta antecipada, por parte de todos os membros desta Assembleia Municipal. -----

Voto de Louvor: “Aos profissionais de saúde e trabalhadores essenciais”. -----

Colocado à votação para discussão, o mesmo foi admitido por unanimidade. -----

Voto de Pesar: “Pelos vítimas mortais do COVID-19”. -----

Colocado à votação para discussão, o mesmo foi admitido por unanimidade -----

Ainda neste período foram apresentadas, pelo Grupo Municipal do CDS-PP, as seguintes Recomendações: -----

“Medidas complementares para a área da Educação no âmbito do Covid - 19”. -----

“Medidas complementares para a área da Saúde no âmbito do Covid - 19”. -----

“Medidas complementares para as Empresas no âmbito do Covid - 19”. -----

Colocadas à votação, as mesmas foram admitidas por unanimidade, ficando a sua discussão agendada, conjuntamente com o Ponto nº4 da Ordem do Dia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Continuando no período de Antes da Ordem do Dia, segue-se a intervenção de **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, pelo **PSD**. -----

Começou por apresentar votos de saúde a todos os elementos desta Assembleia, bem como às suas famílias e vizinhos, na esperança de que como comunidade seremos capazes de ultrapassar, o momento difícil que vivemos. Cumprimentou os senhores Presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, vereadores, membros eleitos, Presidentes de Junta, público presente e funcionários municipais. Seguidamente fez a seguinte intervenção, que referiu ser uma posição política do grupo municipal do PSD, face ao contexto em que se desenvolve esta reunião por videoconferência: -----

“O Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, neste momento de especial complexidade coletiva afirmou que fazer críticas à forma como o Governo lida com a resposta à Pandemia COVID-19 “não é, neste momento, uma postura eticamente correta” e “não é, acima de tudo, uma posição patriótica”. O Grupo Municipal do PPD/PSD acompanha esta posição pública pois entende que a prioridade deve estar em eliminar o vírus o mais depressa possível, dispensando populismo ou instabilidade política que só “dificulta o que já, de si, não é fácil de resolver”. --- Foi neste sentido que o Grupo Municipal do PPD/PSD aderiu sem reservas ao agendamento desta Assembleia ainda no período do Estado de Emergência. Entendemos estar ao serviço dos flavienses para dotar a Autarquia e as Juntas de Freguesia dos mecanismos, autorizações e recursos tidos por urgentes ou necessários para enfrentar a pandemia e ajudar as populações mais fragilizadas ou desfavorecidas. -----

O atual contexto social (Estado de Emergência) e os constrangimentos de expressão e de vivacidade do debate resultantes da metodologia adaptada – videoconferência, ou outra que implicasse a redução do número de eleitos presentes em Assembleia, aconselhavam vivamente a que da Ordem de Trabalhos constassem apenas assuntos urgentes ao abrigo da resposta à Pandemia. -----

Não foi este o entendimento da Mesa e do Executivo Municipal, que entenderam trazer à aprovação temas relacionados com: -----

- a) Aprovação do modelo de estrutura orgânica do município; -----
- b) Regulamento das competências e do procedimento de recrutamento de dirigentes intermédios; -----
- c) Atribuição de despesas de representação e os pontos 12 a 17, onde consta discussão sobre sinais de trânsito, que certamente não são uma prioridade no atual contexto de emergência de saúde pública, económica e social. -----

Estes assuntos poderiam ser facilmente discutidos e votados em posterior Assembleia, onde as regras do Estado de Emergência não estivessem em vigor ou o simbolismo dos apelos do “Fiquem em Casa” sejam mais atenuados pelas condições de reabertura da economia. -----

Estamos desconfortáveis pois não consideramos estarem reunidas as melhores condições para debater e escrutinar, por exemplo, as implicações da alteração modelo de estrutura orgânica do Município e as suas repercussões ao nível dos custos, da adesão ao cumprimento das Grandes Opções do Plano e, obviamente, a dimensão da subjetividade ou a tentação de ajuste do modelo aos recursos humanos, na infeliz sina Portuguesa do “primeiro quem e depois o quê”. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Caros Membros Eleitos, senhores Presidentes de Junta, caros vizinhos: -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD entende ainda manifestar o seu desagrado pela forma como foram conduzidas as celebrações do nosso dia 25 de abril. É certo que o contexto obrigou a ajustes contundentes ao modelo de celebração público. Todavia, o facto de os partidos com representação nesta Assembleia, terem sido simplesmente ignorados e marginalizados do processo não foi apropriado, aliás, foi inconveniente e particularmente impróprio da data a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

comemorar. Poderia ter sido diferente, para melhor. Bastava um pequeno vídeo ou texto alusivo, a publicar nas redes sociais do Município. -----

Tem o Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal a nossa confiança, mas também tem uma oportunidade única de se redimir deste tremendo lapso, ao envolver de forma expedita, explícita e proporcional nas redes sociais os partidos, nas celebrações do feriado municipal do 8 de julho. -----

Termino, reiterando a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD em condenar todos os populismos e pulsões totalitárias corporizados em ataques aos eleitos, às instituições e à democracia; e que se aproveitam das fragilidades políticas que a questão de uma tão grave complexidade sempre acarreta. O 25 de Abril é de todos os Portugueses, é desta geração e das próximas gerações, o 25 de Abril é de todos e para todos. Tenho dito.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, usou da palavra para dizer: “muito obrigado, senhor membro da Assembleia, Carlos Afonso, face às suas palavras e como Presidente da Assembleia Municipal, tenho o dever de dar algumas justificações, sobre a forma como se comemorou o 25 de Abril. Da minha parte e da parte da Assembleia Municipal, entendi que as comemorações deviam ser feitas da forma discreta, o mais simples possível e, como tal, limitei-me a deixar uma mensagem como Presidente da Assembleia Municipal. Naturalmente com o cunho pessoal, pois não posso dissociar as funções de Presidente da Assembleia Municipal da minha pessoa e, também, das minhas convicções. Portanto, limitei-me a fazer essa declaração escrita, que foi publicada na página do Município, o resto das comemorações foi da responsabilidade da Câmara Municipal. Reconheço que poderíamos ter encontrado outras soluções que pudessem integrar, designadamente, todos os partidos com representação na Assembleia, devia ter sido nesse sentido, mas a atual situação em nada ajudou a encontrarmos esse caminho e essa estratégia que pudesse, de facto, dar a representatividade e voz a todos os grupos representados na Assembleia Municipal. Portanto, se houve alguma falha eu assumo-a nesse aspeto, e penso que poderemos ultrapassá-la. Portanto peço, senhor deputado, que tenha em consideração o contexto em que tudo isto se passou”. -----

Por último, informo todos os membros da Assembleia Municipal, que foram publicados no Chat para conhecimento de todos os membros, os documentos seguintes enviados pelo Grupo Municipal do CDS-PP: -----

Voto de Louvor - Aos profissionais de saúde e trabalhadores essenciais; -----

Voto de Pesar - Pelas vítimas mortais do COVID-19; -----

Recomendações: -----

Medidas complementares para a área da saúde no âmbito do COVID-19; -----

Medidas complementares para a área da educação no âmbito do COVID-19; -----

Medidas complementares para as empresas no âmbito do COVID-19; -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**. -----

Começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, o senhor Presidente da Câmara e vereação, os senhores Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, bem como os funcionários do apoio à Assembleia Municipal. Seguidamente interrogou a senhor Presidente da Assembleia sobre a estratégia a seguir quanto aos documentos, nomeadamente se os apresenta, ou apenas os defende no momento próprio. -----

O Presidente da Assembleia Municipal **Altamiro da Ressurreição Claro**, sugeriu que, uma vez que todos os membros têm acesso aos documentos, poderá proceder à sua apresentação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

em termos mais genéricos, até porque o tempo de que dispõe, está limitado apenas a cinco minutos. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, fez a seguinte intervenção: -----

“Já que toda a gente tem acesso aos documentos que submeti esta manhã e, peço desculpa por tê-los submetido, tão em cima da hora desta Assembleia Municipal, mas não tive possibilidades, por razões profissionais, de o fazer antes. Relativamente ao Voto de Louvor e ao Voto de Pesar acho que são, até pelas intervenções anteriores, razoavelmente pacíficos, por isso deixo as pessoas fazerem a sua análise dos textos publicados e depois votarem em conformidade. Relativamente, às medidas complementares que o CDS apresentou, acima de tudo estão relacionadas, com um dos pontos que vai ser discutido mais à frente nesta Assembleia Municipal, medidas que a Câmara Municipal, tomou no âmbito do COVID-19. ---- A primeira Recomendação que apresentamos é no âmbito da Saúde, mais especificamente da Saúde Pública, e tem quatro grandes pontos: criação de um Centro de Triagem e Diagnóstico ao COVID-19, em Vidago, pois é a maior comunidade de habitantes na zona sul do Concelho, bem como, a expansão da capacidade de testagem ao COVID-19 no Concelho de Chaves. Também a obrigatoriedade de utilização de máscaras sociais nas instalações do Município e na Empresa Municipal, bem como nos transportes Públicos Municipais. A promoção da utilização de mascaras sociais em espaço público e em locais de atendimento ao público, digo promoção no sentido de que estamos a falar também de instituições privadas e, como tal, teremos que ter em atenção a liberdade das instituições, em fazer esse tipo de obrigatoriedade. O levantamento das necessidades de equipamentos e materiais de proteção e desinfeção de todas as organizações que desenvolvam atividades no Concelho, em parceria com as Associações Empresariais, com as Juntas de Freguesia e outras entidades públicas e privadas. E, por fim, a realização de testes sorológicos aos trabalhadores do Município e da Empresa Municipal. -----

Já no âmbito da Educação e, dado que consideramos que não faz sentido alunos terem acessos díspares à educação e à sua formação, entendemos que os alunos que não tenham condições para fazer ensino à distância, não devem ser prejudicados perante outros que tenham essas possibilidades. Como tal penso que como é feito em outros Municípios deste País, muito próximo como o de Montalegre ou do Fundão ou de Albufeira, entre outros, sejam fornecidos a título temporário computadores e placas de acesso móvel à internet, para que possam aceder às aulas com os seus professores. Também deve ser considerado o alargamento dos apoios ao pagamento de propinas a estudantes universitários, nomeadamente aos estudantes que são particularmente carenciadas, ou que são deslocados. A criação de apoio ao pagamento das mensalidades de ensino pré-escolar privado, cuja utilização ainda é grande. Penso que os textos estão razoavelmente explícitos e agradeço o tempo disponibilizado e peço compreensão pelas circunstâncias das nossas propostas.” -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, pediu a palavra para fazer uma sugestão: “Peço desculpa, mas não sei se não seria importante, discutir todas as questões e só depois fazer as votações. Entendo que pode haver algumas questões que, porventura, suscitem novas intervenções, pessoalmente gostaria que por exemplo que este Voto de Louvor, fosse mais abrangente, que englobasse por exemplo, as Forças de Segurança e os Bombeiros. Também devem ser incluídos os trabalhadores essenciais e, porque não uma referência expressa aos trabalhadores do Município, que asseguraram a limpeza, a higienização, os sistemas de efluentes urbanos, a recolha de lixo. Acho que também são essas as menções, que se impunham. Mas é a minha opinião”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, fez o seguinte esclarecimento: “Sinto, necessidade de ler os Votos de Louvor, porque, acho que nem todos os membros, tiveram a possibilidade de ter acesso ao Link, que está na parte do CHAT, não sei se podemos passar à discussão, e deixamos a votação para o fim, se querem votar já, aceito sugestões”. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS**, referiu que, quanto a este assunto, o grupo municipal do PS, queria que fossem votados um a um. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD**, referiu ter pedido a palavra antes da intervenção de Rogério Moura, para referir apenas um aspeto que lhe parece importante, mas pode ser uma questão metodológica, em que a Mesa é soberana. “Algumas destas propostas ou recomendação que foram apresentadas pelo CDS-PP, constam de um Ponto próprio da Ordem do Dia. Eu próprio, em nome do PSD, tenho intervenção nesse sentido e sobre essa matéria, que é o Ponto quarto da Ordem do Dia. Como já adiantou o Presidente do Grupo Municipal do PSD, votaremos favoravelmente este assunto, mas, repito, há um Ponto próprio na Ordem do Dia, para debater o assunto e as matérias referentes a esse mesmo Ponto quatro”. -----

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU**, referiu que o problema do funcionamento da Assembleia, nestas condições, necessariamente, exige adaptações. “Não sei se o mais sensato é prosseguirmos com a discussão de uma série de Moções e de votações. Se numa Assembleia convencional isso seria o normal, neste modelo de tele Assembleia, isto torna-se um pouco desfasado. Não tenho nada contra, votamos a favor, não ouvi as outras propostas, mas não me parece que seja o melhor caminho nesta situação.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou sobre o entendimento da Mesa, quanto a este caso, “vamos continuar com as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia e, no final, passaremos à votação dos documentos apresentados. Estou de acordo, com o que disse o membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha que, de facto, nos encontramos num contexto completamente diferente, para nós é uma experiência única, não sendo fácil enquadrar estas situações. Creio que o membro desta Assembleia Municipal, Gonçalo Alves do CDS-PP poderia, neste contexto, ter sido um pouco mais comedido, mas quem sou eu para lhe estar a dar conselhos. De qualquer maneira peço que compreenda a nossa dificuldade em articular estas questões”. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. -----
Começou por desejar um bom dia a todos e, naturalmente, que se encontrem de boa saúde, bem como os familiares. Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e secretários, o senhor Presidente da Câmara Municipal e vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia e membros desta Assembleia Municipal. Seguidamente fez a seguinte intervenção: “Cumprimos, hoje o último dia deste mês de abril, que é desde 1974, sinónimo de liberdade, democracia e pluralidade. Em abril, explicamos aos nossos filhos, os valores fundacionais da nossa sociedade. Recordamos tempos difíceis de sacrifício e privação e, contamos a nossa história enquanto povo e da forma que nos libertámos das amarras opressoras, de uma ditadura. Abril é para o nosso país a afirmação dos nossos valores, enquanto sociedade. A exaltação das nossas liberdades e as suas celebrações, são um sinal de que não nos esquecemos. Nunca nos esqueceremos do esforço feito para que a liberdade não fosse uma miragem, pois o 25 de abril não é um pormenor nos nossos calendários. A simbologia desta celebração não é desprovida de propósito. A celebração da liberdade, dos nossos direitos, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

nossa cidadania tem especial importância. Este mês de abril do ano de 2020 é talvez o mais importante dos últimos 40 anos, pois nunca nos nossos anos de vida democrática estivemos tão privados dos direitos que abril nos concedeu. Este mês de abril que testou a nossa resiliência, a nossa cidadania e a nossa solidariedade. A data que celebramos, tem imperiosamente e teve que imperiosamente ser assinalada. Por isso mesmo, por sabermos que os direitos que ela celebra estão hoje condicionados, temos esses valores excepcionais de dor, sofrimento, luto, separação e de confinamento. E, por isso, torna-o tão importante. Evocamos a liberdade e a democracia, e celebramos abril e a sua liberdade, porque a queremos de volta, porque a ansiamos. A cidadania está certamente limitada, na adversidade, mas não nos podemos esquecer de quem somos, de onde viemos e para onde vamos. A pandemia que assola o mundo, pode ter suspenso a normalidade, mas não suspendeu os nossos valores, somos herdeiros de abril, herdeiros dos valores que conduziram à revolução e das conquistas que aí fizemos e que temos hoje, mais do que nunca, o dever de proteger. Mas este é um abril diferente, um abril em que duas conquistas de 74, fazem ainda mais sentido. Por um lado, o Serviço Nacional de Saúde que nestes tempos de pandemia, tem sido um exemplo mundial assegurando a todos os Portugueses, sem exceção, os cuidados de saúde, independentemente do seu poder económico ou da sua classe social. Por outro lado, o Poder Local que numa altura tão difícil como esta, está junto da população para a servir e apoiar. A Câmara Municipal de Chaves tem dado o exemplo como manda a herança de abril, estando ao lado e sobretudo ao serviço da população flaviense. Quero, por isso, saudar na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, os incansáveis esforços diligenciados pelo Município. Ao saudar o Município recordo-me como no ano transato, neste mesmo mês, reconheci e dediquei as minhas palavras à geração que viveu os dias negros da ditadura e se libertou dela, mas hoje quero dedicar estas palavras, aos filhos da revolução. Hoje é importante que todos tenhamos a noção do inestimável valor que está associado à democracia e à liberdade, e que é necessário continuar a lutar permanentemente para que as conquistas de abril sejam preservadas e reforçadas. Como disse Churchill *“o preço da liberdade é a eterna vigilância,”* é para essa vigilância permanente que somos convocados, todos os dias a celebrar abril. Trata-se, por isso, de um exercício de memória para que todos recordemos que tempos passados não são para repetir. Assim, não aceitamos quem nos queira convencer que a democracia e a liberdade foram causas de progresso outrora, mas que hoje são uma fonte de insegurança, de conflito e de desesperança. Este não é, certamente, um tempo para calculismos ou tacticismos políticos, é um tempo de combate ao populismo, ao extremismo e à demagogia, uma vez que um inimigo da liberdade, será sempre um inimigo da liberdade. Este é o tempo da afirmação das nossas respostas, dos nossos valores, dos nossos princípios. Dignificar abril passa precisamente por assumir também a política com elevado compromisso de cidadania. Cumprir abril, é promover um amplo movimento dos cidadãos no processo democrático, na contestação daquilo que consideram incorreto. Evocar abril é falar dos seus desafios, presentes e futuros, do que fizemos e do que falta fazer, do que acertámos e do que errámos é responsabilidade de todos nós cuidar da saúde da nossa democracia. Minhas senhoras e meus senhores, no dia 25 de abril de 1974, Portugal acordou livre e a partir desse dia, imbuído nos valores conquistados, projetou um país onde a saúde é universal e gratuita, onde a educação e o conhecimento são um direito de todos, onde a opinião é livre, e onde o poder soberano reside no povo. Sem essas conquistas hoje não seríamos certamente um exemplo para o mundo. Sem essas conquistas, não teríamos hoje as armas para combater o desafio coletivo que nos assola. Hoje somos um país a braços com uma batalha que nos obriga a um redobrado compromisso, a uma solidariedade enorme. Estou certo que de forma solidária, com os princípios e valores de abril venceremos esta batalha, esta crise sanitária. Abril é, e continuará seguramente a ser, sinónimo de esperança e confiança no futuro. Viva abril! Viva a liberdade!” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou que a Mesa decidiu o seguinte, em relação às Recomendações e aos Votos apresentados pelo Grupo Municipal do CDS-PP: As Recomendações vão ser integradas no Ponto nº4 da Ordem do Dia, pelo facto do seu conteúdo, estar interligado com o conteúdo expresso nesse ponto e, no final das intervenções, iremos proceder à votação dos Votos de Pesar e de Louvor. ----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Começou por desejar que todos se encontrem de saúde, bem como as respetivas famílias. Cumprimentou institucionalmente todos os membros desta Assembleia, designadamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários, Vereadores do Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e pessoal de apoio à Assembleia. De seguida fez a seguinte intervenção: “Hoje realizamos uma Assembleia Municipal distinta daquelas que estamos habituados porque, de facto, fazemo-la através de meios digitais, não assegurando naturalmente a presença física. No entanto, devo dizer que efetivamente como sociedade moderna que somos, e que ambicionamos ser cada vez mais, também as soluções de trabalho de comunicação, de reunião e de participação, tenderão a serão feitas necessariamente por estas vias. Nos tempos atuais, os modos de trabalho de muitas organizações públicas e privadas, utilizam instrumentos de comunicação e de suporte às respetivas reuniões e decisões, cada vez mais evoluídos, exigindo de nós próprios um esforço de adaptação permanente. É perante novas realidades que temos de encontrar novas soluções, fazendo os necessários ajustamentos, pois é assim que crescemos, que evoluímos, e nos tornamos mais competitivos. Por isso, neste contexto particular, quero saudar todos os membros da Assembleia Municipal que demonstraram, desde a primeira hora, toda a disponibilidade e toda a compreensão, mas também, todo o compromisso e esforço necessário para que, de acordo com as limitações sentidas por cada um, pudessem estar presentes e participar neste momento de afirmação que é, naturalmente, a realização da Assembleia Municipal, nas condições sentidas por todos. E começaria por dizer que, naturalmente, todos nós precisamos da saúde. No essencial estamos de acordo sobre aquilo que é esta pandemia, sobre o desafio que ela suscita e da forma, como em termos coletivos e individuais, nos devemos comportar, dadas as múltiplas interações que temos tido, desde a primeira hora em que foi necessário tomar algumas medidas. Temos tido uma cooperação e colaboração, quase perfeitas com todas as entidades particularmente com as da saúde, seja com a saúde pública, com a Administração Regional da Saúde, seja com os Serviços de cuidados primários ou Centros hospitalares. Temos conversado muito sobre aquilo que possa ser a evolução do estado epidemiológico no nosso concelho e no nosso país, e a verdade é que a saúde pública, que é a entidade dentro da estrutura da saúde que faz a avaliação deste risco, não tem tantas certezas, como tem o Dr. Francisco Taveira. Também eu tenho mais dúvidas que certezas e, portanto, não sei se o pico em Chaves e no Alto Tâmega, já passou ou não. Sei que o que nos incumbe fazer é estar vigilantes, atentos, prepararmo-nos para o pior e esperando que corra tudo pelo melhor. Temos procurado, de forma complementar e colaborante, estarmos dialogantes e participativos, seja com a saúde, com as empresas e com o setor social. Queria lembrar aqui que, desde a primeira hora, desenvolvemos diligências para que em Chaves houvesse um centro de triagem e de realização de testes à COVID -19. Foi uma batalha, foi verdadeiramente uma batalha. Mas é verdade que conseguimos que essa solução fosse concretizada em Chaves e que servisse, também, todo o Alto Tâmega. É verdade que temos estado em cooperação e colaboração com o Centro hospitalar e as respostas que foram encontradas, neste âmbito, quer no espaço dedicado ao atendimento à COVID-19 nos Centro de saúde, quer no Centro hospitalar, foram as soluções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

concertadas connosco, para as quais foi aportada a nossa colaboração, quer em termos logísticos, quer em termos financeiros. Temos estado presentes nesse processo e estaremos em todos quantos forem necessários, estejamos nós capacitados técnica e financeiramente para o fazer. E, neste particular, quero dar uma palavra de apreço muito grande aos profissionais de saúde, aos bombeiros, que têm também colaborado em todos os processos, designadamente na desinfeção da cidade e noutros pontos do concelho. Também aos senhores Presidentes de Junta que têm sido incansáveis, quer no que respeita à desinfeção, quer quanto a toda a logística de resposta aos mais carenciados, devido às dificuldades no acesso aos medicamentos e, também, a produtos alimentares. Enfim, apoio em todas as questões que foram sendo suscitadas, sendo ou não da competência da Autarquia. Em colaboração com as Juntas de Freguesia, com as IPSS, particularmente com a Misericórdia, com a Cruz Vermelha Portuguesa, que tem tido um papel notável nesta matéria, com todos, tem sido possível apoiar o nosso Concelho e, pese embora, os efeitos negativos que todos nós sabemos que esta pandemia causa, sob o ponto de vista económico, mas sobretudo numa perspetiva social, tem sido dada uma resposta que tem garantido uma tranquilidade, uma resposta francamente aceitável nesta matéria. Portanto, quero aqui registar uma palavra de apreço, aos profissionais de saúde, aos bombeiros, às forças de segurança, aos presidentes de junta, aos responsáveis das IPSS com Lares, que têm connosco cooperado, no sentido de encontrar planos e soluções de mitigação e de evitar que este risco pudesse crescer. Todos tiveram um papel importante e até me atrevo a dizer que, de facto, é nestes momentos difíceis de grande exigência coletiva, que todos temos que estar à altura das nossas dificuldades e, neste Concelho, os seus agentes, os seus principais responsáveis têm estado, efetivamente. Uma palavra de apreço também para aquilo tem sido a postura do PSD, no órgão do Executivo municipal, no que diz respeito à pandemia do COVID -19, matéria que não tem suscitado questões e querelas político-partidárias e, portanto, este registo. Também, deixar aqui uma palavra de apreço sobre a forma como os serviços municipais se têm organizado e conseguido responder a estas questões do COVID-19, na resposta ativa que deram, desde a primeira hora, para a manutenção dos serviços essenciais, garantindo a limpeza, a higienização e todos os serviços que o Município presta, sem exceção. Desde o setor operacional, que tem por natureza um risco maior, já que opera em contexto da limpeza urbana e na área dos efluentes e, por isso, em articulação com os serviços de higiene e segurança no trabalho, foram definidos planos e medidas de proteção individual, no sentido de que a saúde destes profissionais seja garantida. Uma palavra de apreço também para todos estes profissionais. Portanto, tudo faremos no sentido que não existam falhas no que diz respeito à disponibilização de EPIS, para os nossos profissionais particularmente aqueles que estão naturalmente em situações porventura mais expostas. -----

Quanto à sugestão dada pelo **Dr. Ernesto Areias** concordamos que, de facto, esta pandemia veio naturalmente comprometer, à semelhança do que aconteceu com todos as dimensões e atividades, também na área da cultura e da promoção, digamos assim, das nossas respostas e nos nossos serviços culturais. Teremos de olhar, não só para a forma como poderemos dar outro impulso e visibilidade ao centenário do nascimento de Nadir Afonso como, por exemplo, também às comemorações dos 75 anos da nomeação do Dr. Mário Carneiro, para a Direção clínica das termas. Todas estas questões serão naturalmente ponderadas e desenvolvidas depois de estarem reunidas as condições necessárias para que possamos efetivamente apresentar atividades e ações que sejam suscetíveis de serem fruídas, já que todos sabemos e sentimos que as limitações de acesso e de mobilidade ainda existem. -----

Depois dizer que, quanto à intervenção **do Dr. Manuel Cunha**, enfim, estamos de acordo no essencial, mas, provavelmente, não estaremos no mesmo grau. Eu continuo a dizer que se é verdade que o serviço nacional de saúde é um esteio, é a base da resposta de saúde em Portugal, a evidência da resposta à crise que atravessamos diz isso mesmo e, de alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

forma, faz calar muitos daqueles que entendiam que o serviço nacional de saúde, não devia ser serviço nacional de saúde, devia ser serviço de saúde nacional, ou uma designação parecida, isto para se entender que as respostas que nós temos, deviam ser partilhadas, também, com o privado. Eu disse antes e digo-o agora que o serviço nacional de saúde é a estrutura essencial, as espinhas dorsais da resposta às questões de saúde, às necessidades de todo o País, embora tenham, que ser, naturalmente, alocados no serviço nacional de saúde e de uma forma subsidiária, o setor privado e o setor social. Com a crise sanitária atual, ficou evidenciado que, de facto, precisamos de um serviço nacional de saúde, mais capaz, mais competente e isso só se faz com mais investimento. É verdade que esse investimento tem sido feito no último ano, e de forma muito intensa nestes últimos dois ou três meses. De facto, alocaram-se milhões e milhões de euros para o serviço nacional de saúde e isso tem feito, certamente, com que os registos no que concerne aos efeitos do COVID19, em termos de saúde e de mortalidade no nosso país, tenham os indicadores que conseguimos obter, e as referências elogiosas a níveis internacionais, quer relativamente ao número de óbitos, quer também ao número de internados nos serviços intensivos de saúde. E, portanto, dizer que temos que aplaudir o serviço nacional de saúde, sobretudo aplaudir e agradecer o empenho, o compromisso e a enorme atitude demonstrada por todos os profissionais de saúde e, também, por todos os trabalhadores no serviço nacional de saúde, este é, de facto, um tributo que lhe devemos prestar. É nos momentos de crise que conseguimos perceber, efetivamente, donde provêm as respostas idóneas, cabais e adequadas, o que nos permite refazer a nossa visão para o futuro, sobre as respostas de saúde. Fica aqui esta nota. -----

Também entendo que, efetivamente, abril deve ser hoje e sempre festejado, os seus fundamentos e pressupostos devem comandar todas as nossas ações coletivas, sobretudo, aquilo que são as decisões coletivas, tomadas a nível nacional. Temos que estar sempre vigilantes, atentos contra quaisquer tendências ou tentativas de condicionamento da liberdade que não sejam legítimas. Naturalmente que numa situação de emergência como a que vivemos ainda, e que esperamos que rapidamente possamos sair dela, temos restrições, limitações àquilo que são direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sempre na medida adequada, ou seja, numa medida certa de proporção, relativamente àquilo que são os valores em causa. Mas sempre devemos ter esse Norte, que deve ser Abril. -----

Relativamente à posição do membro desta Assembleia, **Rogério Moura**, dizer que me revejo naquilo que é a visão e a função do estado, o papel que o estado deve garantir na organização, como devemos estar estruturados a nível nacional, como é que devemos garantir os serviços e os bens essenciais às nossas populações, na saúde, na educação, na segurança, enfim, nos diferentes domínios em que naturalmente o estado tem que estar presente, tem que ser forte. Hoje todos percebemos que precisamos de um estado cada vez mais forte, mais capaz, mesmo aqueles que habitualmente reclamavam um estado mínimo, um estado centrado nas funções mais básicas e essenciais. -----

Quanto à posição assumida pelo PSD, no que respeita à realização desta Assembleia, é estranha, porque das duas uma, ou desconhecem que foi publicado um diploma que prevê expressamente que efetivamente as reuniões dos órgãos executivos e dos órgãos deliberativos, possam e devam ser feitas, com normalidade, com o recurso aos meios telemáticos, e recorro que já no dia 19 de março, para que as pessoas se possam ter ajustado, saiu um diploma que é a Lei 1A de 2020, que refere de uma forma muito simples “a obrigatoriedade de realização pública de reuniões de órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos intermunicipais.”-----

Depois diz que sem prejuízo do disposto no anterior, que era a possibilidade de poderem ser feitas até o dia 30 de junho, *podem ser realizadas por videoconferência ou por outro meio digital*. O que se fez foi, para o regular funcionamento das entidades públicas ou privadas nas respetivas reuniões, perante uma situação excepcional, terão de adotar-se instrumentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

excepcionais para a tomada de decisões e, portanto, a lei prevê a solução que nós hoje estamos a adotar, aliás, tem sido esta a solução adotada em sede de reuniões do órgão Executivo, já fizemos deste modo, duas reuniões, e sempre num mandato legal. E, portanto, é estranho ouvir nesta posição assumida pelo PSD, que neste estado de emergência não podemos, nem devemos ter uma atividade normal. Muito pelo contrário, eu acho que devemos ter uma atividade normal, desde que esta nossa atividade não suscite riscos de contágio, seja atividade de natureza administrativa, laboral ou social. Existindo instrumentos, meios e condições para que as reuniões possam ser feitas devemos dar normalidade aos órgãos, e devemos fazê-lo de forma adequada e, portanto, o que está em cima da mesa e os assuntos que foram incluídos na Ordem de trabalhos, foram encaminhados pelo Presidente da Câmara Municipal. Naturalmente, entendendo que era o momento certo para os discutir, nomeadamente a prestação de contas, a alteração modificativa aos documentos previsionais, ou seja, a revisão, mas também a estrutura orgânica, e porque não? Não existe qualquer condicionamento, nem qualquer limitação seja, de legitimidade, de normalidade ou de legalidade e, portanto, não percebo sinceramente esta posição e devo dizer que não foi a posição assumida em sede de reunião de Câmara Municipal. Devo recordar que estes meios têm sido usados pelo Governo, pelos órgãos da União Europeia e, também, por muitas reuniões de grandes empresas. Enfim, o que me parece que são soluções cada vez mais idóneas e cada vez mais capazes de permitir encontrar soluções, em situações de condicionamento. Deixe que lhe diga que não percebo essas reservas nem essas considerações, uma vez que estamos tão só, e apenas, a cumprir a lei. -----

Quanto às comemorações do 25 de abril, a posição por mim assumida, em sede da reunião de Câmara foi que tratando-se, de tempos em que vivemos com grandes limitações, ainda assim deveríamos assinalar, necessariamente, atos relevantes e essenciais, da nossa vida coletiva, da nossa história, que nos marcaram para o futuro. A posição que foi assumida na reunião de Câmara é que efetivamente fossem desenvolvidas um conjunto de iniciativas, que visaram pôr em evidência e assinalar, como era devido, a questão do 25 de abril. Foram realizadas um conjunto de iniciativas, como o visionamento de curtas-metragens, um conjunto de testemunhos, uma atuação musical ao vivo, simulação de uma edição de estação de um rádio pirata, enfim, um conjunto de iniciativas, às quais todos se podiam ter associado. Porventura a questão relacionada com a Tertúlia, considero que podia ter sido melhor estruturada, com outro tipo de representação e, nessa perspetiva particular, das cinco ou seis coisas que foram realizadas, naturalmente, podia ter tido um outro tipo de ajustamento, eventualmente com representantes da Assembleia Municipal e com pessoas com outra visão, doutro quadrante político que podiam dar outro tipo de contributo. Fica esta nota quanto a esse particular que, naturalmente, se deve corrigir no futuro. -----

Quanto ao membro desta Assembleia Municipal **Gonçalo Alves**, dizer que enfim já nos habituou às formas e estratégias que tem adotado para trazer a esta Assembleia Municipal um conjunto de assuntos que muitas vezes o faz, usando e abusando do respetivo Regimento, porque efetivamente utiliza todos os instrumentos, sabendo que o tempo não lhe permite defender as respetivas propostas, mas enfim, a democracia é também isto, e o 25 de abril também é de tolerância e liberdade para que se possam, ainda que com alguns exageros, levar em consideração. No que respeita aos Votos apresentados, no essencial entendemos que todos devemos manifestar aqui uma nota de apreço, consideração e de referência elogiosa às atuações daqueles que realmente têm estado na linha da frente e já aqui foram identificados e, portanto, o voto de louvor deve ser para todos eles que de facto merecem, porque se expuseram de uma forma mais intensa ao risco, do que todos os demais. Quanto às outras matérias das recomendações, como vão ser discutidas agregadamente com o ponto da Ordem do Dia nº 4, terei oportunidade de fazer outro tipo de considerações, mas estranho muito que alguém que seja de uma ala liberal de direita, venha exigir agora ao Estado, tudo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

mais alguma coisa. Sendo um daqueles que defendia um estado de serviços mínimos, agora quer um estado máximo para todos. Trata-se, na minha perspetiva, de incoerências ideológicas que devem ficar assinaladas. -----

Quanto à intervenção feita pelo membro da Assembleia Municipal, **Nuno Coelho**, dizer que naturalmente me revejo integralmente naquilo que é a visão expressa e naquilo que devem ser as referências que eu diria quase civilizacionais, não só para Portugal, mas também para o mundo. De facto, as referências que foram expressas no dia 25 de abril de 74, ajudaram também muitos outros povos, sobretudo em África, a poderem encontrar caminhos de liberdade e será importante que, no futuro, outros possam também prosseguir. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. -----

No uso da palavra, referiu que “O PPD/PSD, desde a primeira hora, esteve à disposição do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o formato que fosse entendido como o melhor para comemorar o dia 25 de Abril. As palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, poderiam levar-nos a outra questão que é o motivo pelo qual esta aceitação da normalidade, através de videoconferências, que nós subscrevemos, porque não foi utilizada no dia 25 de abril? E qual foi a razão, como já está escrito, e enviei a intervenção por *e-mail* para que fique registado em ata, pela qual um dos partidos com representação na Assembleia Municipal, não teve direito à palavra, nesse dia tão especial para todos nós. Relativamente à questão da realização da Assembleia, entendemos que tem toda a legitimidade, nós questionamos é a oportunidade. Se estamos aqui a discutir as contas e a questão da aprovação das mesmas, transferência de saldos, o apoio às Juntas de Freguesia, o fundo social de emergência e outras medidas de cariz social, obviamente que não entendemos a mesma oportunidade em estar a discutir os modelos de gestão do Município, neste contexto político. Acho que neste momento a estrutura municipal deveria estar exclusivamente focada, no apoio e no combate à pandemia, como já foi dito por todos, e certamente é unânime, não vamos nós pensar agora em quem irá deixar de ser chefe de Divisão ou quem serão os novos Chefes, tudo menos isso, mas é uma questão de oportunidade. Não está em causa a legitimidade, mas a oportunidade é que é discutível, e foi isso que nós entendemos e obviamente iremos analisar no ponto próprio que é o ponto número 7, altura em que manifestaremos a nossa posição”. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, em resposta à intervenção do orador anterior, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, referiu: “Senhor membro desta Assembleia Municipal: se alguém é culpado de não ter preparado de outra forma as comemorações do dia 25 de Abril, esse alguém fui eu e não o senhor Presidente da Câmara. Na altura penso que cheguei a contactar o senhor membro da Assembleia para essa possibilidade e qual o modelo que iríamos utilizar, mas entendeu-se que não havia condições para comemorar de outra forma o 25 de abril e, então, eu entendi deixar apenas uma mensagem escrita na página do Município”. -----

Seguidamente o membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, no uso da palavra disse: “senhor Presidente, peço desculpa, mas não fui contactado para qualquer intervenção no 25 de abril”. O Presidente da Assembleia Municipal, respondeu: “senhor membro desta Assembleia Municipal, então estou a confundir com o contacto que fiz consigo por causa do funcionamento desta Assembleia”. Por último, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, referiu: “senhor Presidente, confirmo esse contacto”. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo **PS**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Dirigindo-se à Assembleia, disse: “Era só por causa do desafio/convite que fiz às outras bancadas municipais, sobre as senhas de presença. Não sei se alguém se quer pronunciar sobre isto, portanto, o grupo municipal do PS decidiu abdicar dos valores das senhas de presença a favor do patronato São José de Vilar de Nantes, e da escola de artes e Ofícios da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, em partes iguais. Gostaria de saber se outras entidades se querem pronunciar sobre esta questão e associar à mesma”. -----

Ana Maria Rodrigues Coelho, pelo **PSD**. -----

Após cumprimentar os órgãos e membros presentes nesta Assembleia, referiu que em resposta à intervenção do deputado Rogério Moura, “Não é a primeira vez que esta situação acontece, lançam um desafio, colocando os membros da Assembleia, numa pressão de terem de se associar a algo, que é matéria da consciência individual de cada um. Já fiz intervenção na Assembleia, sobre este assunto, e agora é exatamente no mesmo sentido. Se o grupo municipal do PS decidiu por unanimidade esta questão, a mesma não foi decidida pelos outros grupos e não é agora, durante uma Assembleia, que alguém, unilateralmente, vai decidir pelos restantes membros. Portanto, na minha modesta opinião, trata-se de uma questão de consciência individual e aqueles que se quiserem associar a essa situação, poderão entregá-lo ao Patronato de São José ou a outra entidade, como é a Associação de Deficientes Flor do Tâmega ou outras que por aí existem e que, eventualmente, fizeram tanto ou mais do que essa, embora não seja isso que está aqui em causa. Enquanto participante desta Assembleia, entendo que essa é matéria que só a mim diz respeito, não tenho que fazer gala pública do que dou e a quem dou. A solidariedade não tem que ser publicitada e, portanto, não concordo com esta pressão, entre aspas, eu sei que não é esse o objetivo do desafio que foi lançado, obviamente que é para contribuir. Mas entendo que esta não é a forma mais adequada de o fazer, pelo menos é minha opinião pessoal. Não estou a falar em nome do grupo municipal, mas enquanto membro desta Assembleia, e não me revejo nesta forma de solidariedade.” ---

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo **PS**. -----

Respondeu ao membro desta Assembleia Ana Maria Rodrigues Coelho: “Para dizer que muito longe de mim pressionar seja quem for, para fazer seja o que for, mas registo porque em matéria de memória, lembro só que esta não foi a primeira iniciativa nem sequer foi do grupo parlamentar do PS, aquando dos incêndios na Madeira, em 2017, salvo o erro. Foi exatamente ao contrário, o PSD foi quem propôs e eu, como é óbvio, não quero pressionar seja quem for. Apenas lembrei se alguém se quisesse pronunciar, e só isso”. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**. -----

“Senhor Presidente é só para referir que concordo e subscrevo a intervenção da minha companheira de bancada, Ana Coelho, mas em função da última intervenção do deputado Rogério Moura, a memória tem disto e por vezes atraiçoa-nos. Quem propôs sobre a questão das cheias na Madeira foi o PSD, na altura através da minha pessoa, dando precisamente essa liberdade a todos os membros, pois não podia ser de outra maneira. O Partido Socialista, e aí a memória atraiçoa o deputado Rogério Moura, o que propôs foi sobre os incêndios de Pedrógão e a esse propósito seria bom saber quantos membros dessa Assembleia deixaram, efetivamente, a senha de presença. Porque está na ata o que eu disse e os serviços podem comprovar o que eu fiz, outros não poderão dizer o mesmo”. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. -----

“Muito obrigado senhor Presidente. É só para fazer um comentário em relação a esta última intervenção do deputado municipal Nelson Montalvão, que terá certamente sido um lapso de entendimento, porque aquilo que eu deduzi das palavras do Rogério Moura, relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

exemplo que dá em relação a proposta dos incêndios que assolaram a Madeira, foi precisamente uma iniciativa que partiu do grupo municipal do Partido Social Democrata e que mereceu e acolheu o apoio da bancada municipal do Partido Socialista. E já agora, em relação à intervenção da deputada Ana Coelho, reforçando aquilo que o deputado Rogério Moura procurou transmitir, não se trata de uma iniciativa isolada, pois já várias iniciativas conjuntas deste género de solidariedade, para com diferentes entidades e instituições, foram aprovadas neste órgão, nesta Assembleia Municipal, e, portanto, registar apenas esse aspeto”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer algumas questões. -----

Começou por se referir à intervenção do membro desta Assembleia **Carlos Afonso**, dizendo: “Registo a sua evolução ao dizer que afinal as questões que vão ser discutidas nesta Assembleia Municipal são legítimas, têm naturalmente essa característica. Mas dizer que também é verdade que o 25 de abril foi comemorado utilizando estes instrumentos, designadamente no *you tub* e que aí houve a participação de muitos cidadãos. Se calhar, mais do que teria acontecido de outra forma e, portanto, tiveram até a oportunidade de seguir algumas iniciativas que, porventura, pelas soluções tradicionais não seguiriam. Quanto à coerência, é curioso que venha falar da questão da instabilidade dos dirigentes, dos chefes de Divisão eu bem percebo, enfim, as suas preocupações. Foi isso que o PSD sempre fez, só que o PS está na Câmara há pouco mais de 2 anos, e não fez saneamento de Chefes de Divisão, nem fez nenhuma reestruturação, até agora. É verdade que o PSD, logo que assumiu a gestão autárquica, passados uns meses fez uma alteração orgânica, mas agora ela só acontece dois anos e meio depois. Trata-se de uma reestruturação tranquila, serena, sem grandes mudanças, em termos de paradigma. Porque entendemos que aquele que já está neste momento instalado, fará parte da solução e, no essencial, a equipa já existe materialmente na estrutura orgânica do Município. E, portanto, não vai criar nenhuma confusão, nenhuma distração e, perdoe que lhe diga, não tem havido distração nos serviços municipais, muito pelo contrário, os serviços municipais têm estado compenetrados, competentes e capazes, em todas as dimensões, e isso tem sido uma evidência que deve ser reconhecida. Portanto, se essa questão perpassa o seu pensamento, porventura, lá saberá as motivações”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, procedeu à leitura e votação dos Votos apresentados pelo grupo municipal do CDS/PP. -----

“Voto de Louvor” -----

Aos profissionais de saúde e trabalhadores essenciais -----

José Ortega y Gasset (1883-1955) afirmou um dia que “o homem é o homem e a sua circunstância”. Num mundo em perpétuo movimento e transformação, o ser humano só pode ser entendido como sujeito ativo, à medida que se analisa simultaneamente tudo ao seu redor, inclusive o seu corpo físico, mergulhado em determinado momento histórico. -----

Perante o medo, a angústia e o sofrimento gerado pelo COVID-19, os profissionais de saúde têm demonstrado uma capacidade de altruísmo e abnegação, espírito de sacrifício e de missão. A união e o esforço de todos em prol da vida aliada à indiscutível qualidade dos recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde, demonstrou ser mais relevante que quaisquer dificuldades ou escassez de equipamentos e materiais. -----

Perante o confinamento obrigatório, os condicionalismos à mobilidade e o distanciamento social, os trabalhadores essenciais, como as forças de segurança e de defesa, bombeiros, colaboradores de supermercados, dos correios, entre outros, têm sido imprescindíveis à comunidade, proporcionando acesso a bens e serviços indispensáveis, bem como a preservação da paz social e ordem pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Assim, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida a 30 de abril de 2020, vem louvar todos os profissionais da saúde e trabalhadores essenciais, destacando o seu trabalho árduo e imediato na salvaguarda da vida e do bem-estar de todos os flavienses. -----
O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, -----
(Gonçalo André Nascimento Alves)” -----
Colocado à votação o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

*“Voto de Pesar -----
Pelas vítimas mortais do COVID-19 -----*
Desde o final de 2019 que o mundo se depara com a evolução preocupante do COVID-19 e as suas graves consequências. A situação epidemiológica tem sido particularmente devastadora nos Estados-Membros da União Europeia e nos Estados Unidos da América, onde a sua força, duração e eventuais vagas posteriores, são dados ainda imprevisíveis e fatores de apreensão. -----
O acelerar da expansão do novo coronavírus pela Europa, durante o mês de março, forçou a tomadas de decisão como a declaração de Estado de Emergência em vigor, que limita os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, por forma a prevenir a transmissão acelerada da doença, salvaguardando a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde. -----
No Concelho de Chaves, até à data do presente voto de pesar, foram detetados dezoito casos confirmados da doença. Perante as circunstâncias da propagação e a violência do vírus, os oito casos recuperados constituem uma fonte de esperança para os dez casos ativos, mas não desvaloriza a dor da perda de dois concidadãos. -----
Assim, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida a 30 de abril de 2020, expressa o seu pesar pelas duas vítimas mortais da COVID-19, endereçando às respetivas famílias a sua solidariedade e as mais sinceras condolências. -----
O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, -----
(Gonçalo André Nascimento Alves)” -----
Colocado à votação o voto foi aprovado por unanimidade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DE ATA DA SESSÃO ANTERIOR -----

A ata número quatro, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 19 de fevereiro de 2020, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido antecipadamente distribuída a todos os membros desta Assembleia. Cinco membros da Assembleia não participaram na votação, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata respeita. **Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da informação. -----

“Mais uma vez obrigado. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os membros do órgão deliberativo. Dizer que a informação que trago a esta Assembleia, enfim, está arrumada de forma sistemática, como aconteceu em anteriores reuniões. Tem informação sobre aquilo que foram as principais iniciativas e atividades realizadas neste período, com uma particular incidência, como perceberão, relativamente a algumas das questões e às incidências decorrentes do COVID – 19. Trata-se, portanto, de um conjunto múltiplo de atividades e reuniões, além de informação de carácter financeiro e patrimonial. Relativamente, ao período que decorreu entre a última Assembleia, em dezembro, e esta agora de abril, queria fazer duas notas que merecem destaque. Quanto à execução orçamental quer na receita, quer na despesa e, também, no que diz respeito à questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

redução significativa da dívida total do Município, tendo como contrapartida, a melhoria da situação no que diz respeito à capacidade de endividamento. Dizer, também, que estão sinalizadas todas as obras em curso. Encontram-se identificados todos os processos em contencioso judicial, com a indicação dos respetivos pedidos de indemnização, sendo certo que nalguns casos, os referidos pedidos não traduzem o risco real do Município. Portanto, basicamente, é esta a informação e, naturalmente, estou à disposição para qualquer esclarecimento, dúvida ou interpelação que os senhores membros da Assembleia Municipal, entendam por oportuno e necessário fazer. -----

Sobre este assunto seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, **Maria José Gomes Teles Grilo**, pela **CDU**. -----

“Estive a ler essas informações e registei que realmente a situação financeira, está equilibrada, a Receita em 31,2% e a Despesa 32%. A dívida também desceu os tais 6,7, mas é sobretudo, sobre as obras em curso que eu quero falar e pedir alguns esclarecimentos. Por exemplo sobre o Largo de Cavalaria, ou Jardim do Bacalhau, que está registado em 61%. Essas obras têm-se arrastado tanto, e tem causado tantos distúrbios e perturbações que eu gostava de saber. Depois na Av. Nuno Álvares, está escrito 96%, o que é que falta? Mas mais importante ainda, quero que o senhor Presidente me preste estes esclarecimentos sobre a requalificação daquele conjunto de ruas, o chamado lote 4, que são a Avenida Dr. Sá Carneiro, Xavier Teixeira e, depois as ruas das linhas de Comboio. Também o lote de 6, apenas com 37%. Agora, as que se encontram em andamento, como a rua Alferes João Batista, Viscondessa, da Fonte do Leite, que também têm tido imensas perturbações, e sobre a requalificação da estrada Municipal 507, aquele quilómetro que estava uma desgraça, e continuava pelo menos antes da pandemia ser declarada. Outra situação que merece reparo é o açude da Galinheira, passei por lá e vi que realmente estava mal. O que é que pensa fazer com aquela passagem, pelo menos para os peões, que gostam de andar à beira rio”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões colocadas. -----

“Na verdade, as questões suscitadas visam, sobretudo, prestar alguns esclarecimentos no que concerne às obras em curso. Eu acho que aquilo a que chama perturbações são, naturalmente, incidências resultantes da realização das obras. Ainda bem que acontecem, pois todos nós assistimos, durante anos, nesta Assembleia Municipal, exatamente ao pedido de uma intervenção de requalificação das vias, da necessidade fazer mover esta cidade e qualificar um conjunto de infra-estruturas. Pois bem elas estão a acontecer. Mas como todos nós sabemos não é possível fazer intervenções, sobretudo em espaço público e, em espaço que continua a ser usufruído pelos cidadãos e, particularmente pelos utilizadores das vias, como são os automobilistas, sem que isso naturalmente traga constrangimentos. Mas, sinceramente, se eu percebesse que esses constrangimentos pudessem, eventualmente, ter alguma incidência antes do período do estado de emergência, ou antes do dia 16 de março, até entendo. Depois do dia 16 de março, é difícil compreender que tipo de perturbação há na circulação e na mobilidade, que tenha causado constrangimentos, porque como todos nós sabemos, enfim, nesta cidade à semelhança de todas as outras do país, tem havido uma diminuição de tráfego e de movimento de pessoas, muito assinalado. Dizer-lhe que, efetivamente, o atraso que fala nas obras que estão a decorrer no Largo de Cavalaria, não é muito significativo. Devo recordar, mais uma vez, que apesar do nosso exercício de mandato ser de dois anos e meio, nessa obra em particular, realizámos várias ações prévias: pusemos fim a uma solução que nos parecia inadequada, imprópria e indesejada; resolvemos a situação contratual com o respetivo empreiteiro; anulámos esse financiamento; candidatámos nova proposta de financiamento; fizemos o projeto; iniciámos o concurso; obtivemos o visto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

do Tribunal de Contas; lançámos a obra que está em execução e, portanto, sinceramente não tenho essa visão. Relativamente ao atraso destas obras, é importante que a intervenção seja bem-feita, e não nos podemos esquecer que houve um conjunto de circunstâncias que condicionaram a sua execução, nomeadamente condições adversas de situação climática e de uma menor capacidade dos empreiteiros na realização das obras, devido à insuficiência de recursos humanos. Quanto ao Jardim do Bacalhau, esperamos que no final de maio ou início do mês de junho, a requalificação esteja concluída, sendo certo que a parte da pavimentação está quase toda realizada. Dizer também quanto à Avenida Nuno Álvares, essa questão de expressão se são 97% ou 98%, porventura, são pequenas intervenções de pormenor que terão que ser realizadas, mas que não tem grande relevância material. Depois o conjunto das obras de que fala, estão em início de execução, designadamente a Avenida Xavier Teixeira e outras da linha do comboio. Essas estão no início de execução que, naturalmente, serão executadas durante o ano de 2020. Quanto à Alferes João Batista e à Rua do Cruzeiro e outras ruas, como sabe, aí fez-se uma grande intervenção, não só de requalificação dos pavimentos, e passeios, mas também das infra-estruturas da rede de água e, portanto, como perceberá, fazer uma intervenção numa via ou num conjunto de vias tão significativas, naturalmente tem incómodos, tem condicionamentos, mas acho que são incómodos e condicionamentos aceitáveis e necessários, para melhorar a circulação automóvel e pedonal e, sobretudo, para melhorar o sistema de abastecimento de água, naquele local. Isso é fundamental, está-se a fazer, está-se a requalificar, não é possível fazer obras sem haver incómodos. Têm necessariamente que acontecer, e todas as medidas de condicionamento têm sido previamente, comunicadas à população. Dizer que, relativamente à Estrada Municipal 507, está concluída nesta fase, provavelmente só faltará mesmo fazer a pintura final e ficará concluída. Importa referir que esta obra não é apenas um quilómetro, é um quilómetro e 400m, e vai custar cerca de meio milhão de euros. Portanto não me parece que seja assim uma obrinha, com pouco interesse, aliás esteve quase 40 anos para ser executada, portanto, alguma relevância terá com certeza. Depois, relativamente à Galinheira eu vou, novamente, fazer aqui uma breve explicação do que aconteceu, porque pese embora as muitas explicações que dei sobre esta intervenção, é novamente suscitada nesta Assembleia. Devo dizer que essa estrutura hidráulica ruiu e, quando nós procurámos, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, fazer a sua requalificação o que nos foi dito perante um projeto que apresentámos, o que entendeu esta entidade foi que aquela estrutura devia ser removida, não tinha sido autorizada nem licenciada, e que a política recente seguida, relativamente à gestão dos rios e das linhas de água, era no sentido de desobstruí-las. E, portanto, aquele espaço ali devia ser claramente eliminado. O que nós dissemos e defendemos foi que aquela infraestrutura tinha tido uma função de retenção de água, que inicialmente permitiu o abastecimento de água à população de Chaves. Posteriormente essa função deixou de ter sentido, mas ganhou outra que foi, sobretudo, a função de servir os terrenos agrícolas e, também, de forma complementar, a partir do momento em que a requalificação das margens do rio Tâmega, dando continuidade e nova vida ao circuito da Pólis. Perante a nossa justificação foi-nos dito que apenas podíamos fazer uma ligeira requalificação, e foi isso que nós fizemos, apenas em metade dessa estrutura porque na outra metade não era necessário. No entanto, o resultado daquilo com um inverno muito rigoroso e, também, em resultado da intervenção que estava a acontecer, o outro troço ruiu. Houve necessidade de iniciar novo processo de licenciamento, de autorização da proposta, enfim e devo dizer que os processos de licenciamento, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, são verdadeiramente complexos e demorados. Neste momento, posso dizer que temos o projeto aprovado, temos autorização para realizar a obra, já foi emitida a licença para que o possamos fazer, e já está em fase de adjudicação esta intervenção. Nós esperamos que até ao mês de julho ter essa requalificação toda feita. É verdade que foi mais complexa, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

mais difícil de perceber porque é que isto aconteceu, mas através desta estratégia conseguimos que essa estrutura se mantivesse. Porque se adotássemos outra estratégia, na minha perspetiva, haveria prejuízo para a utilização dos terrenos agrícolas, por parte de alguns agricultores sobretudo de Santa Cruz, mas também, para muito dos utilizadores daquela via em tempos de lazer e que aproveitam naturalmente este circuito muito aprazível.

Maria José Gomes Teles Grilo, pela **CDU**, pediu a palavra, para solicitar mais esclarecimentos. -----

“Eu só queria obter esclarecimentos, sem mais rodeios e considerações a respeito destas obras, portanto, como é que elas iam, quando se suponha que estariam concluídas e mais nada, senhor Presidente. Se houve setor de atividade que, realmente, durante este período todo esteve mais ou menos, enfim, a trabalhar, foi a construção civil. Vi isso aqui, perto de mim. Mas eu não ponho em questão a pandemia e o mês de fevereiro e tudo isso, só quero saber, realmente, quais são as perspetivas de senhor Presidente da Câmara, para que estas obras sejam concluídas, porque o tal lote 6, estava na sua informação em 37%, não pude sair agora, não dá para andar a ver tudo. Realmente a Fonte do Leite, e não sei se a Viscondessa estão em andamento, mas não vejo nada nas Portas do Anjo, nem em grande parte na Rua Alferes João Batista. Quanto à requalificação da Estrada Municipal 507, que nos liga a Montalegre a seguir a Soutelinho, eu devo dizer agora que não sei como está, mas há muito pouco tempo era até perigoso circular naquele troço, principalmente à noite. Sobre o açude, pronto, está tudo muito bem. Eu não disse que as obras não causam perturbação, pois claro que causam perturbação, mas por isso mesmo, é que elas devem terminar o mais depressa possível e realmente o Largo de Cavalaria e outras obras demoraram tempo demais e ultrapassaram os prazos previstos, de certeza. É só isso que eu quero dizer. Obrigada”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para continuar a esclarecer e responder a alguns pontos da intervenção anterior. -----

“Não percebi exatamente o que a senhora membro desta Assembleia Municipal queria dizer, a não ser fazer considerações sobre as minhas considerações, mas vou tentar responder-lhe de forma muito clara. Fez um conjunto de considerações sobre algumas obras e depois a seguir disse que não saiu à rua e, portanto, não sabe. Não sabe sobre aquilo que eu disse, se é verdade, se é mentira e, portanto, se não sabe, pelo menos devia dar o benefício da dúvida e, nessa perspetiva, digo-lhe e reafirmo que o troço da Estrada Municipal 507, neste momento, está em fase de conclusão, falta apenas pintar a respetiva estrada. Dizer-lhe que relativamente ao Largo do Terreiro de Cavalaria, já lhe dei nota do prazo da sua conclusão e, também, da questão do atraso, que não é significativo. Também lhe expliquei qual seria a nossa vontade, e de como gostaríamos que as obras acontecessem, sem causar nenhum incómodo. Mas tal não é possível, as obras levam o seu tempo, na minha perspetiva não tem sido tempo demasiado, porque a verdade é que em dois anos se fizeram um conjunto de intervenções muito importantes. E até acho curioso que se faça censura a que estas obras aconteçam e à sua demora, porque durante muito tempo estivemos habituados a que elas não acontecessem, sobretudo na parte mais urbana. Dizer-lhe que a avenida Nuno Álvares está quase concluída e, também, que provavelmente, se não houver nenhuma vicissitude, resultante da diminuição da atividade devido à COVID-19, ou incapacidade de cumprir os prazos por parte dos empreiteiros, gostaríamos muito que a obra constituída por esse conjunto de vias que vai até aos Antigos Bombeiros, pudessem estar feitas, até ao verão. Era nossa expectativa no mês de julho, veremos, mas como eu não gosto de me comprometer com algo que não tenho a certeza, faremos todo o esforço para que isso aconteça. No entanto, há de facto um compromisso, queremos garantir que a cidade esteja funcional e utilizável, ou seja, teremos sempre soluções para que as pessoas possam circular na nossa cidade, possam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

entrar e sair. Por exemplo, atrasámos o arranque, o início das obras nas Longras e na 5 de outubro, exatamente porque a requalificação que estava programada para a Avenida Sá Carneiro, não pôde ser realizada, porque não havia condições climáticas para fazer a pavimentação. E foi isso que nós fizemos, fez-se agora a pavimentação, de seguida vamos arrancar com as obras da rua das Longras e da 5 de outubro, portanto, há um plano concertado, articulado e, que pretende naturalmente ter isso em consideração. Portanto, é isso que continuaremos a fazer, porque ainda há muita intervenção na via pública para fazer, e vamos fazê-la com toda a certeza”. -----

PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“Renovo os cumprimentos. Dizer que esta proposta vem na sequência das propostas que foram apresentadas em exercícios anteriores, neste caso particular, dando nota que há um reforço financeiro para os Municípios, na ordem dos 30%. Eu queria relembrar que de facto houve um compromisso, desde o início do mandato, com os senhores Presidentes de Junta, que faríamos um apoio financeiro, para o exercício das competências próprias das respetivas Freguesias, no montante idêntico a 2016. Mas a verdade é que o valor da proposta tem vindo a crescer, de modo que para o ano de 2020, supera em larga medida esses valores. Estaríamos a falar de pouco mais de 640 ou 650 mil euros e já estamos num valor muito próximo dos 900 mil euros. Portanto, tem havido um esforço crescente por parte do Município, no sentido de encontrar soluções que permitam, naturalmente, aumentar o apoio, como é necessário e se justifica, às Freguesias. Sabemos que este montante não é ainda o suficiente para que as Freguesias possam cumprir de forma plena, aquilo que são as suas obrigações perante os seus cidadãos, ou seja, para dar resposta àquilo que são as necessidades das suas comunidades. Mas ainda assim dizer que, para o ano de 2020, há um incremento significativo, claro e comunicado de forma transparente aos senhores Presidentes de Junta. O critério seguido para os valores a transferir, foi acrescentar ao valor que foi definido para 2019, 1500 euros por cada Freguesia e 500 euros por cada localidade. Significa que, para o ano 2020, houve um esforço superior a 120 mil euros, que é em quanto fica traduzida esta proposta. Reafirmo o que já disse antes, que se a situação financeira do Município não fosse aquela que temos, mas sim aquela que gostaríamos de ter e se, porventura, tivéssemos metade da dívida que temos atualmente, porventura o valor a transferir devia ser o dobro daquele que está expresso. De qualquer das formas a ambição existe, *“Roma e Pavia não se fez num dia”* e, portanto, lá conseguiremos chegar a esse objetivo de maior justiça para as nossas Freguesias e para aquilo que é o compromisso, o trabalho dos nossos Presidentes de Junta. -----

Seguiram-se as intervenções dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Maria José Gomes Teles Grilo, pela CDU. -----

“Tenho aqui um apontamento em relação ao ano anterior. Houve realmente um acréscimo no total a transferir para as Freguesias. O valor foi cerca de 885 mil euros, quando no ano anterior foi cerca de 811 mil euros, portanto um aumento de de 73 mil e 400 euros. O senhor Presidente afirmou que houve um critério na distribuição, mas eu não entendo esse critério. Dou como exemplo a Freguesia da Madalena e Samaiões que, no ano anterior, teve uma transferência de 66 mil 125 euros, e para este ano estão registados apenas 37 mil 623 euros. O mesmo acontece com Santa Cruz/Trindade que no ano anterior obteve uma transferência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

de 38 mil 547 euros e, neste momento, tem inscrito como transferência 41 mil 587 euros. Ainda sobre este assunto referir que a União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, só tem mais 4.500 euros. Santa Maria Maior, por exemplo, teve mais cerca de 3 mil euros, que eu considero pouco, para dizer a verdade, principalmente na alínea da manutenção, que inclui limpezas, etc. Gostava e talvez o senhor Presidente também partilhe dessa opinião, que as transferências fossem muito maiores. Porque as Juntas de Freguesia estão sempre mais perto das pessoas, principalmente nos meios rurais, e então queria que o senhor Presidente me dissesse afinal qual foi o critério, porque eu não vejo que o critério fosse o que o senhor Presidente referiu.” -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
“Aconselho alguns membros desta Assembleia a prepararem-se melhor para as reuniões, porque senão fazem considerações, que de outra forma não fariam. E, portanto, se lessem os documentos com atenção, perceberiam que as questões que foram suscitadas, relativamente à Freguesias da Madalena, à Freguesia de Santa Cruz/Trindade e à Freguesia de Vidago, estão respondidas nos respetivos documentos e perceberiam, por exemplo, que aquilo que parece um decréscimo da Madalena, não o é efetivamente. O que aconteceu foi que no ano anterior a Freguesia da Madalena, devido a um compromisso assumido, de que todas as alienações de património nas Freguesias, designadamente as escolas primárias, esse valor seria transferido para as Freguesias, para que as mesmas pudessem fazer as opções e financiar as obras que entendessem necessárias. E, portanto, se tivesse em atenção a informação suplementar que aí se encontra, e que decorre de circunstâncias excecionais, não faria naturalmente esse questionamento. E, vou dizer-lhe também que, relativamente às outras Freguesias que mencionou, é exatamente o mesmo critério. Os senhores Presidentes de Junta que conhecem o critério, que lhe foi explicado, não levantaram qualquer questão, mas sim alguém que não conheceu o desenvolvimento do processo, é que vem suscitar aqui dúvidas sobre esta matéria. E quanto ao valor das transferências em 2019, devo dizer-lhe que não foi o valor que a senhora membro desta Assembleia Municipal referiu, mas sim 789 mil euros. Até lhe posso ler os valores que foram transferidos nos últimos anos: de 2014, zero euros; 2015 zero euros; 2016, 620 mil euros; 2017, 860 mil euros; 2018, corrente 632 mil euros e mais 57mil euros de capital; no ano de 2019, 789 mil euros. No, entanto, temos que olhar para estes números e expurgar deles os valores relativos à venda de património. Porque só esse valor é que diz respeito ao apoio financeiro às Freguesias, para que as mesmas possam cumprir aquilo que são as suas competências próprias, e podermos comparar o que é comparável. Porque, sempre que se vende uma escola, o dinheiro arrecadado com essa venda deverá e, tem sido transferido, para as respetivas Freguesias. Reafirmo o que disse há pouco e, para ser mais exato, o aumento relativamente ao ano de 2016, foi de 37,56%. Reafirmo este valor e o critério do aumento do ano de 2019, para o ano de 2020, sendo 1.500 euros por cada Freguesia, e 500 euros adicionais por cada lugar, ou aldeia. Este foi o critério que foi discutido, que foi apresentado aos senhores Presidentes de Junta e que, naturalmente, gostariam de ter mais, mas aceitaram e compreenderam a situação financeira do Município e as limitações que tem relativamente a esta matéria. Não fizemos como noutros momentos em que se cortaram em absoluto os apoios, não demos zero, não demos exatamente o valor relativamente ao ano médio e neste momento, curiosamente, permitam-me que o diga, já estamos no valor em linha com o valor do ano eleitoral, que foi o ano de 2017. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. -----

Após renovação dos cumprimentos, fez a seguinte intervenção: “Em 2018 o grupo municipal do PPD/PSD entendeu votar contra a proposta por ela ter subjacente o pressuposto de o valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

de 2016 ser estável para os 4 anos do mandato. Dizia então o senhor Presidente da Câmara “É este o valor igual para os próximos 4 anos”. Por isso, votámos contra, em consciência, mesmo contra o sentido de voto dos Presidentes de Junta eleitos pelo PSD. Era nosso entendimento que a melhoria das condições financeiras do país e da Autarquia se deviam refletir na melhoria do apoio às Juntas de Freguesia. Em 2019 entendemos votar igualmente contra a proposta, por entendermos que o crescimento do valor das verbas para as freguesias não era proporcional ao aumento do valor gasto em festividades. Além disso, manifestámos preocupação pela falta de um critério de majoração, que atendesse às especificidades das freguesias com várias aldeias ou lugares. Em 2020, o grupo municipal do PPD/PSD considera ter valido a pena ter votado contra as propostas de 2018 e 2019. Por um lado, verificou-se o aumento dos valores transferidos em 2019 e 2020 e, por outro lado, o valor transferido para as freguesias com mais de uma aldeia ou lugar sofreu uma majoração. Valeu mesmo a pena ter sido contra, apesar da incompreensão de alguns dos eleitos. Afinal, tínhamos razão pois havia margem para aumentar o apoio direto, embora fosse para nós desconhecido o montante atribuído às Freguesias, proveniente da EHTB. Adicionalmente, em 2021, haverá eleições e, estamos certos, que o valor do apoio irá continuar a aumentar. Pelo exposto, o grupo municipal do PPD/PSD entende votar a favor desta proposta. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que foram suscitadas. -----

“É curioso como se dá uma pirueta e, enfim, a argumentação devia ser um bocadinho mais elaborada. Porque se há razão e se há fundamentação para esse incremento, não terá sido naturalmente o voto da bancada do PSD. Não foi isso, que naturalmente fez a mudança, o pensamento continua a ser o mesmo, e continuo a dizer aquilo que disse antes, há uma incoerência insanável das posições do PSD, nesta matéria. Porque exige uma coisa diferente daquilo que fez, enquanto foi poder, ou seja: em 2014 e em 2015, os valores transferidos para as Freguesias foram zero, e entendiam que o valor era certo e reajustado. Mas a partir do momento em que a governação Autárquica, passou para as mãos do PS, já haveria todas as condições financeiras para duplicar e triplicar o valor, e essa incoerência também é manifesta, por exemplo naquilo que é dito quanto à adoção de novos critérios. Então os critérios que valeram durante 16 anos para o PSD, já não valem a partir do momento que essa governação é feita pelo PS? É curioso, é mais uma das contradições manifestas. E, por outro lado, dizer que ainda bem e que valeu a pena votar contra, então o senhor membro desta Assembleia Municipal Carlos Afonso é tão ingénuo em pensar que foi essa sua posição que fez a mudança desta proposta. O que fez a mudança desta proposta, foi a gestão financeira deste Executivo, que fez com que as contas melhorassem e, que fossem libertados recursos para que isso pudesse acontecer e aliás se quiser ler com atenção as minhas declarações em sede de discussão deste assunto, na última Assembleia Municipal e na anterior, verá que foi dito “Nós adotámos o critério que vinha a ser seguido durante 16 anos, fizemo-lo num valor médio que é um valor que fica despido das motivações eleitorais de 2017.” E dissemos mais, “teremos nós condições para aumentar os recursos financeiros e fá-lo-emos”, foi isso que dissemos é isso que estamos a fazer. Na nossa perspetiva não há aqui incoerências, há sim consistências, o mesmo não acontecendo, por parte do PSD. Eu percebo que agora procurem acertar a mão, procurem corrigir um erro sim, e, apesar de tudo, mas mais vale tarde do que nunca. -----

Maria José Gomes Teles Grilo, pela CDU. -----

“Eu só pedi esclarecimentos, queria conhecer os critérios e gostava que transferissem mais dinheiro. Tudo bem, esta proposta está acompanhada por uma minuta que tem que ser aprovada, para as próprias Freguesias começarem a dispor do dinheiro transferido. Por isso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

evidentemente, o nosso voto vai ser a favor, dadas as circunstâncias, e é isto que eu tenho a dizer”. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 4 - CONCESSÃO DE APOIOS FINANCEIROS, MATERIAIS E LOGÍSTICOS ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS/NEGÓCIOS AFETADOS, NO CONCELHO DE CHAVES, PELA PANDEMIA DO COVID-19. PROPOSTA N.º 18/GAP/20; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Após renovar os cumprimentos protocolares, fez a seguinte intervenção: “A proposta, de concessão de apoios financeiros e materiais, e também logístico, às famílias e às empresas encontra-se estruturada, por um conjunto de considerandos, que estão vertidos na respetiva proposta, mas que no essencial procuraram naturalmente corresponder àquilo que são os efeitos sociais e também financeiros em dois setores fundamentais: nas famílias nos cidadãos, mas também nas empresas. Este conjunto de propostas, que são 24 procura, naturalmente, mitigar esses efeitos, sabemos bem que nesta matéria a responsabilidade primeira e cimeira de dar resposta a estas questões é do Governo, ou seja, das próprias estruturas nacionais, que têm que naturalmente encontrar as ações e as propostas que possam mitigar e tem sido feito, têm sido muitas, enfim, as propostas que nesta matéria têm procurado mitigar alguns efeitos, com medidas sobretudo de apoio à economia, no que diz respeito aos empresários, enfim, que têm a ver com a questão de rendas, de moratórias e outras mas, também, entendemos nós que nesta matéria é importante que os grandes grupos económicos, os grandes grupos financeiros, devam também dar um passo decisivo na mitigação e na compensação de alguns efeitos do COVID-19. Ainda assim, os Municípios, como entidades próximas dos cidadãos, conhecem melhor aquilo que são as dificuldades sentidas pelas suas comunidades locais e por todos aqueles que participam nas mesmas. Foi com essa motivação, que estruturámos esta proposta. Entendemos que é injusto e inadequado que as propostas sejam aprovadas apenas em reunião de Câmara Municipal e que apesar de serem válidas porque, entretanto, já saiu um diploma no âmbito das medidas de simplificação, que permite que estas medidas sejam aprovadas em reunião de Câmara, mas que sejam levadas ao conhecimento da Assembleia Municipal. É o que fazemos com esta proposta, trazendo-a ao conhecimento deste Órgão deliberativo. Dizer que foi com o intuito de mitigar os efeitos, sobretudo na população mais vulnerável e nas empresas que, naturalmente, tiveram e estão a sofrer os efeitos mais indesejados. Conhecemos e sabemos que não existem recursos financeiros, nem económicos, nem de outra natureza no Município, que permitam dar uma resposta suficiente, mas não podemos fazer de conta que nada aconteceu, que a situação que vivemos, não aconteceu. E que o depois da pandemia não vai ser exatamente igual ao antes da pandemia. Vamos andar muitos anos de facto para podermos recuperar da situação económica, social, enfim, e de outras que já tínhamos em março de 2020. E, portanto, nesse sentido sabendo dessa insuficiência, ainda assim, apresentamos esta proposta, que também tem outro pressuposto, está formulada com base nas condições financeiras do Município, para poder naturalmente concretizá-la, porque não basta querer é também necessário poder. E, portanto, é preciso que haja condições financeiras e económicas do Município, para que naturalmente estas medidas e outras que eventualmente possam ser desenhadas no futuro, e eu gostaria de lembrar que a situação financeira do Município é ainda crítica, continua a exigir cuidados, lembro que a nossa dívida total é quatro ou cinco vezes maior que a de outras Autarquias da nossa dimensão. E, portanto, significa que temos ainda uns custos financeiros muito significativos, sobretudo relacionados com a dívida à banca, mas também, com a dívida às Águas do Norte. Por isso, não podemos tomar decisões, ainda que gostássemos, sobre propostas que exijam recursos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

financeiros, que o Município não tem, ou que, eventualmente ponham em crise aquilo que é a recuperação financeira e económica, que temos vindo a assinalar. Ainda assim, dizer que as 24 propostas que apresentamos, atuam principalmente nesses domínios mais frágeis e naquilo que são as competências próprias do Município, ou seja, nas taxas, nas questões relacionadas com rendas sociais, enfim, naquilo que seja o seu património Municipal. Queria dar nota que, de facto, na parte das famílias, foi criado um fundo de emergência social para corresponder às situações mais agudas e mais críticas das mesmas, que pode ir até 200 mil euros. O apoio aos medicamentos, o apoio à renda, naturalmente, também a questão das rendas sociais, a questão da moratória e do pagamento em prestações da água, também, a questão de uma redução da água de 10%, para aqueles que tiveram um corte significativo nos seus rendimentos quer nas empresas, quer nas famílias. Apoiar, na medida do possível, de acordo com as capacidades do Município e, naturalmente, isentar o pagamento até ao final de junho do estacionamento, como forma de apoio também ao comércio local. Também, isentar as empresas que foram obrigadas a encerrar, por causa das medidas de emergência, naquilo que é tarifa da água, saneamento de lixo na parte fixa, porque se não funcionarem, também não têm parte variável não consumindo água, o que significa na prática uma isenção total. Também a possibilidade de fazer o pagamento em prestações num conjunto de atividades, bem como isenção de taxas municipais de esplanadas e publicidade, durante o ano todo. Relativamente às feiras e vendas ambulantes, ficam isentas de derrama, no ano de 2020. De igual modo, as empresas que estão instaladas em edifícios Municipais e que tiveram que estar encerradas por determinação legal, ficam isentas ou são dispensadas do pagamento da respetiva renda. Estas medidas foram conformadas com base em 3 pressupostos que eu enunciei. Mitigar os efeitos económicos e sociais, desenhar as medidas de acordo com a capacidade financeira do Município e, também, com as necessidades dos respetivos beneficiários, foi essa a lógica de formulação desta proposta. Terminando dizendo que, naturalmente, entendemos que a visão correta não é fazer descontos para todos, porque a verdade é que esta pandemia tem tido efeitos negativos sobretudo, naqueles que menos têm e apresentam uma situação mais frágil. É para esses que temos que olhar com uma atenção dedicada. Dizer que esta proposta foi votada em reunião de Câmara, portanto, já está em execução, podendo sofrer algumas evoluções, em função daquilo que for avaliação das situações mais prementes que a nossa comunidade possa ter, sempre no pressuposto da sustentabilidade financeira". -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, interveio neste momento para informar que serão incluídas neste ponto 4, as Recomendações apresentadas pelo membro desta Assembleia Municipal, Gonçalo Alves, do Grupo Municipal do CDS-PP. -

Seguiram-se as intervenções dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PSD. -----

Começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal e vereadores, Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, funcionários e colaboradores da Autarquia. “A todos cumprimento da forma mais respeitosa neste momento de confinamento físico em que nos encontramos, nós e o mundo”. Seguidamente, em nome do Grupo Municipal do PSD, sobre este ponto da Ordem do Dia, fez a seguinte intervenção: -----

“Esta é sem dúvida uma Assembleia ímpar na histórica deste órgão e não propriamente pela ordem de trabalhos em si, mas sim pela conjuntura atual, referente à pandemia COVID - 19. Todos temos consciência que vivemos um período particularmente difícil pelo momento que estamos a atravessar, e pelo facto de podermos vir a ter uma segunda vaga desta pandemia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

não se sabe bem quando. Impõe-se, por isso, responder à situação atual, mas também que nos preparemos para essa eventualidade. As falhas que existiram não poderão ser repetidas. Há e haverá sempre falhas. Haverá o momento, que não é este, para fazer todo o tipo de análises e de balanços. Agora é tempo de apoiar sem esquecer a questão do planeamento logístico, pois sem ele, a nossa resposta será sempre deficiente e incompleta. -----
Lastimar e apresentar um voto de pesar às enlutadas famílias, vítimas deste inimigo: COVID - 19. -----

Saudar e apresentar um voto de louvor a todos aqueles que estão nas diferentes linhas de combate a esta pandemia (saúde, bombeiros, forças de segurança, IPSS, proteção civil, serviços municipais, funcionários e colaboradores, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, etc, etc, etc...) Todos, sem exceção, merecem o nosso mais profundo e reconhecido agradecimento! Sublinhar que os flavienses têm dado uma enorme lição de civismo enquanto povo! Ao PSD enquanto partido humanista e interclassista, cabe assumir as suas responsabilidades. Cabe servir as populações do nosso Concelho, seja no exercício de funções governativas municipais, seja enquanto oposição. O PSD tem que estar á altura dos anseios das pessoas em ambas as situações. E neste momento difícil, uma vez mais o PSD tem sabido estar á altura das circunstâncias. Na sessão de Câmara do passado dia 30 de março, os vereadores do PSD Chaves (Arq. Carlos Penas e Sr. João Neves), atentos à evolução da situação da pandemia, e solidários com o Sr. Presidente da Câmara, na necessária ação permanente de combate a este flagelo, e como contributo responsável, propuseram/sugeriram, que a Câmara Municipal, para além de todas as medidas tomadas até àquela data, adotasse também um vasto conjunto de medidas necessárias a uma resposta adequada ao combate e à mitigação dos impactos sociais e económicos causados por esta pandemia. Medidas de Apoio Socioeconómico; Medidas de Apoio Social; Medidas Financeiras de Apoio para Manutenção da Empregabilidade e o Reforço de Medidas de Contenção à Propagação do COVID-19. Umas foram aceites outras nem por isso. Podíamos ir mais além? Podemos sempre fazer mais e melhor, mas o que verdadeiramente importa não é isso, mas sim aquilo que hoje temos e que aqui estamos a debater. É sabermos distinguir o principal do acessório, unidos e solidários. Como alguém dizia “Senhor, concede-me a serenidade para aceitar aquilo que não posso mudar, a coragem para mudar o que me for possível e a sabedoria para saber discernir entre as duas.” Este é o tempo da ciência, da medicina, da saúde, da investigação, é o tempo dos tempos, mas o PSD entende que este é também o tempo da política, pois é aos políticos eleitos que compete apontar os melhores caminhos, tomar as decisões mais ousadas, justas e necessárias. É este o tempo das decisões corajosas, da mobilização do coletivo, da atenção aos mais fragilizados, expostos ou necessitados. Este é o tempo das ações! Neste sentido, aceitamos a responsabilidade de ser parte da solução apresentando ao executivo municipal novas sugestões/propostas, que visam reforçar a capacidade dos agentes se manterem ativos através da internet, tais como: -----
No Ensino à distância: -----

- Mais Reforço dos meios das escolas para o ensino à distância, acautelando condicionamentos no próximo ano letivo; Criação de uma rede pública de hotspots de acesso à internet; Comparticipação na aquisição de material informático e hotspots individuais para alunos mais carenciados dos estabelecimentos de ensino do nosso concelho; Aquisição de conteúdos digitais educativos e didáticos; -----

Fomentar o Associativismo à distância: -----

- Mais Apoio à construção e melhoramento dos sites das associações na internet; Mais Apoio a iniciativas das associações que fomentem a atividade à distância. -----

Para o efeito, para além do reforço das parcerias existentes e de eventuais novas parcerias, o Executivo deverá ponderar realizar as necessárias diligências, junto do Governo, para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

criação de um “Plano de Contenção de Danos na Economia Flaviense”, naturalmente para além das medidas aprovadas pelo Governo. -----

Senhor Presidente, Minhas Senhoras e meus Senhores! Termino citando o Dr. Rui Rio no início deste estado de emergência: -----

“É preciso que o país saiba que o PSD apoia o Governo neste combate. Estamos numa emergência nacional. Temos uma ameaça a combater. Aquilo que se exige é unidade, solidariedade entre todos e sentido de responsabilidade em nome do interesse nacional. Neste combate, este não é um Governo de um partido adversário, é o Governo de Portugal que todos temos que ajudar neste momento. No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração. Temos de ser todos soldados na disponibilidade, ajudar Portugal a vencer com o menor número de baixas possível”. -----

Face ao exposto, naturalmente e em coerência, o GM/PSD votará a favor da presente proposta apresentada pelo Executivo municipal”. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS. -----

Após renovação de cumprimentos a todos os presentes referiu que “Se alguém tinha dúvidas sobre a importância e a capacidade do Poder Local, nesta provação que atravessamos no combate ao novo coronavírus e ao COVID-19, dissipou-as. A resposta dada pela Autarquia, durante este estado de exceção, tem sido notável no apoio, no empenho e na proximidade, alicerçando a sua ação no conhecimento das populações e do terreno, que constituem dimensões essenciais, para o sucesso nesta luta. A Administração Central através da Lei 6/2020, de 10 de abril, aprovou o regime excecional, para promover a capacidade de resposta das Autarquias Locais no âmbito desta pandemia e, que também permite que as despesas das Autarquias para combater a COVID-19, fiquem fora dos limites de endividamento, previstos na lei das finanças locais, incluindo os Municípios sujeitos a programas de ajustamento. A mais-valia do Poder Local, que já é perfeitamente visível todos os dias, neste combate à pandemia, será ainda mais fundamental na crise seguinte, a económica, que irá surgir como resultado direto das medidas extraordinárias a que estamos obrigados para estancar a disseminação da doença. Com a crise económica, teremos de enfrentar focos de crise social, gerados pela destruição dos circuitos económicos, mas, também, da população ainda mais desprotegida. Enfrentar e superar a crise económica e mitigar o seu impacto social será feito com uma maior probabilidade de sucesso se, quem está no terreno em contato direto com as populações, for envolvido e, se os mecanismos de articulação forem refeitos para procurar respostas rápidas. Vai ser preciso empenho, envolvimento e articulação vertical entre os poderes públicos, para gerar confiança e crescimento, para podermos voltar à rota da estabilidade e ter crescimento económico, mas, para isso, será necessário também melhorar os procedimentos de aprovação dos projetos, agilizar a concretização dos objetivos, em tempo útil. É necessário, e a crise que aí vem a isso vai obrigar, que se encontre uma nova forma de olhar para a economia e para o desenvolvimento económico, com outro empenho, com outra capacidade de envolvimento dos agentes económicos e políticos. Mas vai ser necessário, também, que os Municípios saibam organizar-se num modelo de geometria variável, adaptada à natureza e aos objetivos dos desafios, tornando-se agentes com uma ainda maior capacidade de intervenção, especialmente em situações de crise e, por isso, a reorganização administrativa da Câmara Municipal, também é importante nesse aspeto. Se o financiamento do Poder Local, já era uma exigência para o desenvolvimento económico, hoje fica claro que é uma resposta crítica na área da saúde, no apoio social, na promoção da inovação, como alicerce na captação de investimento que é fundamental como elemento de combate à crise, um caminho que este Executivo, também, vinha trilhando. Repito, a resposta dada por este Executivo tem sido notável, e este pacote de medidas é exemplar, um pacote de medidas em paralelo e do qual não quero destacar nenhuma, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

serem todas tão importantes e bem delineadas. Um pacote de medidas no valor de um milhão de euros, parabéns por isso, por tudo isso, mas também, por ficarmos a saber, para quem ainda não sabia, que podemos contar com os nossos representantes que não nos abandonam e, por sabermos que existem os meios para o fazer, fruto do trabalho desenvolvido na diminuição da dívida e na captação de investimento. Por todas estas razões, a Bancada do Partido Socialista, votará a favor.” -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS. -----

Após a renovação de cumprimentos e na qualidade de proponente de Recomendações nas áreas de saúde, educação e empresas, fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da Câmara: Tendo eu formação em Ciência Política, pela Universidade do Minho, não tomo as suas considerações de há pouco, em relação aos populismos, extrema-direita ou sequer sobre os meus princípios e valores políticos, como meras opiniões e liberdades suas, não muito dadas por conhecimento, mas muito mais por preconceito ideológico. Referente às propostas de Recomendação que o CDS propôs a esta Assembleia, nomeadamente, referentes a este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de colocar a seguinte pergunta ao senhor Presidente: Quais são aquelas que não são para todos? Aquelas que são indiscrimináveis e aquelas que não sejam úteis e que sejam populistas, nas suas palavras. Aliás a nossa boa vontade é tanta, em relação a este assunto, que eu estou disposto a retirar quaisquer pontos que sejam considerados excessivos ou desproporcionados, para incluir outros que o Senhor apresente ou que outros partidos apresentem. Não foi com tom de crítica que fizemos esta proposta, mas sim numa perspetiva colaborativa e cooperativa. Senhor Presidente, caros membros desta Assembleia, afirmando a nossa concordância com as propostas apresentadas pela Câmara Municipal, tenho algumas questões a fazer ao senhor Presidente também, em relação a este ponto e às propostas que apresentou. No ponto 8 das medidas referente à isenção da cobrança das taxas municipais, relativas às esplanadas e publicidade a todos os estabelecimentos comerciais, com exceção de bancos e instituições de crédito, seguradoras, supermercados e hipermercados, e farmácias durante o ano de 2020. Esta proposta tem origens, segunda eu sei, na Câmara Municipal de Lisboa, mas a medida Lisboa somente contemplava bancos e instituições de crédito e seguradoras, o que até é bastante compreensiva. Qual é o motivo da discriminação das farmácias, neste ponto? Dado que as grandes superfícies instaladas neste Concelho, têm parafarmácias, isto não vai criar uma incoerência na proposta? No ponto 13 criar uma equipa de apoio às micro e PMEs, tendo em conta assegurar a informação sobre todos os apoios existentes estatais ou municipais, bem como consultoria, para mitigar os efeitos da crise e promover a recuperação económica em cooperação com o IEFP, a Segurança Social, a ACISAT, a ADRAT. Qual é o ponto de situação das entidades referidas na inclusão desta equipa. Já existe, esta equipa? Já existem recursos humanos adstritos a ela? No ponto 16 quanto à manutenção do apoio social às populações mais vulneráveis, alguma vez esteve em causa este apoio? Estão são as minhas perguntas ao senhor Presidente da Câmara. Aguardando a resposta do senhor Presidente da Câmara, faço já a minha inscrição para uma intervenção mais à frente.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

Após renovação de cumprimentos, referiu “Só quero dizer quatro ou cinco coisas. Nós subscrevemos e votamos a favor deste conjunto de medidas. Penso que é um conjunto de medidas, com traços comuns com diversos Municípios do País e reforça muito a importância do Poder Local Democrático, na estruturação do território e na defesa das populações. Todos aqueles que ao longo destes anos pretenderam extinguir até Municípios e Freguesias, pois era ideia inicial da troika, percebem agora que ter uma rede de proximidade às populações é tão importante, até neste tipo de crise. Segundo ponto, recordar que é, decisivo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

aproveitemos esta crise para recuperar a agricultura e a promoção das regiões do interior. Perceber-se que é necessário um território estruturado, que responda às necessidades, temos que encontrar formas de aproveitar as nossas riquezas, de produção agrícola, os nossos recursos humanos em todas as aldeias do concelho e da região, para ganhar uma autonomia alimentar, que não temos. Em terceiro lugar como sugestão, nós vivemos um período de indefinição sobre se vai haver uma segunda onda, o que parece provável, se se vai conseguir conter a segunda onda até à vacinação. O que seria muito bom, e sabemos que o ponto mais frágil é a questão do apoio aos idosos e a questão dos idosos institucionalizados, principalmente. Era tempo de fazermos uma reflexão sobre a forma como nós, como país, lidamos com os idosos, como é que, por exemplo, se transformou o apoio para os idosos, numa área de negócio, que colocou tantas dificuldades. Estes temas devem merecer uma reflexão de todos e eu voltava à minha intervenção inicial. Recuperar as funções da saúde que não dependem apenas do COVID-19, é urgente, senão isto vai correr mesmo muito mal. Depois é preciso repetir o que disse em relação aos valores de abril, ao contrário do que tentámos fazer para sair da crise financeira de 2007 e 2008. Por isso, não posso deixar de saudar que amanhã é o dia primeiro de maio, o dia dos trabalhadores e há que encontrar formas para, amanhã e em todo o tempo, defender os interesses de todos, daqueles que trabalham por conta própria ou por conta de outrem, porque eles tendem sempre a ser as vítimas principais das crises económicas do sistema em que vivemos. Mais uma vez, para mostrar o apoio à atuação e às decisões do Município, deixo aqui expresso o voto favorável da CDU". -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Renovou os cumprimentos à Assembleia e, de seguida, fez a seguinte intervenção. “Dizer que estive para intervir e fazer um protesto relativamente à intervenção de Gonçalo Alves, porque o senhor Gonçalo Alves ainda, tem que crescer um bocadinho, provavelmente amadurecer muito nas várias dimensões, talvez também, na académica e na profissional. Porque, sinceramente, me parece que lhe foge o tom para a agressão e a ignorância. E, portanto, dizer-lhe que Ciência Política também sei o que é, e reafirmo o que disse: na sua atuação é incoerente, é inconsistente e é demagógico. Porque algumas das propostas que fez, naturalmente que fariam sentido serem apresentadas por todos os Grupos Municipais, à exceção do CDS, que defende o mínimo estado, o estado menor, e que deixa ao livre arbítrio aquilo que é a economia, deixa então na mão invisível de quem se falava há bocadinho, de **Adam Smith**, para que o mercado regulasse tudo. Mas afinal nas situações de crise, deve ser o estado a pagar aos empresários, às empresas a garantir tudo a todos e, portanto, reafirmo aquilo que disse. Porventura aconselhava-o a ser mais comedido naquilo, que são as suas expressões, algumas pouco adequadas. Dizer também que, naturalmente, esta proposta que é uma proposta abrangente, claro que recebeu contributos, foi influenciada e bebeu informação em muitas outras e, a meu ver, bem. Como nós sabemos já dizia Lavoisier “nada se perde tudo se transforma”. E o conhecimento é mesmo isso, é sabermos beber a informação toda e, em resultado disso, fazermos uma proposta que se ajuste às nossas necessidades e à nossa comunidade. E, portanto, dizer-lhe que se existem propostas robustas, enfim Câmaras com uma dimensão financeira em 15, 20, 100 vezes superior ao Município de Chaves e, naturalmente, só assumem algumas propostas, nós assumimo-las de forma mais minimalista e adequada à nossa dimensão. Dizer que a proposta, relativamente à questão da isenção das taxas relativas às esplanadas e publicidade, é mesmo isso que quer dizer e não há nenhuma concorrência desleal, porque também estão lá os hipermercados, se reparar. Portanto, se os hipermercados beneficiam da taxa de isenção e se nesses hipermercados estão parafarmácias, têm exatamente o mesmo tratamento que tem as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

farmácias, mas entendemos que esta medida deve ser para quem teve efeitos negativos da crise, não para quem não teve. Eu acho que as farmácias, com esta crise, não tiveram na minha perspetiva, diminuição de atividade. E, portanto, mais uma vez lhe digo que a proposta que aqui está formulada, vai no sentido de apoiar quem precisa. É assim que entendemos verdadeiramente a justiça, que é tratar igual o que é igual, e tratar de forma diferente o que é diferente. E, nessa perspetiva, essa proposta foi pensada, foi estruturada, recebeu os contributos de várias pessoas e, portanto, está assim delineada, exatamente para que os nossos comerciantes, os nossos empresários que sofreram com esta nossa crise e nós sabemos quem foram: o pequeno comércio, o comércio a retalho, já sabemos que sofreu muito com isso, mas naturalmente houve algumas atividades económicas que, pelo contrário, beneficiaram com a crise. Depois, explicar que não há nenhuma contradição entre farmácias e parafarmácias, aconselhando naturalmente a uma leitura mais atenta. Depois dizer o seguinte, relativamente à proposta de criação de uma equipa, já está em termos municipais definida, já está em fase de operacionalização, quanto à possibilidade de poder receber também outros contributos e outros apoios a nível de recursos humanos, por parte das instituições aí referidas, Segurança Social, IEFP e a ACISAT e outros. Dependerá dessas instituições e, naturalmente, o que se pretende com esta proposta é permitir que haja um espaço, um serviço, uma estrutura que aconselhe, que dê informação, que ajude todos aqueles que precisam e normalmente quem precisa muito é que não tem os recursos nem tem os conhecimentos necessários para poder beneficiar dos apoios, nomeadamente os definidos pelo governo. Porque eu posso dizer que, por exemplo, só a síntese Legislativa, saída nos últimos dias, dá 20 páginas. É natural que empresas e cidadãos tenham alguma dificuldade. E este serviço quer exatamente fazer isto, dar essa informação, mas também, permitir, facultar informação aos nossos concidadãos. Relativamente às medidas de apoio da Câmara que explique, mas também que os ajuda a fazer a formulação. E, portanto, durante a próxima semana é suposto haver um espaço físico em que os cidadãos, se possam dirigir para que possam ser aconselhados. Ao mesmo tempo, também no próprio *site* do Município vão poder descarregar formulários para o efeito, que já estão neste momento, elaborados e aprovados, para que naturalmente possam ser utilizados pelas pessoas. É essa a intenção deste grupo, mas também pretende mais, pretende fazer alguma reflexão com estas instituições, no sentido de poder haver um desenho, relativamente a medidas específicas que Chaves e os seus agentes económicos, precisem em particular é, também, com essa intenção. E, para o efeito, esperamos contributos de todos. Relativamente à proposta 16, devo dizer que não percebi a pergunta, mas ainda assim vou-lhe explicar, o âmbito desta medida. O que se pretende com esta medida, é fazer com que as nossas crianças ou outras populações que estão em situação de vulnerabilidade, possam beneficiar daquilo que é uma cooperação já instituída em particular com a Misericórdia e com a Cruz Vermelha, mas estendendo a todas as IPSS, que têm por exemplo apoio domiciliário, para que nós possamos levar refeições a todas essas pessoas que precisem de refeições prontas. Portanto, não só às crianças do jardim-de-infância e 1º ciclo, é essa a intenção desta medida. A criação de um fundo de emergência que pode ir até 200 mil euros é exatamente para que as situações das pessoas e das famílias que estejam, de facto, numa situação quase no mínimo de subsistência, possam ter uma resposta adequada na alimentação, em géneros, ou noutras questões essenciais à manutenção do modo de vida das mesmas. Portanto é isso que pretendemos fazer, e é uma medida que na minha perspetiva, pode até eventualmente, sofrer um impulso e um reforço se houver necessidade. Porque, mais uma vez, repito, estamos muito preocupados com quem menos tem. Porque são, de facto esses que ficam numa situação de facto desesperante. -----

Depois dizer ainda, relativamente às considerações feitas pelo membro desta Assembleia Municipal **Rogério Moura** que, de facto, são esses os postulados, são essas as motivações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

e são essas fontes de energia que comandam a ação Autárquica. É, por entendermos que as Autarquias Locais, as Freguesias e o Município, têm um papel importante no sentido de satisfação das necessidades mais essenciais das respetivas comunidades locais, que naturalmente, nos movem e nos incentivam todos os dias a fazermos mais e melhor, sabendo nós que não fazemos tudo, mas o suficiente. -----

Depois quando às questões que foram suscitadas pelo membro desta Assembleia Municipal **Manuel Cunha**, enfim, no essencial estamos de acordo, quanto às considerações genéricas que fez naturalmente, quanto à preocupação daquilo que são as necessidades em saúde da nossa população sobretudo daquelas que neste momento, eventualmente, estarão mais esquecidas e que terão que ter uma atenção particular porque, porventura, ainda podem eventualmente gerar mais óbitos do que aqueles que a própria pandemia da COVID-19 gerou. Quanto à questão da resposta local, enfim, era aquilo que eu dizia que tem que ser uma resposta, na dimensão da capacidade, do respetivo Município porque não nos podemos esquecer, da situação em que nos encontramos. Porque, e dissemo-lo muitas vezes, o que é importante é que haja disponibilidade para a solidariedade. Quanto à dimensão depende da capacidade de cada um, em termos individuais e em termos coletivos e, neste caso particular, em termos das instituições. -----

Voltando um bocadinho atrás, relativamente à questão do CDS, enfim, e para explicar aquilo que eu quis suscitar relativamente às propostas que apresentou, através da Recomendação. A questão que propôs, de criar um fundo de emergência, para apoiar os empresários em nome individual, deixe-me que lhe diga que essa não é competência dos Municípios. Os Municípios, não podem dar dinheiro às empresas, não podem oferecer dinheiro a fundo perdido às empresas, isso não é possível. Para aquilo que nós estaremos disponíveis será para encontrar soluções que permitam apoiar o comércio local, naquilo que são as competências dos Municípios, seja pelas isenções de taxas, seja pela realização de determinadas iniciativas, mas no âmbito das suas competências. Isto porque, quanto a esta matéria, a competência é do governo, seja pela via de criação de linhas de apoio à tesouraria ou de financiamento às suas atividades, ou seja, por exemplo, em medidas mitigadoras. Quanto à questão de criar um fundo de emergência para apoiar as empresas no sentido de lhes dar dinheiro, sinceramente, não sei como é que isto podia ser estruturado e, portanto, aqui vai uma observação quanto a esta recomendação. Quanto à recomendação que tem a ver com a área da saúde, era importante que o senhor membro desta Assembleia Municipal percebesse, quais são as respostas que existem no Concelho. Relativamente ao teste à COVID-19, eu posso dizer que neste momento aquilo foi o Centro de triagem do COVID-19, criado no centro de no centro cívico, tem tido uma capacidade instalada superior às necessidades. Tem uma capacidade para fazer 50 testes e está a fazer 15 ou 16 todos os dias. E, portanto, fazer mais um centro para esta resposta não estou a ver com que necessidade e, com que intuito, sinceramente. Aqui está o populismo de ser uma proposta destinada a Vidago. Não vejo outra razão. Depois, dizer-lhe que, também, têm sido feitos testes a funcionários, a forças de segurança, aos bombeiros, que foram financiados pelo Município. Não há evidência científica, nem de saúde que efetivamente haja qualquer vantagem fazer rastreios, fazer testes a toda a população, porque aquilo que é no momento A, pode não ser no momento B. Agora é fundamental que aqueles profissionais que desenvolvem funções e têm profissões que podem gerar um risco, por exemplo que trabalhem num Lar, é que é importante que, quando, retomam funções haja garantias que não estão infetados. Por exemplo, quem faz parte de uma equipa de saúde, quem está nos Bombeiros, existem razões que assim o determinem. Agora fazer de forma transversal, isso não me parece adequado nem justificável sob o ponto de vista financeiro. Por outro lado, era importante que nessas três propostas tivesse sido feito um esforço, já que é da área da gestão, para se perceber qual é o custo associado a cada uma delas, para se avaliar se, efetivamente, existem condições financeiras ou não. Porque,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

curiosamente o CDS, critica normalmente as propostas da esquerda quando não têm uma tradução financeira e que dizem que querem dar tudo a todos. O senhor membro da Assembleia Municipal o que está aqui a fazer é, exatamente o mesmo, que o seu partido normalmente condena e, portanto, era fundamental que tivesse aqui enunciado e tivesse identificado os custos financeiros. Quanto à desinfeção, já está feita, desde o início que temos feito essa desinfeção, nos espaços públicos e vamos continuar a fazer, enquanto isso for necessário. E, portanto, também quanto à questão dos EPIs, isso é algo que está neste momento a ser executado e, portanto, quer-me parecer das duas uma, ou não conhece a atividade municipal e, não sabe o que temos feito, ou então o que quer fazer é aqui algum folclore, algum *fédiver* político, não vejo outra motivação. Por outro lado, enfim, como já foi anunciado o Município à semelhança daquilo que é a posição dos Municípios do Alto Tâmega, vai fazer a aquisição de máscaras que serão reutilizáveis, que podem ser laváveis até 20 vezes, no sentido de disponibilizar uma máscara a cada cidadão para que possa pelo menos ter para 30 dias. Se as mascaras puderem ser usadas durante dois dias e se puderem ser lavadas 20 vezes teremos, no mínimo entre 35 a 40 dias de utilização, é isso que faremos é isso que já está determinado. E, portanto, mais uma vez esta proposta, não tem em consideração alguma coisa que já está neste momento em execução, aliás estão em processo de aquisição. E, portanto, digo-lhe mais uma vez, ou não conhece as medidas ou pura e simplesmente quer fazer folclore político. Depois, dizer ainda quanto à questão dos meios informáticos e, também das questões do acesso à internet, foram questões que, também, foram referidas pelo senhor membro da Assembleia Municipal Nelson Montalvão, aqui de uma forma mais sensata, porque está a dizer “preparemos o próximo ciclo, o próximo ciclo letivo”, faz sentido, porque eu gostaria de partilhar com vocês algumas reflexões que foram feitas dentro do Executivo. Nós neste momento temos identificado, temos feito o diagnóstico de qual é o conjunto de alunos dos vários ciclos desde o primeiro ciclo até ao 12º ano. Sabemos, qual é o número de alunos que não tem efetivamente, ou dizem não ter equipamento informático, não sabemos exatamente que todos aqueles que declararam não ter equipamento informático, qual é a situação económico-financeira, porque não foi declarada, apenas houve a informação de que não teriam esse equipamento. É uma informação que naturalmente vamos solicitar de forma subsequente, aos respetivos agrupamentos. Mas, dizer que são mais de 400 e, portanto, dizer que uma resposta nesta matéria é responsabilidade do Ministério da Educação, porque estamos a falar de recursos pedagógicos, de instrumentos de apoio ao estudo. Mas ainda que os Municípios, de forma coletiva, o pudessem fazer, deixo aqui à consideração dos membros desta Assembleia algumas reflexões: primeiro o processo de aquisição destes equipamentos podia demorar duas três semanas, o prazo de entrega naturalmente, também, umas duas semanas e quando o processo estivesse completo já o tempo letivo do último período ter-se-á esgotado. Depois coloca-se aqui uma questão, o custo financeiro que andar na casa dos 250 mil ou 300 mil euros. Por isso, o que nós entendemos fazer nesta matéria, foi fazer um trabalho de identificação, diagnóstico das necessidades validar se dentro das necessidades familiares se têm essas carências, sobretudo os que beneficiam do escalão A e escalão B, sobretudo esses. Aliás por aquilo que já foram as palavras do senhor Primeiro Ministro e do senhor Ministro da Educação, haverá instrumentos financeiros que vão permitir ou diretamente às escolas, através do Ministério da Educação, ou aos Municípios ou Freguesias, possam candidatar-se para adquirir estes equipamentos e disponibilizar a estes jovens que, naturalmente, estão numa situação de desigualdade efetiva, relativamente aos outros, mas que possa ser corrigido no próximo ciclo. E deixo aqui expressa, não sei qual vai ser a utilidade pedagógica de alguns equipamentos informáticos, que vão ser agora fornecidos, nesta semana e na próxima, a alunos que não têm nenhuma competência digital informática e qual vai ser a utilidade que os mesmos vão ter”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

No uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, quanto às Recomendações informou que é interpretação da Mesa, que as Recomendações não têm que ser votadas, pois são meras Recomendações. -----

“Recomendação -----

Medidas complementares para a área da educação no âmbito do Covid-19 -----

Segundo a UNESCO há 290 milhões de estudantes sem aulas por questões relacionadas com o coronavírus. Em Portugal, desde meados de março que as aulas presenciais foram suspensas, quer nas escolas quer no Ensino Superior, dando-se ênfase ao ensino à distância, através da Telescola e de plataformas de videoconferências. -----

Com a evolução da situação epidemiológica, deverão ser retomadas as aulas presenciais dos alunos dos 11.º, 12.º anos e do ensino superior e o ensino pré-escolar deverá ser voltar em junho, no entanto, os restantes alunos continuarão a ter o acesso à educação condicionado a meios não presenciais. -----

O estudo do Centro de Economia da Educação da Universidade Nova de Lisboa sobre o acesso dos alunos a meios informáticos refere que, em média, 23% dos alunos até ao 12.º ano não têm acesso a computador com internet em casa, valor que é ainda mais elevado quando se retiram os dados de escolas privadas. -----

Face a esta realidade, diversas autarquias do país, como Montalegre ou Fundão, têm disponibilizado computadores e placas móveis de acesso à internet, a título não definitivo, aos alunos mais carenciados, de forma a impedir que as diferentes circunstâncias económicas familiares não sejam fator discriminatório. -----

No contexto do ensino superior, as Universidades e Institutos Politécnicos públicos decidiram não suspender ou reduzir o valor das propinas. Esta circunstância é particularmente preocupante com os estudantes deslocados e carenciados, colocando em causa o seu percurso académico e, no limite, o seu projeto de vida. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular propõe à Assembleia Municipal de Chaves que recomende à Câmara Municipal de Chaves: -----

1. A cedência temporária de computadores e de placas móveis de acesso à internet a estudantes sem meios informáticos na sua residência e com comprovada incapacidade financeira para a sua aquisição. -----
2. O alargamento dos apoios municipais ao pagamento de propinas a estudantes universitários, residentes em Chaves, cujos agregados familiares tenham, comprovadamente, sofrido uma redução de rendimentos. -----
3. A criação de apoios ao pagamento de mensalidades no ensino pré-escolar privado a agregados familiares tenham, comprovadamente, sofrido uma redução de rendimentos e que demonstrem incapacidade financeira. -----

O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, -----
(Gonçalo André Nascimento Alves)” -----

“Recomendação -----

Medidas complementares para a área da saúde pública no âmbito do Covid-19 -----

O advento do novo coronavírus SARS-COV-02 que causa a doença COVID-19 tem gerado consequências extremamente negativas, não só condicionando a saúde e bem-estar da população, bem como o desenvolvimento da vida em sociedade. -----

Segundo o relatório “Coronavirus disease 2019 (COVID-19) in the EU/EEA and the UK– ninth update” do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC), o risco de doença severa nos países da UE/EEE e no Reino Unido é considerado baixo para a generalidade da população em áreas onde medidas apropriadas de distanciamento social físico foram adotadas e onde a transmissão comunitária tenha sido reduzida e mantida em níveis baixo, como é o caso de Portugal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

O ECDC avisa que os efeitos da pandemia vão continuar presentes durante muito tempo no seio das comunidades e que, pelo menos até ao surgimento de uma vacina, é imperioso não relativizar a situação, mantendo uma grande exigência nas medidas de higiene, a etiqueta respiratória, o distanciamento social e o uso de máscaras, bem como a vigilância reforçada dos grupos de risco, a começar pelos idosos. -----

Também a Direção-Geral de Saúde, através da sua diretora, alertou que no país a retoma de atividade profissional e escolar, terá de ser feita “com outras rotinas, com outras práticas no nosso dia a dia, que têm como objetivo prevenir a infeção” pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). -----

Ao longo das últimas semanas, tanto o Governo da República Portuguesa como a Câmara Municipal de Chaves têm apresentado um conjunto de medidas de prevenção e contenção da doença no contexto de regresso à normalidade. No entanto, consideramos que existirem algumas áreas onde a atuação da autarquia pode e deve ser melhorada. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular propõe à Assembleia Municipal de Chaves que recomende à Câmara Municipal de Chaves: -----

1 - A criação de um Centro de Triagem e Diagnóstico ao COVID-19 em Vidago para maior comodidade dos habitantes da zona sul do concelho, bem como a expansão da capacidade de testagem à doença. -----

2 - Obrigatoriedade utilização de máscaras sociais nas instalações do município e da empresa municipal GEMC, EM-SA. e nos transportes públicos. -----

3 - Promoção da utilização de máscaras sociais em espaço público e em locais de atendimento ao público. -----

4 - O levantamento das necessidades de equipamentos e materiais de proteção e desinfeção de todas as organizações que desenvolvem atividade no concelho, em parceria com as associações empresariais, Juntas de Freguesia e outras entidades públicas e privadas. -----

5 - A realização de testes sorológicos aos trabalhadores do município e da empresa municipal GEMC, EM-SA. -----

O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, -----
(Gonçalo André Nascimento Alves)”. -----

“Recomendação -----

Medidas complementares para as empresas no âmbito do Covid-19 -----

Na sequência da declaração do Estado de Emergência devido à pandemia do Covid-19, foi determinado o encerramento de um conjunto alargado de instalações e estabelecimentos, a suspensão de atividades de comércio a retalho que não disponibilizem bens de primeira necessidade ou outros considerados essenciais, e a suspensão de atividades de prestação de serviços em estabelecimentos abertos ao público que não prestem serviços de primeira necessidade ou outros considerados essenciais. -----

Segundo o ministro das finanças, o impacto da forte desaceleração da atividade económica em Portugal, no último mês e meio, ronda os 6,5% do PIB anual, sendo que os setores mais afetados por esta quebra serão os da restauração, turismo e serviços, o que constitui um motivo de apreensão para o futuro no nosso concelho. -----

A imposição legal gerou um aumento gravoso das insolvências e, conseqüentemente, um aumento de 343 mil desempregados inscritos ou 9% na variação mensal, que as linhas de crédito apresentadas pelo Governo não conseguiram prevenir. Na mesma linha 358 mil trabalhadores de 38 mil empresas encontram-se em situação de lay-off. -----

Se é um facto que o Governo tem desenvolvido instrumentos para salvaguardar a sobrevivência das empresas, também é verdade que os apoios governamentais têm sido tardios na sua aplicação e não conseguem responder à complexidade do tecido empresarial



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

português. Exemplo disto são os sócios gerentes de microempresas, que estão completamente desprotegidos. -----
Assim, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular propõe à Assembleia Municipal de Chaves que recomende à Câmara Municipal de Chaves a criação de uma linha de emergência municipal para apoiar os empresários em nome individual e sócios gerentes de micro e pequenas empresas, de curto prazo, num montante global a determinar pela autarquia. -----
O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, -----
(Gonçalo André Nascimento Alves)” -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS. -----

Em defesa das Recomendações que apresentou, abordou as seguintes questões: “Relativamente, às considerações relacionadas com as propostas do CDS, no que diz respeito ao fundo de emergência, trata-se de medidas que foram apresentadas, por exemplo, pela Câmara Municipal de Seia e pela Câmara Municipal de Cascais. Não sei se aquelas Autarquias estão a incorrer em ilegalidades, mas se calhar era melhor verificar o exemplo delas. Também reparo que o senhor Presidente, chama populista ao seu antigo Chefe, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre. Mas passando estes pontos e há partes das propostas que claramente não percebi o fundo delas e o seu objetivo, mas pronto. Relativamente, ao ponto 21, Desenvolvimento do Programa de Voluntariado, nos termos do regulamento Municipal a aprovar. Deixem-me então relembrar um conjunto de considerações, que o senhor Presidente da Câmara Municipal fez na sessão de 27 de junho de 2018, relativamente à Moção do CDS sobre voluntariado, logo na primeira frase. “Acho que esta proposta cai no maniqueísmo que é a excessiva regulamentação” e mais à frente “acho que Portugal precisava em muitos domínios e neste em particular o voluntariado não faz muito sentido de ser tão regulamentador, tão espartilhado”, continuando em frente “não faltam possibilidades em Chaves para se exercer o voluntariado, voluntariado em benefício da sociedade, e em benefício direto dos flavienses, de qualquer das formas gostaria que vocês todos ponderassem que provavelmente estamos a falar de uma questão que é um não assunto porque não me parece que exista um problema importante de regulamentação do voluntariado no Concelho.” Então senhor Presidente em 2018 era o não assunto, por que razão estamos hoje a aprovar algo que o senhor considera um maniqueísmo? O que o fez mudar a opinião? Pirueta? Contradição? Depois, esta proposta de regulamento do voluntariado, refere no seu artigo 12º voluntariado dos Serviços Municipais que a Câmara promotora do voluntariado com inclusão dos serviços municipais nos termos do artigo 10º deste Regulamento. Ora bem, façamos outra vez feedback a 2018 às páginas tantas o senhor Presidente afirmou naquela sessão desta Assembleia Municipal o seguinte “temo que efetivamente estejamos aqui a dar um sinal errado às associações e às muitas entidades que fazem voluntariado que é eventualmente, a Câmara encontrar aqui um instrumento para que por ventura possa suprir algumas necessidades que têm se calhar nalguns equipamentos culturais, desportivos e sociais Eu acho que isso é uma mensagem perversa e que pode ter algum risco para a Comunidade. Então e o sinal errado senhor Presidente? A mensagem perversa? O risco para a Comunidade? Também, acho interessante que ao longo das últimas semanas os Dirigentes nacionais de CDS, nomeadamente, um cá de Chaves, tenha feito propostas e elas estão vertidas no documento que o senhor Presidente apresentou. Eu sei que o senhor Presidente está a desdenhar das nossas propostas e acha que são todas erradas, mas daqui a uns meses por alma e graça do Espírito Santo elas vão cá estar todas. Tenho dito”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

“Já nos habituámos a este estilo um pouco infantil do senhor membro desta Assembleia Municipal, porque vem dar aqui, de alguma forma uma lição “douta” com se porventura o senhor tivesse credenciais mais relevantes do que os outros membros desta Assembleia Municipal. E, portanto, a sapiência que o senhor tem, em ciência política ou noutros domínios reserva- a e utilize-a, bem em termos profissionais para que seja bem-sucedido isso é importante, porque certamente lhe vai fazer bom uso. Naturalmente que o conhecimento, é sempre bom e certamente fortalece a capacidade crítica, analítica e de formação dos homens. Portanto, aconselho-o vivamente a continuar a fazê-lo, mas se calhar não aqui, mas nos bancos da Universidade e, provavelmente, nalgumas das teorias ou das teses que possa apresentar. Dizer outra vez que sinceramente, não me revejo na questão da ignorância, porque eu já disse há bocadinho que a ignorância é atrevida e já percebemos que o era. Depois, dizer que é a minha opinião. Quanto à questão do Fundo de Emergência e que não tem bases legais para a sua sustentação ainda, que porventura, outros Municípios tenham avançado com ela eu não conheço em particular a medida. Se a medida, se estruturar no sentido de dar apoios financeiros a fundo perdido, sinceramente, entendo que existe aí uma situação de ilegalidade. Não vejo na panóplia das competências materiais, que estão vertidas na Lei 75 de 2013 não consigo, lá encontrar essa possibilidade. Também não a consigo enquadrar sinceramente na Lei excecional 6 de 2020 de 10 abril, não a consigo enquadrar. Porventura, se essa medida for direcionada para situações de empresários e comerciantes, que estejam em situação económica e social idêntica à dos cidadãos que nós apoiamos, porventura possa ser por aí. E, portanto, se essa proposta for devidamente explicitada e fundamentada e se, se perceber o mérito da mesma sempre, na lógica do apoio social e da sua fundamentação normativa e se esta Assembleia Municipal estiver disponível a olhar novamente para ela. Da forma como foi apresentada a minha opinião continua a ser a mesma expressa anteriormente. Quanto à questão já velha e que pelos vistos não aprendeu nada com o passado, sabe que nas anteriores Assembleias Municipais também era sempre focada a questão de Montalegre mas como já percebeu não correu bem, pelos vistos não foi uma boa estratégia e, portanto, o que eu lhe digo é que cada Autarca e cada decisor político, toma o caminho que entende e cada um toma as decisões que entende e, portanto, se alguém neste caso o Presidente da Câmara de Montalegre que não sendo o meu chefe nessa lógica, mas sendo naturalmente o Presidente da Câmara à qual eu tinha que responder na qualidade de Diretor de Departamento, com certeza que o respeito e a lealdade devem manter-se. ----- Agora quanto às opções políticas que cada um toma, cada um fica com elas, sendo certo que tem havido no âmbito da CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, uma tentativa de tomarmos decisões que sejam transversais ao território, naturalmente com as necessidades que cada um tem, porque não podemos esquecer que na CIM, 44% da população que integra a CIM, ou perto disso, vive em Chaves e a realidade de Chaves não é exatamente a realidade de Montalegre, nem de Vila Pouca de Aguiar, nem de Valpaços, nem de Boticas. Só um Concelho pesa quase tanto como os outros todos e, portanto, a realidade de cada um dos Concelhos é distinta. Tal com também é distinta a situação económica e financeira de cada um dos Municípios. ----- Quanto às questões que me colocou, não me colocou nenhuma questão de novo e, portanto, é porque ficou satisfeito com as respostas que lhe dei e presumo que não sabia, era o queria perguntar. Quanto ao ponto 21 que vou procurar saber qual é em concreto para lhe responder. O que mudou, quanto ao programa de voluntariado, senhor membro desta Assembleia Municipal, foi termos uma pandemia e antes não, foi isso que mudou e não foi pouco. É que a realidade que nós temos hoje, bem como as dificuldades que sentimos nesta questão social, são incomensuravelmente diferentes da que tínhamos em 2018. O senhor membro desta Assembleia, quer analisar situações distintas com base nos mesmos pressupostos. Sim, a realidade de hoje e, percebeu-se claramente que, para nós respondermos adequadamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

esta pandemia, não só teve que haver um compromisso do Governo, das Autarquias Locais, das Entidades empresariais, mas também dos cidadãos, de muitos cidadãos que têm na nossa comunidade e pelo País fora feito um trabalho notável de apoio, aos profissionais de saúde, às forças de segurança e a um conjunto de associações. Esta necessidade surgiu, sendo a razão de ser desta proposta, porque, à medida que íamos conversando com as IPSS, em várias reuniões, para percebermos qual era a melhor forma de ajudarmos, percebemos uma coisa muito importante, que foi conhecer as suas necessidades a nível dos equipamentos de proteção individual, conhecer também as soluções que tinham equacionado no plano de contingência. Mas também garantir que havia uma resposta da retaguarda física para uma situação em que tivessem que ser transferidos utentes, havia recursos humanos, que estivessem capacitados para que, numa situação de emergência suplementar, esses utentes não ficassem descurados, porque o que tem acontecido em muitos sítios é que não há quem lhe preste cuidados de apoio. Portanto, o que nós fizemos não foi só apresentar candidaturas. Neste momento já temos 15 pessoas em voluntariado financiado pelo IEFP, para que possam integrar essas equipas, pessoas essas que já estão em formação nas IPSS, depois de terem feito o teste à COVID-19, garantindo que efetivamente não estão infetadas, para que não fossem portadores do vírus para dentro desses lares. E dizer que foi por causa disto mesmo, deste voluntariado, e da necessidade que sentimos de o disciplinar, de o regulamentar, por esta situação excecional do COVID – 19, que criámos este regulamento, não sendo assim por acaso que este regulamento vem no âmbito do pacote das medidas de combate ao COVID - 19 e à mitigação dos efeitos. Portanto, todas as considerações que fez e a leitura atenta que fez à ata e àquilo que foi dito por mim, que mantenho, não são aplicáveis aqui. Só pode ser aplicável aquilo que tem os mesmos pressupostos. Senhor membro desta Assembleia Municipal, porque a situação que vivemos é verdadeiramente excecional, única e singular, teremos que encontrar, nestes e nos próximos tempos, respostas também diferentes e diferenciadoras, para os problemas e desafios que se nos vão colocando. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS. -----

“As Recomendações apresentadas pelo CDS, consideramos que são um conjunto de medidas avulsas e desarticuladas entre si, quase todas elas já fazem parte do pacote de medidas apresentadas por este Executivo, um pacote muito abrangente, respeitando os critérios da legalidade e do cabimento financeiro. Foi feito e apresentado atempadamente, integrando um leque variado de opções. Para além disso, quanto aos computadores, o Governo já anunciou para setembro, que todos os alunos que não tenham acesso à internet, nem computadores, vai proporcionar as condições para que todos tenham acesso à internet e aos computadores, que façam falta. Portanto, também não há aqui qualquer medida nesse sentido, que a Autarquia possa tomar, até porque nem sequer iriam chegar a tempo de acabar o ano letivo. Portanto parece-me que o membro deste Assembleia Municipal, Gonçalo Alves, quer fazer aqui alguma prova de vida, para que fique alguma coisa escrita na ata e, depois, alguém possa escrever no Semanário Trás-os-Montes. Se calhar alguém vai querer aproveitar o teor das Recomendações, para escrever alguma coisa. Portanto o voto da bancada do grupo municipal do PS, se houver votação, é totalmente contra”. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou que as Recomendações não devem ser votadas, já fez respetivo despacho, no sentido de serem enviadas para o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras,
Rui Manuel Branco Rodrigues. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

“A minha intervenção vem no seguimento daquilo que está a ser dito. Senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia. Nós, neste momento, já estamos a apoiar os professores na documentação que é necessária e que está a ser enviada para a Junta. Imprimimos os textos e documentos e fazemo-los chegar às crianças. Acho que esta situação deveria ter sido salvaguardada, pelos agrupamentos. Deveriam ter arranjado e agilizado o processo de forma que essas fichas chegassem às crianças, e isso não está a acontecer. Claro que nós, Junta de Freguesia de Vidago, estamos sempre disponíveis para ajudar, mas acho que aqui está a haver essa falha. Entretanto, também, já tivemos três pedidos por causa da questão da internet. Em Arcossó estamos a tentar ajudar nessa situação, mas acho que no futuro tem que ser pensada uma solução para que todos tenham esse acesso, e que haja essa igualdade entre todas as crianças. A Junta de Freguesia tem estado sempre disponível, em colaboração com a Câmara, no sentido de encontramos as melhores soluções e darmos este apoio nesta altura difícil de pandemia e, claro, que o vamos continuar a fazer. Só queria deixar aqui um à parte, há pouco recebi uma chamada informando-me que estão a sair as notas de liquidação do IMI, e aquelas famílias que tinham um apoio de índole familiar, que são cerca de 40 €, não estão incluídas nessa situação. Um cidadão contactou as finanças e disseram-lhe que está a acontecer o mesmo com toda a gente. Fica esta nota para os serviços do Município poderem verificar o que é que está a acontecer”.

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas.

“Dizer duas coisas muito rápidas. Relativamente, àquilo que tem sido o compromisso das Juntas de Freguesia que têm cooperado e colaborado, não só na questão social, como se referiu há pouco, de entrega domiciliária dos medicamentos, da entrega das refeições, enfim, tem sido um bom exemplo de compromisso e de cooperação nesta matéria, mas também, na área da educação. De facto, as Freguesias têm adotado modelos diferentes. Há Freguesias que têm disponibilizado o seu espaço físico, tal como os computadores e a internet, para que duas ou três crianças da aldeia possam lá ter as suas aulas. Isto está a acontecer na Freguesia de Redondelo, e sei que há outras Freguesias que o fazem também. Portanto, todos os Presidentes de Junta que, por ventura, tenham uma, duas ou três crianças que não tenham equipamento informático, se a Sede de Junta tiver um computador e internet, se calhar resolve esse problema de forma imediata. A solução de entrega semanal das fichas e outros elementos de apoio ao estudo, que as Juntas de Freguesia estão a fazer é, também, uma forma prática e pragmática de encontrar soluções. Sendo certo, que também acho que, a partir do próximo ano letivo e para o futuro, se devem encontrar soluções mais justas, que respeitem e garantam, a igualdade entre todos, no acesso ao conhecimento e ao ensino. E sobretudo dizer aqui que, se no passado nós desdenhámos de uma orientação política, sobretudo no âmbito do Ministério da Educação, centrada na disponibilização de ferramentas e meios informáticos, acho que hoje já nos arrependemos. E, portanto, para o futuro, esta crise pelo menos faz-nos pensar, que temos que estar preparados para outras vicissitudes, para uma segunda vaga, ou para outras situações, porque já todos nos apercebemos, que situações desta natureza vão acontecer. Primeiro foi a gripe A, agora foi a COVID-19, não sabemos o que vem ser a seguir. E, portanto, precisamos de boas redes de comunicações e, também, de equipamentos. Neste sentido, fica aqui o compromisso de que, no próximo ano letivo, consigamos todos fazer o esforço necessário para que nenhum aluno, por razões económicas /financeiras, deixe de aceder naturalmente àquilo que são os conteúdos pedagógicos, através da internet. Depois, só para terminar, dizer que relativamente a uma questão pertinente, eu acabei por me esquecer, no Período Antes da Ordem do Dia de falar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

que foi suscitada agora pelo Presidente da Junta União das Freguesias de Vidago, Arcossó Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, que tem a ver com a questão da redução do IMI. Como sabem nós na última Assembleia Municipal de dezembro, aprovámos não só uma taxa de IMI, como também aprovámos outro tipo de medidas adicionais de majorações, de agravamento e, também, de redução da taxa. Neste sentido, nós aprovámos que, por cada filho de pessoas residentes, com domicílio fiscal em Chaves, daria uma redução de 20 €, dois filhos 40 euros e três filhos de 60 euros. Acho que é assim o valor que está na proposta, mas, de facto, as liquidações têm saído sem essa redução. Na semana passada fizemos o contacto com as finanças, e o que nos dizem, é que terá havido um problema no carregamento dessa informação, por parte da Câmara Municipal. Não conseguimos perceber se, de facto, houve um problema do sistema da plataforma ou o que, efetivamente, terá acontecido. No entanto, estamos a preparar uma solução alternativa, garantindo aos cidadãos com direito a esse benefício, que o obtenham efetivamente. Estamos, neste momento, a trabalhar numa solução para que durante o mês de maio todos os cidadãos, com domicílio fiscal em Chaves, que não beneficiaram pela via da liquidação do IMI, designadamente na primeira prestação, possam beneficiar na prestação seguinte. Mas se essa reposição não for feita diretamente pelas finanças, fá-lo-emos através dos serviços financeiros da Câmara porque, como sabem, a receita do IMI é uma receita própria dos Municípios. E, portanto, nós não queremos naturalmente incumprir aquilo que foi uma decisão da Assembleia Municipal e, também da Câmara Municipal, que formulou a proposta de redução do IMI. Nesse sentido, fica aqui o compromisso de que todos esses cidadãos, vão beneficiar durante o mês de maio, da respetiva redução. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2019. INFORMAÇÃO Nº09/DGF/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“A prestação de contas, ou numa aceção mais abrangente e com maior densidade ética, *accountability*, no que concerne à gestão da *res publica*, deve ser interpretada com o poder dever de prestar informação materialmente relevante e detalhada sobre as decisões de gestão, relativas a determinado período temporal, com relevância económica, financeira e patrimonial. -----

Prestar contas, em linguagem comum, será explicitar o que se fez e as razões que determinaram tais decisões, bem como os resultados obtidos, os titulares do património gerido, os quais, no caso das autarquias locais, são os munícipes. -----

A prestação de contas do Município de Chaves deverá ser aferida pelas linhas programáticas vertidas nas Grandes Opções do Plano, e concretizadas, em termos de projetos e ações, no Plano Plurianual de Investimentos. -----

É com o desiderato de dar a conhecer aos flavienses a atividade desenvolvida durante o ano de 2019, prevista nos documentos previsionais aprovados para esse período, em particular nas Grandes Opções do Plano, e os respetivos resultados obtidos, nas dimensões, orçamental, económica e patrimonial, que apresentamos os documentos de prestação de contas (balanço, demonstração de resultados e mapas de execução orçamental e relatório de gestão). -----

O Relatório de gestão, obrigatório nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência do Estado para as Autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, a apresentar, no mês de abril, de cada ano, referente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

ao exercício do ano anterior, aos órgãos do município, executivo e deliberativo, deve incidir sobre os seguintes aspetos: -----

- Situação económica, relativa ao exercício em avaliação, analisando a evolução da gestão nos diferentes domínios municipais, designadamente, no que respeita ao investimento, condições de financiamento, custos e proveitos; -----

- Síntese da situação financeira do município, expressa no balanço e demonstração de resultados; -----

- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, identificando ainda as dívidas das instituições de crédito e outras, relevantes de terceiros; -----

- Análise da situação patrimonial do município, considerando o balanço e a demonstração de resultados; -----

- Apresentar proposta de aplicação dos resultados (lucro) do exercício. -----

Resulta, evidente dos documentos em causa, que o Município de Chaves tem vindo a reganhar o crédito e a confiança do mercado, das instituições financeiras e dos agentes económicos, mas particularmente dos clientes e dos fornecedores, o que tem permitido alcançar melhor desempenho económico e financeiro do Município, bem evidenciado nas operações de substituição de responsabilidades bancárias. -----

Contas certas, fazem bons negócios e criam parcerias sólidas e reciprocamente profícuas, mas sobretudo garantem um clima de verdade e transparência, essenciais para a dinâmica e robustecimento da economia local, em especial das micro e pequenas empresas. -----

As prioridades estratégicas que alimentaram o programa autárquico, vertidas nas grandes opções do plano, têm vindo a ganhar maior expressão e evidenciam já o caminho iniciado em 2018, pelo que não deve surpreender ninguém que os itens que mais recursos municipais consomem, sejam a coesão social, o ambiente e qualidade de vida, o urbanismo, a mobilidade e transportes, educação e a promoção da atividade económica. -----

A coesão económica, social e territorial, ou seja os flavienses, o território que ocupamos e as atividades que nele desenvolvemos, reclamam, reconhecemo-lo, ainda assim, maior investimento, em diferentes domínios, seja no desenvolvimento local, no turismo/termalismo, nos transportes e na mobilidade, mas também na eficiência dos sistemas de água e efluentes urbanos, mas compromissos financeiros assumidos por anteriores gestores autárquicos, inibem ou condicionam que se avance ao ritmo e na expressão desejável, aliás necessária. Esses condicionamentos financeiros, relativos a juros e outros encargos, no valor de € 750.540,43, e a reembolsos de empréstimos de longo prazo, contratualizados no mandato autárquico de 2013-2017, no montante de € 3.328.768,40, não contabilizando o custo de leasing, perfizeram, no ano de 2019, a cifra global de € 4.079.308,83. -----

Neste particular, convirá referir que no valor global de juros e outros encargos, a parcela que assume maior expressão financeira, mais exatamente € 506.244,61, é a relativa a juros de mora, dito de outra maneira, é o custo anual devido, sobretudo, pelo não pagamento tempestivo das faturas de água e saneamento, no período de 2011 a 2017, sendo que esta situação vai repercutir-se nos anos seguintes, pelo menos por mais 19 anos. -----

Não fosse a drástica redução de juros bancários, operada nos anos de 2018 e 2019, em cerca de 66%, pois passaram de € 716.684,94, em 2017, para € 244.250,53, em 2019, a situação seria verdadeiramente insustentável, com manifesto prejuízo para o investimento municipal, e, por esta via, para a vida quotidiana dos flavienses. -----

Pese embora, esse lastro pesado, traduzido na dívida municipal e nos respetivos custos financeiros associados, muito acima de municípios congéneres, temos conseguido manter o rumo certo, assegurando novos investimentos públicos, melhorando a competitividade da nossa economia, afirmando a centralidade regional de Chaves, reforçando a coesão social e a fruição comunitária de espaços coletivos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

No ano que findou, o concelho de Chaves incrementou a criação de novos recursos e instrumentos de desenvolvimento local, o que significou melhoria da atividade económica, mormente no turismo e no termalismo, o que permitiu a criação valor e de emprego. ----- Avaliemos, então, os indicadores ou evidências desse desempenho, nas dimensões que se deve estruturar a prestação de contas, orçamental, económica e patrimonial, dando ainda nota, necessariamente *en passant*, das atividades mais relevantes desenvolvidas, em sede de grandes opções do plano, em termos de funções gerais, económicas e sociais. -----

Na dimensão orçamental, -----
Em 2019, o município de Chaves obteve a receita total líquida de € 38.804.253,38. Isso deveu-se a uma gestão criteriosa e responsável, ao cumprimento da lei das finanças locais, que melhorou a distribuição dos impostos nacionais pelas autarquias locais (incremento de 4,9%, relativamente a 2018), mas sobretudo à dinâmica experienciada pelo concelho, que não é indiferente às políticas municipais e à capacidade que este executivo municipal tem evidenciado na atração de investimento privado, em particular nas áreas da reabilitação urbana, do turismo, da saúde e da inovação/tecnologia. -----

Na receita total, as rubricas que merecem destaque, pela materialidade financeira das mesmas, são as transferências correntes, no valor de € 14.366.387,80, os impostos diretos, € 6.572.469,58, a venda de bens e serviços correntes, € 5.551.824,93, as transferências de capital, € 3.702.787,26, e os rendimentos de propriedade, € 1.724.628,20, sem esquecer o saldo de gerência do ano anterior, € 3.712.236,17, o que permitiu atingir a taxa de execução de 85,3%, garantindo, desta forma, o exigido no n.º 3, do artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----

Na receita, ao nível de receita proveniente de projetos objeto de cofinanciamento estatal e/ou europeu foi possível arrecadar o valor global de € 2.824.559,73, conforme informação discriminada constante de quadro sinótico, a folhas 193 a 195, do relatório de gestão. -----

Convirá, neste particular, referir ainda que, no exercício em apreciação, foram executadas um conjunto significativo de ações, cofinanciadas por fundos europeus que motivaram pedidos de reembolso, no valor global de € 1.002.310,54, mas que não chegaram a efetivar-se em 2019, situação que exigiu um esforço financeiro acrescido ao município de Chaves. -----

Em síntese, no ano findo, se analisarmos de forma desagregada a receita, poder-se-á concluir o seguinte: -----

- A receita corrente concretizou-se em € 29.771.793,89, significando, portanto, uma elevada taxa de execução, 98,7%, pesando 76,72%, no cômputo da receita global executada; -----

- A receita de capital fixou-se em € 5.318.236,26, o que traduz uma taxa de execução de 45,9%, e um peso relativo, em termos globais, de 13,71%; -----

- As outras receitas atingiram o valor de € 3.714.233,23, revelando, por isso, uma taxa de execução de 129,9%, e valendo 9,57%, da receita global executada. -----

A despesa global paga, em 2019, concretizou-se em € 34.893.878,70, sendo € 24.618.894,89, de natureza corrente, e € 10.274.983,81, de capital, tendo, em coerência, a respetiva taxa de execução alcançado 76,72%, distribuída da seguinte forma, 94,80%, na corrente, e 52,65%, na de capital. -----

Nos agregados da despesa corrente, merecem referência particular às despesas com a aquisição de bens e serviços, no valor de € 11.951.843,37, com pessoal, no montante de € 9.516.163,68, com transferências correntes, € 1.235.082,61, outras despesas, € 1.094.637,65, e com juros e outros encargos, no valor de € 750.502,43. -----

No que concerne à despesa de capital, merecem destaque o agregado relativo à aquisição de bens de capital, no valor de € 5.772.762,00, aos passivos financeiros, no montante de € 3.341.420,16, e às transferências de capital, no valor de € 1.048.890,00. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Destaque, comparando a receita e a despesa global, mas em particular receita corrente com a despesa corrente, resulta evidente que no exercício em exame foi cumprida a regra do duplo equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de fevereiro e posteriores alterações, significando que o orçamento municipal deve prever todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes. Efetivamente, no ano de 2019, a diferença entre as receitas correntes brutas e as despesas correntes, foi de € 5.202.055,69, ou dito de outra forma, a poupança corrente foi desse valor, o que permitiu financiar investimento, ou seja, despesas de capital, de idêntico valor. ----- Mas, na minha perspetiva, mais importante do que o cumprimento dessa regra orçamental, prevista no POCAL, é podermos concluir que, no exercício em apreciação, foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental vertido no artigo 40.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que é bastante mais exigente, do que aquela regra orçamental, pois acrescenta às despesas correntes brutas o valor correspondente às amortizações médias de empréstimos de médio/longo prazo (€ 2.623.001,08). ----- Tendo em consideração o referido princípio do equilíbrio orçamental, de carácter obrigatório, quer na fase de elaboração do orçamento, quer na fase da sua execução, o saldo corrente do exercício em avaliação foi de € 2.579.054,81, o que constitui, inegavelmente, uma nota positiva do desempenho financeiro nesse período. ----- Em síntese, a execução orçamental, em 2019, ou seja, comparando a despesa, € 37.154.308,30, com a receita, € 37.187.561,28, e tendo em atenção o saldo de gerência do ano anterior (2018), no valor de € 5.811.208,57 (operações orçamentais e não orçamentais), gerou um saldo de gerência, a transitar para 2020, no montante de € 5.844.461,55, desagregado da seguinte forma, € 1.884.929,98, a título de operações de tesouraria, e € 3.959.531,57, a título de operações orçamentais. ----- Na dimensão económico-financeira, ----- Nesta dimensão pretende-se aferir se o município de Chaves, no período em avaliação, portanto em 2019, melhorou, ou não, a respetiva situação económico-financeira, aferida, sobretudo, no caso particular das autarquias locais, pelo balanço e pela demonstração de resultados e pelas notas ao balanço e demonstração de resultados. ----- Tendo em consideração o balanço, à data de 31.12.2019, pode constatar-se que o ativo líquido se situou em € 179.043.584,78, menos € 94.785,06, do que no ano anterior (2018), já os fundos próprios cresceram, nesse mesmo período, € 5.142.446,38, sendo que a nota que eu gostaria de dar ênfase é revelada pelo decréscimo expressivo do passivo do município, no valor de € 5.237.231,44, que acumula com a redução operada no ano de 2018, no valor de € 4.162.527,90, o que significa que, apenas em dois anos, o passivo registado no balanço sofreu um corte de € 9.399.758,44. ----- No que concerne ao ativo imobilizado no exercício findo, as referências que devem ser colocadas em evidência, mais do que o imobilizado bruto, no montante de € 279.850.797,87, são, primeiro, as amortizações realizadas neste período, no valor € 6.013.039,94, e, depois, as provisões, concretizadas em € 1.553.542,65. ----- No capítulo dos registos mais relevantes, dar nota que os custos deferidos no exercício foram no valor de € 1.301,91, mas os proveitos deferidos atingiram o significativo montante de € 48.950.177,92. ----- Quanto aos resultados, por funções, alcançados pelo município em 2019, deve ser destacado o facto de serem todos positivos, quer os operacionais, € 3.510.500,04, quer os financeiros, € 394.979,65, quer ainda os extraordinários, € 1.112.776,22, o que determinou, forçosamente, que o resultado líquido do exercício económico em escrutínio tenha sido positivo, alcançando o valor de € 5.018.255,91. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Sem menosprezar as referências positivas feitas quanto ao balanço e à demonstração de resultados, cujos respetivos mapas integram a prestação de contas em avaliação, que traduzem uma melhoria da situação económica do município de Chaves, vou agora ater-me, ainda que necessariamente de forma breve, a matéria de cariz mais financeiro. -----
No que concerne à dívida total do município de Chaves, tomando por referência as fichas do município obtidas no portal autárquico, gerido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), relativas à prestação de contas de 2017 e ao 4.º trimestre de 2019, pode concluir-se o seguinte: -----

- O limite da dívida total do município de Chaves passou de € 40.993.463,98, no final do ano de 2017, para € 42.615.107,42, no final de 2019; -----

- A dívida total a terceiros do município de Chaves, era, no final do ano de 2017, de € 38.092.173, e decorridos dois anos, situa-se em € 26.968.380, ou seja, são menos € 11.123.793, o que, em termos percentuais, significou um corte expressivo de 29,2%; -----

- A dívida total, excluindo não orçamentais, capital excepcionado e FAM, era, no período referido no parágrafo anterior, respetivamente, de € 35.691.309 e 24.655.359, ou seja, encolhe em € 11.035.950, o que representa uma redução de 30,92%. -----

Se a avaliação se reportar apenas ao exercício económico em avaliação e nos cingirmos tão-somente às dívidas a terceiros, de curto, médio e longo prazos, a situação poderá ser sintetizada da seguinte forma: -----

- A curto prazo, a redução de dívida, relativa a período homólogo, é muito expressiva, na medida em que passa de € 13.376.263,28, para € 5.640.702,02, influenciada, de forma decisiva, pelo acordo de pagamento dívidas, sobretudo de água, celebrado com a empresa Águas do Norte, S.A., pelo prazo de 20 anos; -----

- A dívida de médio e longo prazos era, no final 2019, de € 21.761.638,00, portanto, mais € 2.623.051,10, do que no final do exercício anterior, incremento explicado, de sobremaneira, pelo acordo de pagamento de dívidas, referido no parágrafo anterior, mas, ainda assim, de valor substantivamente inferior ao montante contratual fixado nesse mesmo acordo (€ 4.854.373,96); -----

- A dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazos, contraiu, passou de € 18.703.133,66 para € 17.132.487,75, ou seja, diminuiu em € 1.570.645,96. -----

Por último, no que concerne a dívidas de curto prazo, mas de terceiros para com o município, a situação não se alterou, de forma relevante, de 2018 para 2019, porquanto passou, respetivamente, de € 20.481.635,06, para € 20.625.295,31. -----

A questão da dívida de terceiros, de curto prazo, será, porventura, uma matéria que deva merecer, em exercícios futuros, análise técnica aturada, numa primeira fase de cariz jurídico, e, subsequentemente, financeira e contabilística, tendo em vista aferir da respetiva consistência e exigibilidade. -----

Concluída que foi a análise da evolução orçamental, mas também as referências tidas por pertinentes, quanto ao desempenho económico e financeiro, no exercício em avaliação, ou seja, no período de 2019, importa, agora, dedicarmos alguma atenção à execução das Grandes Opções do Plano. -----

Como é do conhecimento dos membros deste executivo municipal, as Grandes Opções do Plano (GOPs), constituem-se como um instrumento de planeamento estratégico, de curto e médio prazos, estruturando-se por objetivos, programas, projetos e ações, sendo que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). -----

A execução das GOP(s), no ano de 2019, concretizou-se em € 5.772.762,00, correspondendo a uma taxa de execução anual de 38,68%, distribuída, em termos de objetivos/programas, da seguinte forma: -----

- Funções Gerais: € 1.409.465,17, com uma taxa de execução anual de 88,07%; -----

- Funções Sociais: € 2.529.482,80, com uma taxa de execução anual de 32,12%; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

- Funções Económicas: € 1.833.814,03, com uma taxa de execução anual de 33,64%. -----
Nas funções gerais, a subfunção mais representativa foi a relativa a Administração *Geral*, com o valor de € 1.405.612,72, contribuindo com cerca de 24% para o total da despesa executada do PPI. -----
Os projetos/ações que dão expressão financeira a essa subfunção, foram, no essencial, a aquisição, construção, conservação e beneficiação de edifícios municipais e de outros edifícios, em especial os *leasings* relativos ao edifício das instalações do antigo BCP e o imóvel e terreno da Quinta do Pinheiro; aquisição e reparação de máquinas e viaturas; aquisição, reparação e beneficiação de equipamentos, mobiliário e utensílios; aquisição de terrenos e a modernização e informatização dos serviços municipais -----
No que diz respeito às funções sociais, merece ressalva a subfunção, Habitação e Serviços Coletivos, com o montante de € 1.572.383,00, e, dentro desta, o Ordenamento do Território, com o valor de € 1.164.227,68, correspondendo, desta forma, a 27,4% do PPI. -----
Nas funções sociais, merece ainda referência, a educação, ensino pré-primário, ciclos do básico e secundário, que revelaram uma execução de € 402.270,47. -----
No atinente às funções Económicas, a subfunção mais relevante, na expressão financeira, foi inequivocamente a relativa a Transportes e Comunicações, no valor de € 1.341.155,11, traduzindo, assim, 21,23% do PPI. -----
Deverá, ainda, nas funções sociais, referir-se os projetos/ações relativos à eficiência energética no domínio da iluminação pública, o desenvolvimento industrial, bem como o investimento feito no comércio e turismo. -----
Nas GOP(s) de 2019, as funções sociais, assumem, assim maior expressão financeira e foram aquelas que mais contribuíram para a execução do PPI, aliás como nos exercícios anteriores. Por último, algumas considerações genéricas, sobre aspetos ainda não referidos e que gostaria de dar aqui devido destaque. -----
No ano de 2019, foi possível incrementar o apoio financeiro às freguesias em matéria de competência própria das mesmas, para além do apoio material e logístico propiciado pelos serviços operacionais do município, em reconhecimento da insuficiência dos respetivos recursos próprios para responderem às necessidades das respetivas comunidades, em valor superior a 889 mil euros. -----
As associações desportivas, culturais e sociais mereceram também uma atenção particular ao nível dos apoios financeiros concedidos, concretizados em quase 950 mil euros, como forma de reconhecimento, ainda que manifestamente insuficiente, do papel que têm vindo a desempenhar juntos dos respetivos beneficiários que são, afinal, os nossos concidadãos. ---
Estes resultados positivos, ao nível da receita são alcançados, mesmo depois deste executivo ter desagradado os impostos aos flavienses, nomeadamente o IMI, que agora se situa muito próximo do mínimo legal, ou seja, em 0,313 e de ter mantido o preço dos serviços essenciais, como o da água, os efluentes urbanos e os resíduos sólidos urbanos. -----
O bom desempenho das finanças municipais, permitiu ainda aumentar a capacidade de endividamento do município de Chaves, que, em finais de 2019, em termos de margem disponível por utilizar, se situa em € 8.061.955,00, situação que permitirá contribuir para a concretização de um dos projetos há muito ambicionado pelos flavienses, estou naturalmente a referir-me, à piscina municipal coberta. -----
O desempenho da atividade municipal durante 2019 foi francamente positivo, tendo ficado evidenciado o acerto da estratégia adotada de reponderação das prioridades municipais, na estabilização crescente da despesa pública e no esforço na arrecadação de receita municipal, sem que tenham sido adotadas medidas que tenham causado impacto negativo nos rendimentos da população do concelho. -----
O quadro comunitário Portugal 2020 evidenciou uma melhoria do nível de execução no ano em análise, tendo revelado, em 2019, um impulso significativo, com a adjudicação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

operações de elevado investimento público municipal, objeto de cofinanciamento europeu, encontrando-se, algumas delas em fase de conclusão. -----

O município de Chaves, no ano em avaliação, cumpriu escrupulosamente as regras relativas ao limite de endividamento, aliás reforçou significativamente a respetiva capacidade de endividamento, bem como reduziu, expressivamente, o prazo médio de pagamentos, deteriorado no exercício anterior, exclusivamente por causa da dívida às Águas do Norte, S.A., até então escamoteada, o qual se terá situado, a fazer fé no último reporte da DGAL, relativo ao último trimestre de 2019, em 67 dias. -----

Em, síntese pode afirmar-se que o Município de Chaves enriqueceu o seu património, diminuiu o passivo, reduziu a dívida a terceiros, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e realizou obra significativa, visível, útil e sustentável, mas sobretudo ganhou a liberdade para investir naquilo que eleitoralmente foi sufragado pelos flavienses e que muito me orgulho de poder cumprir enquanto presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

Por último, quero deixar uma palavra pública de apreço a todos quantos contribuíram para o nível de desempenho evidenciado na prestação de contas, relativa ao exercício de 2019, com referência expressa a todos os membros dos órgãos municipais, executivo e deliberativo, naturalmente com maior relevo para os senhores Vereadores em regime de tempo inteiro, que comigo diariamente trilham o mesmo caminho, aos dirigentes municipais das diferentes unidades orgânicas, aos muitos trabalhadores das diferentes carreiras/categorias, que de forma diligente e comprometida realizam labores essenciais para a nossa vida em comunidade, mas também, de forma especial aos flavienses que são afinal o alfa e o ómega da nossa ação diária. Tenho dito”. -----

Logo de seguida, por volta das treze horas, foi interrompida a sessão para o almoço, sendo os trabalhos, entretanto, retomados às 15h:00m. -----

O senhor Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro, ausentou-se, ficando a substituí-lo, Anselmo José Martins, 1.º Secretário da Mesa. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Ana Maria Rodrigues Coelho, pelo PSD. -----

“Senhor Presidente, em Dezembro de 2018, o Grupo Municipal do PSD votou contra a Proposta de Orçamento de 2019, por considerar que a mesma não continha as necessárias medidas e/ou políticas estruturantes dirigidas aos principais desafios do território, e que respondessem, de forma eficiente, a problemas concretos da comunidade, valorizando as suas potencialidades endógenas, e estimulando a atividade económica, favorecendo o crescimento económico, a competitividade, o emprego e o investimento empresarial, contribuindo assim para a atração e fixação de população. -----

O PPI executado ficou abaixo do previsto para todas as GOP's, sendo que as funções económicas não foram além dos 33% de execução, correspondendo a cerca de 1 milhão e trezentos mil euros dos quase 5 milhões e meio previstos. Se em dezembro de 2018, registamos positivamente o facto de se prever que um crescimento orçamental, assente em investimento – a previsão era de que a despesa de capital aumentasse 4 milhões de euros, verificamos agora que a despesa de capital orçamentada e aprovada por esta Assembleia, de cerca de 23 milhões e oitocentos mil euros, sofreu correções orçamentais para valores próximos dos 19 milhões, e dessa foram executados apenas 10 milhões. Agora como então, o PSD Chaves, entende que a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2019, assentou essencialmente em grandes chavões e muita festa, mas, em termos de eficácia e concretização de medidas adequadas para o desenvolvimento do concelho, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

pouco ambiciosa, acrescentou muito pouco e não foi capaz da transformação sempre prontamente propagandeada junto dos flavienses. -----
Assim, com a ponderação cuidada que os documentos merecem e considerando que a execução ficou ainda aquém do orçamento já votado desfavoravelmente, os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do Partido Social Democrata votam contra a prestação de contas de 2019”. -----

Fátima Liliana Fontes Correia Pinto, pelo **PS**. -----

Cumprimentou o Presidente da Assembleia, os secretários, Presidente da Câmara Municipal, vereadores, Presidentes de Junta, membros desta Assembleia Municipal, e desejou a todos que se encontrem de boa saúde e com a força necessária para ultrapassarmos esta situação crítica que atravessamos. -----

Seguidamente fez a seguinte intervenção: “Relativamente ao Ponto 5 e dos documentos de prestação de Contas aqui em análise destaca-se, desde logo, o desenvolvimento de políticas públicas de proximidade, com o supra objetivo de melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de todos os flavienses, intervindo na área da educação, na área social, do desporto, da cultura, da reabilitação urbana, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas coletivas e na promoção turística, promovendo a coesão de todo o território concelhio, mas também no âmbito do alto Tâmega. -----

Julgamos, assim, manifestamente positivo o desempenho do executivo municipal no exercício da sua atividade de 2019, no qual salientamos os seguintes pontos: -----

1. As taxas de execução de 76,72% no orçamento da despesa e 85,3% no orçamento da receita que permitiram o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, originando um Saldo Corrente deduzido pelas amortizações positivo de 2 milhões e 500 mil euros, sinal inequívoco de um exímio desempenho financeiro. -----

2. A poupança corrente, isto é, a diferença entre as receitas correntes brutas e as despesas correntes, cifrou-se em 5.202.055,69 €, o que permitiu a utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital, de acordo com aquilo que são os bons princípios contabilísticos; ou seja, permitiu financiar investimento municipal, em mais de cinco milhões de euros. -----

3. Regista-se com agrado uma forte redução de juros bancários, executada nos últimos dois anos, de 716.684,94 €, em 2017, para 244.250,53 €, em 2019, o que representa uma diminuição de 65,9%. Tal redução resultou das diversas operações de substituição de responsabilidades bancárias com condições mais vantajosas, o que só se tornou possível dado o crescente aumento da confiança e credibilidade do Município junto das instituições financeiras e dos agentes económicos em geral. -----

4. Lamentamos veementemente é que tenhamos agora de adicionar a este valor de juros bancários mais de 500 mil euros anuais relativos a juros de mora, relativos à insensatez e irresponsabilidade de executivos anteriores que tomaram a decisão de não pagamento das faturas de água e saneamento, no período de 2011 a 2017, condicionando o orçamento do município e, por essa via, dos flavienses, por mais 19 anos. -----

5. Pelo segundo ano consecutivo regista-se uma significativa diminuição do passivo do município, diminuição no valor de 5.237.231,44 €, valor superior à redução já registada no exercício de 2018, que, relembro, se tinha cifrado em € 4.162.527,90, o que significa que, apenas em dois anos, o passivo do Município registou um decréscimo superior a 10%. -----

6. Também relativamente à dívida total a terceiros se regista uma expressiva diminuição de 29,2% de 2017 para 2019. -----

7. Os resultados operacionais, financeiros e extraordinários registaram-se com sinal positivo, originando um resultado líquido do exercício no valor de 5.018.255,91 €. Destacamos também o aumento do índice de liquidez geral e o aumento do índice de autonomia financeira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

8. Mais no congratula que o esforço para a obtenção destes resultados positivos não tenha comprometido o apoio às juntas de freguesia e às associações do concelho. -----
9. Bem pelo contrário, no ano de 2019, o apoio financeiro às freguesias em matéria de competência própria registou um incremento relativamente ao ano anterior, passando de cerca de 761 mil euros para cerca de 889 mil euros, em reconhecimento da insuficiência dos respetivos recursos próprios para responderem às inúmeras necessidades das respetivas comunidades locais. -----
10. Também os apoios financeiros concedidos às associações desportivas, culturais e sociais registaram um incremento relativamente ao ano anterior, de 761 mil euros para 950 mil euros em 2019, reconhecendo o seu relevante papel junto de todos os cidadãos flavienses, mas principalmente, junto dos mais carenciados. -----
11. E, à semelhança do ano anterior, pudemos observar a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis a aumentar ao mesmo tempo que foi reduzida a sua taxa de imposto, também pelo segundo ano consecutivo, e que se cifra agora em 0,313, já bem próxima do mínimo legal. Se isto não se trata de boa gestão então só poderá tratar-se de um milagre. -----
12. Mas também a receita arrecadada pela venda de serviços básicos como a água, o saneamento e os resíduos sólidos urbanos registou um incremento apesar de se terem mantido os seus preços. Será sorte? Mais um milagre? Ou será pelo aumento da eficiência da rede de abastecimento, controle e faturação destes serviços, como podemos verificar pela leitura do relatório de gestão. -----
13. Também não fomos alheios, e queremos aqui deixar nota, da extensa listagem de pedidos de pagamento efetuados no âmbito do FEDER e outros Fundos Autónomos, cujo reembolso não chegou a efetivar-se no decurso do ano de 2019, mas cuja execução dos respetivos projetos foi assumida pelo Município, exigindo um esforço financeiro acrescido. -----
14. Foi com grande satisfação que ouvimos o Sr. Presidente referir que o bom desempenho das finanças municipais permitiu também aumentar a capacidade de endividamento do município que, em finais de 2019, em termos de margem disponível por utilizar, se situa em cerca de 8 milhões de euros, permitindo, ao fim de 16 anos de promessas vãs de executivos anteriores, contribuir para a concretização de um dos projetos mais pretendido pelos flavienses, uma nova piscina municipal coberta. -----
15. Por fim, não posso terminar a minha intervenção sem destacar o enorme esforço realizado para a divulgação turística de Chaves e do Alto Tâmega nestes últimos dois anos. Chaves, por si só, afirmou-se como destino turístico nacional e internacional registando em 2019 um dos maiores incrementos do seu número de dormidas. Foram inúmeras as ações de promoção e valorização deste nosso precioso território que levaram ao aumento da sua atratividade, intensificando o interesse e procura por parte dos turistas. -----
- Termino agradecendo ao executivo municipal, o esforço, empenho e dedicação que têm demonstrado na prossecução de uma política de sustentabilidade e responsabilidade, ao mesmo tempo que dão resposta às necessidades e anseios de todos os flavienses, contribuindo para a construção de um território mais coeso, mais dinâmico, mais atrativo e mais empreendedor. O rumo está traçado, continuem nesse bom caminho, da nossa parte terão todo o apoio, votaremos indubitavelmente a favor". -----

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, pelo PSD. -----

Após apresentar os cumprimentos institucionais e protocolares, desejou ótima saúde para todos os que participam e assistem a esta reunião da Assembleia, através de videoconferência. Seguidamente fez a seguinte intervenção: “Pretendo aqui dizer o seguinte: as Contas relativas à Gerência do ano de 2019, já foram aprovadas pelo executivo Camarário, cabendo agora a esta Assembleia apreciar os respetivos documentos de Prestação de Contas, ou seja, de *grosso modo* apreciar a sua veracidade, licitude e adequação, enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

suporte de todas as despesas feitas e das receitas obtidas, durante o referido período temporal. Enquanto cidadão, que procura estar atento aos acontecimentos que o rodeiam e, também, por experiência própria enquanto membro desta Assembleia Municipal, no primeiro mandato eleito num grupo de cidadãos independente e presentemente eleito pelo PSD, mas como cidadão independente tenho verificado que os partidos aproveitam sempre este momento de apresentação das contas para fazerem a sua política, comportamento que eu entendo, mas que não aprecio. De uma forma, um tanto ou quanto sucinta, mas que pretendo perceptível, direi que normalmente o partido que está no poder aproveita, continuamente este momento para dizer que tudo, está muito melhor do que a realidade traduz. Por sua vez a oposição, em regra, pretende quase sempre desvalorizar algum mérito que o primeiro possa ter tido. A verdade é que entendo que enquanto a apresentação do Orçamento e das Opções do Plano estão abertas eventualmente a um amplo debate político, já a apreciação dos documentos de Prestação de Contas deve ser objetiva, cingindo-se a um juízo sobre a sua idoneidade, na minha apreciação que sei que é minoritária, mas é a que tenho perfilado ao longo dos anos. É incompatível lutar contra este ponto da Ordem do Dia e achar que os documentos que instruem a Prestação de Contas correspondem à verdade, na prossecução do caminho e do respetivo orçamento aprovado, com ou sem o meu voto. Assim, tendo em atenção a extensão dos documentos e o pouco tempo de que pude dispor para a sua análise, é muito importante para mim, socorrer-me da certificação legal das Contas, subscrita pelo Revisor Oficial de Contas. Tal Certificação é feita com uma opinião com reservas, levando em atenção que não foram criadas provisões na globalidade, relativamente às quantias em determinadas ações judiciais em que é parte as Águas do Norte, e é impossível prever o seu desfecho. Em coerência com posições já anteriormente assumidas por mim, em idênticas circunstâncias, ou seja, em que os documentos apresentados demonstram certeza, mas a certificação legal das contas é feita com opinião com reservas, a minha apreciação global sobre este ponto da ordem do dia, implicará uma posição de abstenção. Finalmente pretendo dizer que tendo dado previamente conhecimento da minha posição aqui assumida, aos dirigentes locais do PSD, partido pelo qual fui eleito, tenho que enaltecer as suas posturas que demonstraram uma sã convivência com a liberdade e diversidade de opiniões, regozijando-nos sempre que à medida que a democracia evolui, vejo os partidos políticos cada vez mais abertos à participação e convivência da multiplicidade de juízos de cidadãos independentes, como é no caso o PSD. Tenho dito”.

Maria José Gomes Teles Grilo, pela CDU.

“Boa tarde a todos. Retomando os trabalhos desta Assembleia, tenho a dizer sobre este ponto e fazendo uma pequena introdução sobre o exercício desta Assembleia, que não me parece e não estou a criticar veementemente, nem pouco mais ou menos numa altura destas, que este modo de reunir uma Assembleia Municipal com tanta gente, desse muito bom resultado. Eu acho que talvez fosse melhor escolher outro modelo, que aliás foi sugerido pelo meu camarada Manuel Cunha, que seria enfim à maneira do que aconteceu no 25 de abril na Assembleia da República, fazer uma proporcionalidade e estarem ao vivo as pessoas, porque eu por exemplo estou em minha casa, o meu colega de bancada, Manuel Cunha, agora está na casa dele, mas imagine-se que nem uma palavrinha eu posso trocar com ele. Isto não me parece bom para ninguém, enfim é só uma chamada de atenção sobre isto, para se repensar, todos nós estamos a experimentar e temos é de melhorar tudo, nestas circunstâncias. Agora falando sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, a Prestação de Contas, o que é que eu tenho a dizer em primeiro lugar, é que houve muito pouco tempo para a gente ver e analisar estes documentos, que são imensos e nos foram disponibilizados no final de segunda-feira, portanto, rigorosamente perto das 7:00 da tarde. Mas enfim, faz-se o que se pode e consultou-se o que foi possível. Olhando então para a Prestação de Contas, tenho a dizer o seguinte: A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

CDU absteve-se, efetivamente, no Orçamento e agora na Prestação de Contas, vê-se que há um equilíbrio nas receitas, na receita corrente e na execução, na chamada Taxa de execução, que é quase 99%. Na de capital essa é que está pior, porque nem chegou aos 50%. Depois na despesa corrente, realmente houve um pouco menos para cobrir efetivamente, aquele défice da receita de capital. Pronto, mais ou menos, ficou em 10 milhões, traduzindo um equilíbrio contabilístico certo. O saldo que com certeza vai ser desbloqueado a seguir, é de cerca de 5 milhões. Nas Grandes Opções do Plano enfim, há aqui qualquer coisa que diz respeito ao aumento realmente do pessoal, eu julgo que estará relacionado e o senhor Presidente da Câmara, talvez me diga o ajustamento nas carreiras, o descongelamento nas carreiras da Função Pública, e na contratação de cerca de 20 pessoas para a educação, para dar apoio nas escolas. Não tenho nada contra isso, às vezes tenho é contra e gostava de saber como é feito o recrutamento dessas pessoas, pronto. Depois há umas perguntas aqui eu julgo que desta vez a Empresa Municipal, não teve prejuízo, mas não consegui chegar lá e peço ao senhor Presidente da Câmara que me dê alguma elucidação, sobre a obra do Posto de Turismo do Alto Tâmega, que foi co-financiado, pelos 6 Municípios e, também, o que é que tem acontecido no Centro de Valorização e Transformação de Tecnologia da Água, que está sediada no antigo magistério primário. A CDU vai abster-se em coerência, portanto, com aquilo que tinha já feito quando foi do Orçamento, em dezembro. Tenho dito”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Anselmo José Martins**, referindo-se a esta última intervenção, fez a seguinte apreciação: “Muito obrigado, senhora membro desta Assembleia Municipal, permita-me que lhe diga, concordo consigo, as condições de funcionamento desta Assembleia Municipal, não são as ideais, todos sabemos as razões, mas há uma coisa que tem que concordar, os direitos e o modo de funcionamento estão perfeitamente salvaguardados. Todos os elementos que constituem esta Assembleia têm o direito à palavra, basta que se inscrevam e respeitem os tempos a que têm direito. Quanto ao possível contacto com o parceiro do lado como sabe é possível utilizar o telemóvel, via mensagem, e pode contactar com o seu companheiro de bancada sem problemas nenhuns. Agora, realmente não é a situação ideal, mas esperemos que na próxima Assembleia Municipal, já possamos estar todos juntos, aliás, eu gosto muito de estar com todos vós”. ----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS. -----

Após renovação dos cumprimentos a todos os elementos da Assembleia, fez a seguinte intervenção: “Se o orçamento é um conjunto de escolhas políticas, a Prestação de Contas é o resultado da imposição da realidade. Perante essas escolhas e a realidade, tem-se imposto perante a discussão, o compromisso político deste Executivo, mas ao contrário da *Práxis Socialista* esta Câmara não tem tentado ajustar e moldar a realidade aos seus desejos e tem tentado adaptar-se à realidade. Começo por salientar a qualidade técnica da documentação reproduzida pelos serviços da Autarquia, nomeadamente o Relatório de Gestão, algo que deve ser sempre de realçar. Outro ponto a referir é o resultado da Empresa Municipal, que após vários exercícios negativos, passou para um positivo numa evolução de mais de 74 mil euros. Aquela que foi a nossa principal crítica na aprovação de contas do ano passado, este ano inverteu-se a sua situação. E, como tal, devemos fazer referência à taxa de execução da despesa, que anda na média nacional, segundo dados do Conselho de Finanças Públicas. Mas, seria importante começarmos a seguir, os melhores exemplos como é o caso da Câmara Municipal do Porto, que executou mais de 80% do orçamento. Reconhecendo a gestão pragmática dos investimentos, no entanto fazemos nossas as mesmas críticas do Partido Social Democrata, face à execução do PPI, relativas às funções sociais, especificamente no que concerne à área de habitação e cultura, esta última sabemos que normalmente é suprimida pelo protocolo de EHATB, e nas funções económicas, relativamente, aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

transportes rodoviários. Analisando o Balanço Social é de realçar a evolução positiva no absentismo por doença, ou por acidente de trabalho, se a memória não me traiçoa a redução é à volta de cinco seis dias, por cada trabalhador em média. No, entanto, a circunstância de 23,5%, dos trabalhadores do Município terem 60, ou mais, demonstra um envelhecimento profundo da organização que poderá ter consequências negativas, num futuro próximo e implicar nesta referida taxa de absentismo. Dadas as circunstâncias do exercício e não existindo qualquer motivo que nos faça rejeitar a prestação de contas 2019, o CDS-PP, irá abster-se”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Começou por renovar os cumprimentos aos membros da Assembleia, fazendo um cumprimento especial ao Presidente da Assembleia Municipal em exercício a quem desejou uma boa continuação dos trabalhos. Saudou também os técnicos e demais colaboradores do Município que apoiam na realização da reunião, através desta solução tecnológica. Seguidamente respondeu às questões e esclarecimentos que lhe foram solicitados, na discussão deste ponto da ordem de trabalhos. “Algumas considerações sobre a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, **Ana Coelho**, relativamente à Prestação de Contas. Estava aqui a olhar para algumas das intervenções desta deputada, membro desta Assembleia em 2015 e 2016 e é curioso que os valores relativamente ao PPI, não diferem muito destes. Ainda assim sufragava e tinha o entendimento que eram contas excepcionais, excelentes, notáveis e, portanto, deviam ser aprovadas. E, portanto, há aqui uma manifesta contradição entre aquilo que era a opinião expressa, em 2015 e 2016, relativamente ao desempenho autárquico e atualmente, muito especialmente no que respeita à análise da taxa de execução nas despesas de capital. Todos sabemos bem o porquê de isso acontecer. Ao longo dos tempos o financiamento das despesas de capital deixou de ser através do fundo de equilíbrio financeiro e, progressivamente, as transferências do Estado para as Autarquias para as despesas de capital, vieram a decrescer de forma substantiva a não ser um ligeiro incremento nos últimos 2 anos, em resultado do cumprimento da lei das finanças locais. Atualmente, o financiamento destas despesas ocorre, principalmente, por duas vias. Uma via é a poupança que se consegue entre aquilo que é a receita corrente e despesa corrente, sendo essa poupança habitualmente destinada às despesas de capital. Outra via é o financiamento das despesas de capital, através de Fundos Europeus. Naturalmente que a execução das despesas de capital tem por base, além da capacidade de financiamento das mesmas, todo o condicionamento resultante da capacidade de execução material das respetivas obras, porque grande parte daquilo que são as ações e os projetos inscritos e qualificados como despesas de capital, são sobretudo investimento em obra e, nessa perspetiva, todos perceberão que efetivamente, por um lado a execução das grandes obras demora algum tempo e isso faz com que as taxas sejam manifestamente insuficientes. Devo dizer que, efetivamente, temos que prosseguir um caminho mais assertivo no sentido que as taxas de execução da despesa de capital possam aumentar, mas não aumentar como que foi, por exemplo, em alguns exercícios do PSD, que aumentaram, sobretudo, com passivos financeiros, ou seja por aumento de empréstimos. Por essa via não queremos ir, pois nós temos de facto, é de reduzir os passivos financeiros, ainda assim aumentando as despesas de capital, sobretudo resultantes de ações e projetos que, naturalmente, se traduzam na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na melhoria da competitividade, na melhoria das nossas infra-estruturas do turismo e naquilo que é a política central do Concelho. Depois, deixe que lhe diga, não deu qualquer importância à avaliação não quantitativa, porque não perdeu muito tempo, relativamente à análise do prazo médio de pagamento, nem quis falar da dívida de curto, médio e longo prazos, enfim, nem da capacidade de endividamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Quanto aos elementos mais mensuráveis, não quis fazer nenhuma consideração, mas apenas considerações de natureza genérica que, normalmente são feitas quando não se tem grande argumentário e, mesmo quanto a essas, permita-me que lhe diga, discordo em absoluto dessa análise. Entendo que Chaves e os flavienses, em geral, têm ganho um protagonismo no contexto regional, têm conseguido afirmar-se naquilo que são as decisões do coletivo, no contexto sub-regional, e, nessa perspetiva, têm conseguido investimentos, nomeadamente com a venda de lotes de terreno para instalação de empresas no Parque Empresarial, bem como o arrendamento de instalações que, durante muito tempo, estiveram completamente desocupadas. Neste momento estamos concentrados nos investimentos na saúde e na educação, mas não esquecemos que foi neste contexto que se tomou a decisão sobre o Centro Tecnológico e Valorização da Água. Também é aqui em Chaves que está a ser construído um Posto Turismo e, durante o ano de 2019, foram realizadas inúmeras atividades de promoção turística, cultural e desportiva. Vou enumerar algumas, fazendo apenas referência às mais relevantes. Aconteceram em Chaves: o Rali do turismo do Alto Tâmega, o programa Turismo Militar da RTP1, a feira dos Sabores e dos Saberes, estivemos na Feira do Fumeiro de Montalegre, na Feira do Porco de Boticas, na Feira do Linho de Ribeira de Pena, na Feira do Folar de Valpaços, fizemos o Festival N2, estivemos na Bolsa do Turismo de Lisboa na BTL, na Feira Internacional de Turismo da Guarda, na Termatália em Ourense, na (INTUR) - Feira Internacional de Turismo de Interior em Valladolid, em Silheda na Turexpo, Feira Internacional de Turismo Gastronómico em Ourense (Xantar 2019), fizemos em Chaves o Congresso Internacional do Termalismo, fizemos, também, um Seminário em Termalismo e Saúde em Chaves, fizemos em Chaves o Dia da Defesa Nacional com a presença do Ministro da Defesa Nacional, as Jornadas Médicas de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma iniciativa da ARS Norte, Centro Hospitalar e, também, a Unidade local de Saúde de Trás-os-Montes; GROW.UP – Encontros de Fronteira em parceria com a Universidade do Porto; fizemos 8º Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia e História; a Feira das Varandas, que teve tradução em alguns indicadores importantes. Por informação estatística que *A posteriori* nos chegará, e dará nota que, efetivamente, tivemos o ano em que houve mais dormidas em Chaves e no seu Concelho. Seguramente foi o ano em que mais visitantes tivemos, duplicou o atendimento aos turistas, no Posto de Turismo. Foi o primeiro ano na história da Empresa Municipal das Termas que teve o melhor desempenho, não só ao nível da evolução dos serviços prestados aos aquistas, mas também no desempenho económico. Foi a primeira vez na existência desta empresa sem nenhum contrato programa, sem nenhum financiamento público do Estado, que teve resultado positivo. E, portanto, na minha perspetiva, em termos de afirmação, da competitividade do território, da coesão social, daquilo que foi a afirmação neste contexto, mas também, daquilo que é a referência e valorização deste território, eu acho que foi um bom ano, não suficiente, mas um bom ano. E, dizer, portanto, que a minha avaliação é exatamente inversa, daquela que foi aqui expressa, porque se criou emprego, se gerou competitividade, se atraíram empresas e se promoveu o território. Malgradadamente o ano de 2020, não será assim. E, todos nós sabemos que infelizmente essa cadeia de contagem positiva de esperança, de afirmação, foi cortada enfim por este vírus que, certamente, vai fazer com que as Instituições, as Autarquias, os cidadãos e as empresas, vão ter que reganhar ainda mais energia para combater aquilo são os efeitos absolutamente devastadores, piores que a crise financeira 2008 e, porventura, estaremos a falar de impactos negativos, só compagináveis com situações de guerra. Concluindo, reafirmo que não consigo perceber a fundamentação do voto contra, nas contas de 2019, por parte do PSD. -----

Quanto às palavras do membro da Assembleia, **Francisco Preto**, enfim, é nesta dialética político-partidária que têm, naturalmente, de se enquadrar muito destas intervenções. E é por aí que, naturalmente, vou. Quanto à questão da posição assumida, enfim de querer dar um papel de isento, de independente, de que não está ligado do ponto de vista partidário, enfim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

perdoe, mas de facto alguém que já participou num movimento, e depois aderiu a um partido, essa capa da independência não lhe fica bem. E de facto, eu quase me atrevo a dizer como diz alguém “Não há ninguém verdadeiramente independente, há alguns que têm medo de o manifestar”. Quanto à cláusula de reserva dos Revisores Oficiais de Contas, não tem nenhuma comparação, com as reservas que foram expressas em 2016, em 2014, em 2013, em 2015. Porque se, neste momento, estamos só a falar de reservas relativamente, àquilo que são os mínimos de águas faturados, pelas Águas do Norte, e não reconhecidas pelo Município de Chaves, contrariamente àquilo que aconteceu nesses períodos e nesses exercícios, com a previsão de 50%. Ainda assim, o senhor membro da Assembleia Municipal, votou favoravelmente as contas nesses exercícios. Agora, quanto ao exercício de 2019, de facto, de uma forma incoerente vai-se abster e, expressa aqui uma posição de coerência muito grande. Com reservas mais fortes no passado, votou a favor, e com reservas menos fortes agora, abstém-se. De facto, é uma posição de enorme coerência que eu registo e que gostaria que ficasse também registada em ata. Porque de facto traduz, exatamente, essa isenção e essa independência. Quanto aos louvores e considerações que faz ao PSD, enfim, só vêm confirmar esta minha posição que, de facto, a sua independência, é aquela que lhe reconhecemos. -----

Depois quanto à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, **Fátima Correia**, que com a clareza, a lucidez e competência técnica que reconhecemos, faz aqui uma análise mais técnica do que política, ainda que faça considerações políticas na sua parte final. Naturalmente que quanto a isso, não tenho nenhuma consideração a fazer. Depois, gostaria de fazer aqui uma referência à GMEC, Empresa que gere as Termas de Chaves e, naturalmente, que essa referência é elogiosa e terá que ser, também, dirigida à senhora membro desta Assembleia Municipal, Fátima Correia Pinto, porque de facto resulta de muito trabalho, de muito compromisso, que tem sido assumido na gestão das Termas Municipais. E, por isso, fica aqui esta nota de referência, porque nunca é demais assinalar, é a primeira vez na história da GMEC, que esta empresa tem resultado positivo, sem qualquer financiamento da Câmara, seja por compensação de resultados, seja por via de contratos programa que, no passado, atingiram dezenas e dezenas de milhares de euros. -----

Quanto à análise feita pelo membro desta Assembleia Municipal, **Gonçalo Alves**, dizer-lhe que, do mesmo modo que de manhã lhe fiz uma censura à forma como fez as suas intervenções e ao tom das mesmas, relativamente à posição que agora assume, em relação à prestação de contas, enfim, está na linha daquilo que tem expressado nos últimos anos. De facto, faz uma análise isenta, focando aspetos positivos e negativos que, naturalmente, também existem. E, de facto, um aspeto negativo é, efetivamente, a taxa de execução das despesas de capital, mas que não é nada de diferente do que aconteceu em exercícios passados, também é verdade. Mas não encontrou neste aspeto, motivo para um voto contra e, por isso, entendo que esta posição aqui assumida quanto às Contas de 2019, por parte do CDS, vem na linha e em coerência com aquilo que vem sendo dito. Relativamente às referências que fez por exemplo, à questão que resulta do balanço social e do envelhecimento daquilo que é a estrutura do pessoal do Município, essa é evidente, é manifesta, e foi reconhecida já noutros momentos. Nós temos vindo a fazer, de uma forma crescente, alguns recrutamentos na área operacional, citando de memória já fizemos cerca de 20 a 25 recrutamentos de assistentes operacionais, porque é aí que se manifesta a grande carência do Município e, só de uma forma progressiva, sustentada, é que podemos fazer de facto essa inversão, no sentido de que a idade média possa diminuir de forma significativa. Além dos recrutamentos no sector operacional, também procedemos à contratação de outros recursos, nomeadamente de sapadores florestais, técnicos para a dinamização de projetos de combate ao insucesso escolar (20 a 30) e, também, assistentes técnicos (20) para animação social nas escolas. Tudo isto faz com que as despesas de pessoal tenham, efetivamente, sofrido um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

aumento significativo. Mas, ainda assim existe a capacidade de acomodar essa despesa equilibrada, de forma estável. Quanto à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, **Maria José Teles Grilo**, dizer-lhe que enfim, reitero que não me parece que seja difícil comunicar, através desta forma tecnológica. Temos o correio eletrónico, o SMS, os telefones e, portanto, podemos partilhar com todo esse tipo de comunicação, observações ou outras considerações que necessitemos de partilhar com quem faz parte da mesma bancada. E, portanto, não me parece que esta solução iniba. Acho até que permite mais, sinceramente, do que permitiria numa situação anterior, porque não está exposta e pode, naturalmente, fazer essa interação com quem entenda, seja com membros da Assembleia Municipal, ou de fora da Assembleia e, portanto, não percebo que os condicionamentos suscitados na sua intervenção. Depois, dizer que relativamente à disponibilização das contas, elas cumpriram até por excesso aquilo que é a obrigação legal, relativamente à disponibilização dos documentos. É verdade que poderia ter sido mais cedo, mas também é verdade que estes documentos, a maior parte deles foram apenas discutidos e votados na reunião de Câmara da própria segunda-feira, havendo um esforço muito grande para que nesse mesmo dia, pudessem ser disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal. Ainda que a informação seja muita, é verdade, teremos de procurar noutros momentos, garantir um espaçamento temporal maior, mas nesta fase não foi possível por um conjunto de contingências. E depois, quando à questão que suscita, relativamente às despesas do pessoal, penso que já fui respondendo, mas posso dizer-lhe que o incremento de que falou, resulta de um conjunto de correções de injustiças cometidas no período da troika, especialmente pelos governos do PSD e do CDS. Portanto, agora procurou-se devolver na íntegra aos trabalhadores todos os direitos, procedendo à reposição salarial, pagando também o aumento da remuneração mensal garantida, entre outros. Além dos encargos sociais com o incremento salarial, também estão aí incluídos a contratação em 2019, de jardineiros e de trabalhadores para a limpeza urbana e de outros de que já falei no comentário que fiz à intervenção, do membro desta Assembleia Gonçalo Alves. Quanto à questão do recrutamento, quero dizer-lhe que foi claro e transparente, por concursos públicos, contrariamente ao que aconteceu noutras Câmaras, nomeadamente em Câmaras do PCP, em que se fizeram avenças. Não percebo como sentiu dúvidas relativamente ao Posto de Turismo, ou o Centro de Valorização e Tecnológico da Água, uma vez que não fazem parte da Prestação de Contas, como também não fazem parte dos documentos previsionais. Mas se por ventura a pergunta era no sentido de conhecer alguma informação sobre esta matéria, fora do contexto da Prestação de Contas, eu posso facultar-lha. É verdade que o Posto de Turismo está em execução, é visível, é suposto que durante o mês de junho esteja concluído. Era para ser no mês de maio, mas é verdade é que algumas contingências, nomeadamente com alguns empreiteiros que pediram suspensão dos trabalhos, porque entenderam que não estavam reunidas as condições, para poderem continuar as obras. Dizer-lhe, também, a título de curiosidade, que está em aberto um concurso para recrutamento de 4 Técnicos Superiores por parte da CIM, para esta esta área. Quanto à questão do Centro Tecnológico e Valorização da Água dizer-lhe também, que essa é uma iniciativa que está a ser promovida pela Associação Aquavalor, da qual a CIM do Alto Tâmega é parceira, mas também o IPB. E que de facto, neste momento, estão a decorrer obras de adaptação do próprio edifício, que foi cedido em regime de comodato pelo Município e, como sabem, o edifício está com obras de adaptação para lá serem instalados 4 laboratórios. Também está aberto um concurso para recrutamento de 8 investigadores para esse mesmo Centro de Valorização da Água, em diferentes áreas, todas elas ligadas naturalmente, de forma direta e indireta, à água. E, pelo que me foi dito, as candidaturas a esse concurso são mais de 200. Não sei se lhe respondi a tudo, mas se porventura houve alguma matéria de que me tenha esquecido, agradeceria que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

mo recordasse. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----

“Apenas para clarificar três ou quatro situações. Pareceu-me, pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, que este método de tele-distância é preferível ao presencial, mas eu queria solidarizar-me com o senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal, dizendo que em política, como na maior parte das atividades humanas, na medicina, no ensino, é sempre desejável a participação. E foi esse, aliás, o entendimento da Assembleia da República em relação à sua atividade, que nunca deixou de funcionar e, nas comemorações do 25 de abril, nesse aspeto foi notável a presença do senhor Presidente da República. E, portanto, o que a minha camarada Maria José expressou, e eu também expressei, é que o desejável é que rapidamente retornemos ao modelo habitual presencial, e penso que no fundo todos estamos de acordo, esse é um primeiro aspeto. Segundo especto, o senhor Presidente disse uma coisa que foi deselegante e que não costuma fazer, e até costuma criticar os que o fazem, foi relacionar as avenças com as Câmaras do PC, e outras, não especificou quais Câmaras. Eu preferia que dissesse, se calhar, o geral das Câmaras tem feito, até Câmaras Comunistas. Finalmente, estamos na prestação de Contas e não na apresentação do Orçamento, mas é importante ver qual tem sido o fio condutor nestes últimos anos. O Partido Socialista e o senhor Presidente com razão, usam sistematicamente as Contas desastrosas que a Câmara anterior deixou da questão das águas, iludindo sempre uma questão essencial, porque a questão das águas não foi só um erro estratégico da Câmara anterior de não cumprir os seus compromissos, e de não criar sequer provisões económicas para poder corresponder, no futuro, ao que não estava a pagar, mas foi um acordo ruinoso e uma decisão política ruinoso, de criar as águas de Trás-os-Montes e de alinear a gestão da água do Município de Chaves e, portanto, é bom que se recorde isso. A Câmara anterior do PSD, ou as Câmaras anteriores do PSD, até fizeram muita obra, isso não tem discussão. As apostas é que foram erradas, falhando uma a uma, o Mercado Abastecedor, a Plataforma, e muitas mais que eu aqui não mencionei. Não foi por falta de obra, na realidade as Câmaras do PSD fizeram muito obra, depois a gestão financeira não correu de todo bem. Eu acho que atualmente era importante que nós começássemos a ver mais obra até para percebermos uma situação, é que de repente o turismo pode ter levado um abanão, que pode vir a tornar-se estrutural por um período grande e era bom, mais uma vez, os Países, as Regiões, as Autarquias perceberem que o essencial da aposta na área do Turismo dos eventos das atividades, sendo isso tudo importantíssimo, não é suficiente para assegurar a viabilidade das regiões, dos países, dos concelhos e, portanto, os reparos que eu tinha a fazer eram estes. É evidente que houve um crescimento do turismo e que ele é muito importante, já percebemos que, dificilmente será sustentável nos próximos anos. Não é aqui a ocasião, eu sei, mas é importante reassentar as antenas e perceber que outros caminhos vamos trilhar. Da produção local, da economia local não ligada diretamente ao turismo, da agricultura, da pecuária, que nos permitam lidar com os tempos mais próximos de uma forma diferente, ainda por cima sabendo de muitos aspetos inevitáveis, e isso não tem a ver com o mérito da Câmara ou com o demérito, das Contas do País, do Município, que vão sair fortissimamente afetados nos próximos tempos, e se calhar ficava aqui um desafio. Valerá a pena que haja uma reflexão e a CDU está disponível para ela, para encarar os próximos tempos e perceber que ideias, que modelos, que estratégias existem, para lidar com um mundo que mudou e, cuja mudança pode ser muito mais estrutural do que aquilo que nós estamos agora a imaginar. -----

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, pelo PSD. -----

“Muito obrigado senhor Presidente, pedi a palavra para responder a algumas afirmações do senhor Presidente da Câmara. Naturalmente que não é a questão da independência, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

quanto a isso, cada um fará o juízo que entender, mas obviamente, que se eu fosse alinhado não estava a votar numa posição diferente daquela que o PSD assumiu. E, também é verdade que para ter sido eleito numa lista do PSD, alguma afinidade haverá. Mas uma coisa é a afinidade, outra coisa é a militância e o alinhamento. Portanto, essa independência é discutível na cabeça de cada um e, cada um pode achar aquilo que entender. Isso em nada me ofende, não foi por isso que pedi a palavra. Quero referir-me à questão da coerência, que o senhor Presidente pôs em causa, mas se tiver possibilidade peço-lhe que veja a ata do ano 2016, 3º ano do mandato do PSD, tal como este é o 3º ano do mandato do PS, onde podemos ver que, todos os elementos do MAI se abstiveram, e o PS votou contra. Porque como eu disse já na altura, o PS vota sempre contra as contas do PSD e o PSD vota sempre contra as contas do PS, salvo raras exceções, que eu ainda não me apercebi de nenhuma. Portanto, a minha coerência, a coerência que eu referi está transcrita na ata de 2016, ata do terceiro ano de mandato. Outra coisa que o senhor Presidente referiu foi que a reserva colocada nas contas deste ano, refere-se a valores inferiores. A questão é que para mim não há pouca reserva, nem muita reserva, há sim declaração com reservas, e a minha coerência está em que, quando a opinião é feita com reservas, a minha posição é de abstenção. Portanto, eu não vejo qualquer falta de coerência e era só isso que eu queria deixar, porque achei que não se me aplicava o chapéu de que não tinha sido coerente. Muito obrigado”.

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas.

“Tenho vários comentários. Reitero a incoerência, contrariamente ao que o senhor membro desta Assembleia disse e, para isso, vou passar a ler aquilo que o senhor membro desta Assembleia Municipal disse nas páginas 32 e 33 da ata da Assembleia Municipal do 5 de abril 2017 e, depois, aferiremos todos se há coerência, ou não. Naquela data, estaríamos a apreciar a conta de 2016, dizendo então: *“Francisco José da Silva Lopes Preto, do MAI, disse que a sua bancada não tem qualquer razão para colocar em causa o rigor das contas que estão a ser apresentadas porque estão bem explícitas e são minuciosas. Julgamos que tais contas vão no sentido de dar cumprimento aos documentos previsionais do Orçamento que foi aprovado por esta Assembleia. Porém, melhor do que nós são tais contas analisadas e avaliadas por um Revisor Oficial, imparcial e devidamente creditado, com todos os conhecimentos técnicos e necessários para, com todo o rigor fazer a respetiva avaliação. --- Tendo nós aprovado o Orçamento relativo a 2016 e face ao rigor das contas a que aludimos, e sem estar aqui a perder tempo com questões políticas que eventualmente debateremos no período de campanha eleitoral, que se aproxima, apenas nos suscita uma espécie de análise no que respeita à certificação legal das contas a opinião, com reservas do ROC, pese embora a conclusão do seu parecer que é clara e no sentido de que o Relatório de Gestão das contas apresentadas, obedeceu a todos os requisitos legais e regulamentares, a informação não suscita dúvidas em relação às demonstrações financeiras auditadas em que não foram identificadas quaisquer incorreções materiais.*

As reservas em causa prendem-se com a questão do provisionamento das faturas apresentadas pela ATMAD, e que foram devolvidas pelo Município. Encontra-se em litígio um valor de cerca de 7.03M€ e foram estimadas provisões apenas 2.503M€. Isto significa que o Município pode vir a ter que necessitar de mais 5.5M€, mas também pode ficar com cerca de 2.5M€, que tem provisionado, ou pode fazer qualquer acordo que é algo que nunca está fora de hipótese. Tudo depende de uma decisão judicial transitada em julgado que pode tardar, como costuma ser habitual. Embora entendamos a dita opinião com reservas a até a consideramos legítima, com todas as incertezas que comporta, a verdade é que, e enquanto flavienses, defendemos a posição do Município nas razões que invoca para devolução das faturas cujo pagamento lhe foi solicitado pelo fornecedor ATMAD, achando que se encontra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

*a defender, de boa-fé, perante o Tribunal Administrativo, a posição de não fazer pagamentos que considera ilegítimos, sendo certo que, se não tiver de pagar, como se espera, quem ficará a lucrar serão todos os flavienses que, em nosso entender, deverão estar unidos no cumprimento das razões invocadas para o não pagamento. -----
Concluo dizendo que as nossas reservas são demasiado voláteis para que deixemos de aprovar as presentes contas, que dão cumprimento ao Orçamento que aprovámos e que não estamos arrependidos”. -----*

Em síntese, reitero a questão da incoerência e incoerência ainda é maior, porque se é verdade, que agora há reservas que tem a ver apenas com o diferencial de 1.9, para aquilo que é metade do que está provisionado, na altura estávamos a falar de 7 milhões de euros com previsão de 2, significa que o diferencial era 5.5. Nós agora, estaremos a falar de 950 mil euros que faltam provisionar, mas ainda assim, com valia técnica à data entendia que efetivamente havia razões com esta reserva, para aprovar a prestação de contas. Hoje numa situação mais favorável depois da Câmara ter feito já o acordo com as Águas de Norte e estar a pagar as suas obrigações, como já o devia ter feito antes, e estando apenas em questão o valor residual. Então agora há incoerência já se abstém e, portanto, foi isso que eu disse há bocadinho e que reitero de facto há manifestamente uma situação de contradição e daí a minha afirmação de incoerência. Quanto às questões da independência, enfim, concordo consigo é, uma questão subjetiva. Mas mais importante que as palavras, são os atos e, portanto, diga-me como as pessoas se posicionam e que grupos de partidos integram, para nós percebermos qual é a sua independência. -----

Relativamente à questão que foi suscitada antes pelo membro desta Assembleia Municipal, **Manuel Cunha**, enfim, eu até posso condescender que fui algo deselegante e habitualmente não o sou, é verdade. Mas também acho que foi o modo como a questão, foi colocada, porque deu a entender que o recrutamento em curso, teria algumas questões que não estariam bem explicadas e, portanto, de alguma forma foi isso que eu interpretei. Então bastaria fazer uma pergunta ao contrário, não se importa de dizer se o recrutamento foi feito por concurso ou por prestação de serviço, ou por convite, era fácil. De facto, quando as perguntas são capciosas temos que responder á altura. Portanto, ainda que eu ache que também não devemos responder sempre na mesma moeda, às vezes, isso acontece e aconteceu no caso, portanto, a motivação para a resposta ainda que por ventura excessiva foi, naturalmente, a pergunta capciosa que foi feita. Quanto à questão do modelo enfim permita-me que lhe diga Dr. Manuel Cunha, eu nunca disse que eu prefiro este modelo de reunião. Eu prefiro um modelo combativo, presencial, muito mais vivo. Quem me conhece sabe que sou assim. Agora estamos a viver tempos singulares, tempos excepcionais, absolutamente diferentes e eu costumo dizer para questões diferentes respostas diferentes e, portanto, nós temos que nos ajustar às situações. E isto é, de facto, a nossa capacidade de nos moldarmos às novas exigências, e penso que com as ferramentas que temos, com as competências e apetências que fomos ganhando, acho que é perfeitamente compatível e não ficam em causa, nem a democracia, nem a pluralidade, nem a capacidade de intervenção. Quanto à vivacidade e interação, com certeza que preferimos todos, o modelo presencial e, portanto, não me revejo naquilo que foram as suas conclusões, muito pelo contrário. Depois, dizer quanto a outras considerações entendo que fazem algum sentido, não agora. Ou seja, não é na Prestação de Contas que nós vamos refletir sobre o modelo de desenvolvimento e sobre o modelo de estratégia que temos que traçar para o futuro. É verdade, devo dizer que provavelmente o nosso futuro não pode estar muito alicerçado na agricultura, porque nós hoje já não temos quase agricultores, e isso é um problema grave. Portanto, significa que temos que discutir estas questões com seriedade, com profundidade, com conhecimento, temos que naturalmente ter um *mix* equilibrado, em que a nossa economia local, possa estar assente. E, que as economias regionais sejam bastante mais consistentes, para que possam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

eventualmente resistir melhor àquilo que são, os contágios nacionais e internacionais. Concordo consigo, estarei disponível para essa reflexão, podê-la-emos fazer. Porque efetivamente, eu disse-o antes e digo agora, nada vai ser como dantes e, porventura, os desafios que tínhamos antes agora serão mais exigentes, mais complexos, porque se nós alicerçamos o nosso desenvolvimento local no passado recente, nas grandes obras públicas, foi isso que nós fizemos grandes obras públicas e serviços, se nós agora estávamos a caminhar bem, concentrados no turismo e no termalismo, temos que continuar a fazer essa afirmação, naturalmente, mas provavelmente teremos que diversificar. Apostar também muito naquilo que são pequenas e médias empresas de prestação de serviços, de produção de atividades, isso é que me parece essencial e, portanto, por aí, não tenho absolutamente divergência nenhuma. Ainda que possamos ter avaliações diferentes, sobre as prioridades e, sobre a relevância de cada uma, nas dimensões económicas. Entendo que é algo que faz todo o sentido, mas não neste momento. -----

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, pelo PSD. -----

“Vou fazer uma intervenção que será a última. Com certeza, que o senhor Presidente gosta sempre de fazer a última e depois fará a última, eu não irei responder. Mas há aqui uma coisa que eu tenho que responder, porque eu tenho que estar convencido sempre do que as outras pessoas dizem, em relação em mim, tenho que ficar convencido para ficar calado, e é o seguinte: nós não vamos tentar comparar o que é incomparável, ou seja, o senhor Presidente da Câmara tem que ver que a ata de 2016 diz respeito ao exercício de 2015, a de hoje diz respeito ao ano de 2019, ou seja, quer no caso de 2016 quer agora no caso de 2020 estamos a falar do terceiro ano do mandato de cada um dos partidos. E o que o senhor Presidente da Câmara leu da ata de 2017, vem na sequência da ata e da posição que eu assumi em 2016. O senhor Presidente poderá comparar o ano de 2017, que foi o último ano de mandato do PSD, ao último ano de mandato do PS, que será o próximo e vamos ver se o PS fará e, se se comportará em relação a essas previsões de uma maneira evolutiva, como na altura o PSD fez em relação ao ano de 2016. Eu, no ano de 2016, tal qual como estou a fazer agora no terceiro ano de mandato abstive-me, e agora abstive-me na mesma. Portanto, eu não partilho em relação ao senhor Presidente, desta falta de coerência que me quer atribuir. Portanto, comparamos o que é comparável eu só posso comprar o ano de 2017 com o próximo ano que será o último ano do seu mandato. Pronto é só isto e eu não vou dizer mais nada, que é para não ficarmos aqui a tarde inteira”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Acho que nos silogismos que foram feitos, os pressupostos estão errados. Vamos então voltar ao princípio: a argumentação para o voto de abstenção foram as reservas expressas naquilo que era a certificação legal de contas não foi isso? Nem foi sequer a comparar o ano de 2020, ou o ano de 2019, ou o ano de 2017, ou o ano de 2016 a questão em causa não foi comparar exercícios. A questão que motiva e que diz o membro desta Assembleia Municipal, que o motivou ao voto que expressa, no sentido de abstenção, foi tão só apenas a circunstância de que viu que a declaração de certificação do revisor oficial de contas, em que tudo está bem, globalmente, mas que expressa uma reserva, relativamente aos 1,9 milhões de dívida às Águas do Norte. São exclusivamente, repito, relativamente aos mínimos que como estão provisionados em 50%, que existem algumas dúvidas, e foram essas reservas que motivaram o membro desta Assembleia Municipal, a abster-se nas contas de 2019, que estão a ser votadas em 2020, como todos sabemos. E, portanto, o que eu fiz notar a sua incoerência, porque o senhor membro desta Assembleia Municipal, em 2017, votava as contas de 2016, e comparando os seus argumentos e conseqüente sentido de voto, em ambos os momentos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

não existe coerência. As cláusulas de reserva colocadas nas Contas em 2017, eram de um valor muito superior a estas, em 2020. No entanto o senhor membro desta Assembleia aprovou aquelas e nestas últimas, baseando-se exclusivamente na cláusula de reserva, de valor muito inferior à de 2016, absteve-se. Os mesmos argumentos, num momento determinaram um sentido de voto e, noutro momento, outro sentido de voto diferente. Portanto, continuo a dizer que houve manifesta incoerência e contradição, e se alguém tiver dúvidas pode consultar os documentos e tirar as suas conclusões. Sinceramente é isso que eu tenho para dizer”. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quarenta e oito votos a favor, treze votos contra e cinco abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada:

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Fernando Luís Lopes Moreira, Nuno André Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias Fontes, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Maria Adalgisa Portugal Ferreira Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e Luís Mário Alves Carneiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Anelhe - Arlindo Santos Costa; Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro; Calvão e Soutelinho da Raia, António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira, Lígia Maria Chaves Silva; Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, Fernando Alberto Barreira de Moura; Faiões, Octávio Rodrigues Bastos; Loivos e Póvoa de Agrações, Cecília Maria Silva A. Alves; Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Mairós, Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras, António José Lopes; Nogueira da Montanha, António Lopes; Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela), Luís Saraiva Garcia; Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, José António de Oliveira Carreira; Santa Maria Maior, Hugo Manuel Alves da Silva; Santa Leocádia, João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; Santo Estêvão, Maria José Sena Barros; São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Tronco, Eduardo dos Santos Carneiro; Vale de Anta, Jorge José Pereira de Carvalho; Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos, Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia, Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis; Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário); e Vilela do Tâmega, Ramiro Figueiredo dos Santos. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada e Anabela Maria Neves Martins. -----

Abstenções: Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, do PSD. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha e Maria José Gomes Teles Grilo.

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia de S. Vicente da Raia: Mário José dos Anjos. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste Órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes: Altamiro da Ressurreição Claro, Luís Manuel Areias Fontes, Domingos de Moura Alves, Ana Maria Rodrigues Coelho, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: João Ramos Duro, Carlos Alberto Batista Xavier e Gilberto Santos de Jesus. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

PONTO 6 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO, NOS TERMOS DO POCAL) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2020. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DGF/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Começou por renovar os cumprimentos a todos os membros da Assembleia. Seguidamente referiu que “Os fundamentos que estruturam esta proposta estão evidenciados na mesma. No essencial o que se pretende é, aprovada que foi a prestação de contas, permitir no essencial que possamos utilizar quer o saldo de Gerência quer também o valor menos expressivo, relativamente às posições não abatidas aos pagamentos. Mas também, a previsão de 500 mil euros relativos a reembolsos de IVA, na sequência de operação de um processo de eficiência fiscal que foi realizado no Município. Neste caso concreto, presumo que seja um total de 4 milhões 483 mil 284 euros 27 cêntimos. O destino a dar a esses fundos está evidenciado no anexo I, que traduz exatamente as dotações com reforço e há também a inscrição de novas rubricas ou novas ações de despesa e, portanto, nesse particular, estão evidenciados com clareza as aplicações e destino a dar a estes valores que a partir de agora, se a proposta merecer a aprovação desta Assembleia, podem ser utilizados”. -----

Seguiram-se as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Renovou os cumprimentos habituais e informou a Assembleia que o grupo municipal do PSD, irá votar a favor desta proposta. -----

Fátima Liliana Fontes Correia, pelo PS. -----

“A minha intervenção neste ponto vai no sentido de realçar as novas ações que são agora contempladas com a integração do saldo de gerência de 2019 nos documentos previsionais para 2020, no valor de 3.959.531,57€, assim como da inscrição de nova rubrica orçamental da receita corrente, designada – “IVA – reembolsos” no valor de 500.000,00€. -----

Para além do reforço de dotação de rúbricas já existentes nas Grandes Opções do Plano e que se demonstravam insuficientes, esta alteração ao orçamento vem agora permitir a introdução de novos projetos, como o projeto de reabilitação do antigo hospital militar para instalação de uma residência de estudantes, revisão e ampliação do projeto de reabilitação do Museu da região flaviense, do Castelo e baluarte; o projeto do Centro ecuménico de Chaves; o projeto dos Caminhos das Lagoas de Chaves; a requalificação do túnel ao Hotel Aquae Flaviae e a criação do Fundo de Emergência Social para dar resposta às situações de maior carência, resultantes da situação crítica de calamidade que atualmente vivemos. O nosso sentido de voto será, obviamente, a favor desta alteração”. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor e duas abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Fernando Luíz Lopes Moreira, Nuno André m Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias Fontes, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos de Moura Alves, José Francisco de Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e Luiz Mário Alves Carneiro. -----

Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Sofia Vieira de Melo, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada e Anabela Maria Neves Martins. -----

Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Anelhe, Arlindo Santos Costa; Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro; Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis; Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura; Faiões - Octávio Rodrigues Bastos; Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves; Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto; Mairós - Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras - António José Lopes; Nogueira da Montanha - António Lopes; Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor, Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos; Santo Estêvão - Maria José Sena Barros, São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha, Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto, Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta – Jorge José Pereira de Carvalho, Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos - Rui Manuel Branco Rodrigues, Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Vilarelho da Raia - António Carvalhal dos Reis, Vilela Seca – Luís Jorge Martins Fernandes(secretário) e Vilela do Tâmega - Ramiro Figueiredo dos Santos. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha e Maria José Gomes Teles Grilo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste Órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: Altamiro da Ressurreição Claro, Luís Manuel Areias Fontes, Maria Adalgisa Portugal Ferreira Silva Babo, Ana Maria Rodrigues Coelho e Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Lígia Maria Chaves Silva, João Ramos Duro, Carlos Alberto Batista Xavier, Hugo Manuel Alves da Silva. -----

PONTO 7 – APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR; ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO AMBAS NA ATUAL REDAÇÃO; LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. PROPOSTA Nº 24/GAP/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“Reitero naturalmente os cumprimentos a todos neste caso concreto também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Por economia de tempo vou-me remeter, no essencial àquilo que são os fundamentos vertidos na respetiva proposta e que, no essencial, têm uma nota distintiva, que é a adaptação da estrutura orgânica. Decorrido quase que são dois anos e meio, é avaliada e conhecida, naturalmente, aquilo que era a estrutura existente e, daquilo que eram alguns constrangimentos e algumas limitações. Mas também, ajustando àquilo que tem sido a atividade regular do Município, da forma como se encontra estruturada, e entender que é fundamental preparar, não só assegurando aquilo que era o nível de eficiência e capacidade de trabalho que vem sendo desenvolvido, mas também ao mesmo tempo preparar o Município para a acomodação em termos operacionais e, também, em termos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

coordenação administrativa e de natureza técnica, aquilo que são as novas competências em 2021. Porventura, mais tarde pode vir a ser necessário mudar a estrutura orgânica do Município, na sua ação municipal quotidiana. E, por isso, está aí expresso também, o enquadramento entre aquilo que era a estrutura orgânica que se pretende substituir, e quais são as propostas que neste momento estão formuladas. No essencial mantém-se a mesma estrutura, as alterações cingem-se à eliminação de um Departamento, ficando este Município sem Departamento, acrescentando uma Divisão. É dada uma arrumação diferente quanto às questões económicas, e do turismo, mas a grande novidade vai exatamente, para as Unidades de 3º grau, que na minha perspetiva, são instrumentos importantes de gestão e fundamentais, que permitem a agilização de algumas decisões e, porventura, também que alguns Técnicos Superiores, possam fazer enfim uma integração e uma formação que lhes permita, no futuro, assumirem outro tipo de lideranças. Se há pouco, dizíamos que era importante fazer um refrescamento geracional, em termos etários naquilo que são os recursos humanos da Câmara, essa necessidade também acontece relativamente aos Dirigentes. Porque temos alguns dirigentes que estão em funções nesta casa há quase 20 anos ou mais e, também, já estão numa fase final de carreira, sendo necessário preparar, naturalmente, as transições normais privilegiando os recursos da instituição” -----
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

“Como ponto prévio importa esclarecer que em resultado da Pandemia COVID-19, o FMI estima uma redução do PIB entre 7,5-9%, o GM do PPD/PSD considera como prioritária a adoção de medidas de combate ao desemprego e que o foco da governação se deve centrar no aumento da competitividade do Município, pela via do investimento nas áreas sociais, da saúde e das empresas/economia. -----

Porém, o Sr. Presidente da Câmara Municipal entendeu apresentar em pleno Estado de Emergência um novo modelo de estrutura orgânica do Município. Sendo totalmente legítimo, não entendemos a sua oportunidade. A Câmara e os serviços municipais deveriam estar totalmente focados na ajuda à resolução da crise e dos seus efeitos económicos e sociais. A implementação da nova estrutura vai trazer naturalmente um período de instabilidade, que poderia ser evitado nesta fase. -----

Assim, atendendo ao cumprimento da Ordem de Trabalhos, pela complexidade e relevância de que se reveste, gostaríamos de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----

1. Qual o grau de urgência desta alteração, que justifica que um assunto desta relevância e impacto na vida do município, seja trazido a uma reunião com as limitações que se reconhecem a esta? -----

2. É mencionado na página 4 do relatório, que “Pretendeu-se conceber um modelo de funcionamento e repartição de competências que superasse os estrangulamentos diagnosticados e que fizesse com que a Câmara Municipal de Chaves consiga responder com zelo, solicitude e eficiência aos desafios que se lhe colocam no seu âmbito de intervenção.” Considerando a dimensão das alterações propostas com o novo modelo, e assumindo que o seu objetivo é suprimir falhas do anterior modelo, não deveria este relatório mencionar quais essas falhas e porque é esta e não outra a melhor forma de as superar? Agradecemos se puder elucidar esta Assembleia sobre quais foram os principais estrangulamentos detetados, e como é que este novo modelo permitirá superá-los. -----

3. Do ponto de vista das novas divisões propostas, gostaríamos apenas de compreender melhor, a opção de manter em 3 divisões distintas, responsabilidades e conteúdos funcionais tão interligados, como sejam: a Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE), a Divisão de Cultura e Turismo (DCT) e a Divisão de Apoio ao Investidor e Relações Externas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

4. Consideramos ser imprescindível, neste contexto, a análise e discussão do novo modelo de estrutura orgânica sem a respetiva análise do seu impacto financeiro. Assim, gostaríamos de saber, pois não o encontramos nos documentos, se: a) o novo modelo de Estrutura Orgânica vai dar origem à necessidade de novas contratações para o Município? b) o impacto financeiro desta medida? -----

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Caros Membros Eleitos, Presidentes de Junta, caros vizinhos, -----
Termino, afirmando que independentemente do esclarecimento das dúvidas apresentadas, entendemos que esta matéria é da estrita competência do Executivo. A organização dos recursos deve ser feita da forma que o executivo entender mais eficiente e eficaz, para atingir os seus objetivos. Em consequência, o Grupo Municipal do PPD/PSD irá abster-se na votação da presente proposta”. -----

Maria José Gomes Teles Grilo, pela **CDU**. -----

“Em primeiro lugar eu tenho de fazer aqui um reparo, não quero polémicas, mas eu não faço perguntas capciosas, faço perguntas para saber e ficar a conhecer as situações. Mas vamos ao ponto. Pegando nas palavras do anterior orador, também acho que este assunto é da exclusiva responsabilidade do executivo socialista que está na Câmara. Mas tenho algumas dúvidas, quer dizer, é depois de dois anos e meio, que é preciso fazer esta alteração? Gostaria que me respondessem. Perguntaram aos funcionários? Houve reuniões para se fazer um balanço? Fez-se uma avaliação de como funcionavam as divisões e as subdivisões? No meu entender devia ser feito. Foi encarregada, alguma empresa de elaborar, de acordo com as orientações do atual executivo Camarário, essas alterações. Só percebi que havia 7 gabinetes, ligados diretamente ao senhor Presidente, 12 Divisões que era o número que existia anteriormente, e julgo que 9 unidades flexíveis, as tais que os dirigentes são de terceiro grau. Sobre esse ponto, não posso dizer muito mais. Portanto, acho que é o Executivo Camarário, que tem que se pronunciar. As razões porque é que resolveram alterar agora, embora tenha também um feedback de alguns funcionários, que seria preciso fazer alguma coisa. A CDU vai-se abster nestas circunstâncias, neste ponto da Ordem de trabalhos”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Muito boa tarde a todos. Reconheço que tenho alguma dificuldade em perceber a argumentação expendida pelo membro desta Assembleia Municipal, **Carlos Afonso**, não percebi exatamente, a relevância das análises e perspetivas do FMI e outras entidades para o futuro, no que concerne à evolução económica, e à contração do PIB. Relacioná-la com a estrutura orgânica, sinceramente, não percebi e vou-lhe tentar mostrar que, de facto, uma situação não tem nada a ver com outra, vou procurar fazê-lo. Depois dizer-lhe, também, que é exatamente para perceber melhor a política Municipal, para combater o desemprego, para fazer mais investimento, para prestar serviços com mais eficiência, com mais eficácia, com mais qualidade, com mais proximidade, que se faz esta alteração. Portanto, são estes os pressupostos que estão na base da alteração. É exatamente para que seja uma gestão e uma administração, mais presente, mais próxima, mais capaz, mais interativa, é isso que se pretende. Portanto, é nessa lógica que vai a proposta, e é por isso que se apresenta agora. Por outro lado, dizer que já passaram dois anos e meio, eu estava à espera que isso fosse um mérito, afinal é um demérito. Nós, contrariamente a outros que já fizeram alterações na estrutura, nesta casa, e entraram aqui para a gestão, com preconceitos e com objetivos claros de saneamento, o que fizeram foram alterações imediatas da estrutura orgânica, sem se saber e sem terem o conhecimento efetivo, se a estrutura era adequada. Segundo, se o desempenho dos dirigentes e dos colaboradores era o mais adequado. Nós fizemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

exatamente o contrário, o que nós quisemos fazer foi dar tempo, perceber, efetivamente, se a estrutura orgânica e, sobretudo as lideranças eram as adequadas ou não. E quisemos dar tempo, um ano, 2 anos, e acho que hoje ao fim de 2 anos, já é possível ter uma análise ainda que, necessariamente subjetiva, daquilo que são os constrangimentos, insuficiências, limitações, incapacidades, quer do modelo, quer dos respetivos dirigentes. Contrariamente àquilo que é afirmado, acho que isto é um mérito, desta gestão e não um demérito. Porque não quisemos fazer como outros que vieram com ideias e com objetivos específicos de, porventura, afastarem alguns dirigentes. Se formos ver nas governações do PSD, não será difícil encontrar situações dessas, enfim, basta fazer um exercício de memória no nosso caso concreto, não o fizemos. Nós não interrompemos nenhuma comissão de serviço, de nenhum dirigente, todas as comissões que existiam, mantiveram-se. Entendemos que neste momento ao fim de mais de 9 meses de maturação, de discussão da proposta, era tempo de a propor à aprovação. Concordo consigo, que esta deve ser uma matéria em que a Assembleia Municipal, tem a competência para definir tão só e apenas o modelo de estrutura, o número máximo de unidades orgânicas. Quanto ao demais, à arrumação e à forma como se estruturam, e como se relacionam, é competência deste executivo Municipal. Dizer que, naturalmente, com uma lógica de transparência, de clareza não só apresentamos uma proposta que diz qual é o modelo, qual é o número máximo de unidades orgânicas como, também, dizemos quais são e que competências têm. Não era necessário fazê-lo, mas, entendemos, fazê-lo em nome da transparência. E, portanto, deixe que lhe diga que são, exatamente, as razões que avançou que nos levam a fazer essa proposta que é a eficiência, a economia e melhores resultados, porque isso é, o que esperam os nossos concidadãos. A urgência não é nenhuma, mas tão só e apenas que a proposta, depois de tanto tempo de discussão, de maturação interna, neste momento está em condições de ser votada. Não vimos, eu particularmente não vi nenhuma limitação para que pudesse ser discutida. Se se pode discutir a Prestação de Contas, se se podem discutir outros assuntos então qual seria a questão que inibe de discutir a estrutura orgânica, quando é o próprio membro desta Assembleia Municipal, que diz que esta questão é da competência do Órgão executivo. Então, por maioria de razão, se é uma competência em que os membros da Assembleia Municipal não se querem imiscuir, porquê essas considerações todas e essas reservas todas que expressou, enfim, fica a nota. Depois dizer-lhe, que quanto à questão dos constrangimentos e das limitações, nós tínhamos um modelo assumidamente militarista, piramidal, que fazia, por exemplo, e eu posso dar aqui nota, que determinados processos estivessem 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 dias à espera de um simples visto. Não me parece adequado. Temos que ter um modelo, mais fácil, mais flexível, e mais rápido, que não tenhamos estrangulamentos que são, sobretudo, redundâncias. E, portanto, esta ideia da pirâmide, esta ideia que temos que manter uma estrutura como tem os militares, peço desculpa, mas nas organizações municipais não deve acontecer. Portanto, o que se visa aqui, depois de muito conhecimento, e da forma como as estruturas estavam organizadas, chegou-se à conclusão que era importante, eliminar passos que não acrescentam nada nem em tempo, nem em qualidade, nem em mérito, nem em legalidade e, depois, perceber quais são os constrangimentos e as insuficiências. Depois dizer-lhe, também, que relativamente à questão que suscita, um estudo económico/financeiro, quero dizer-lhe que não existe, primeiro porque não é obrigatório, segundo porque nunca nas múltiplas alterações orgânicas que o seu partido fez nesta casa, nunca apresentou nenhum documento. Terceiro, não pode ser feito porque dependerá em concreto dos concursos de recrutamento que se façam e de quem venha a ser selecionado, ou então partimos ao contrário, já sabemos quem vai ser dirigente e fazemos as contas com base nesses elementos, mas isso não me parece adequado. Outra nota importante, se porventura o dirigente for recrutado e vier de fora da organização, há um acréscimo de custo diretamente relacionado com a remuneração que tem, se porventura, for alguém da própria estrutura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

orgânica, do próprio mapa de pessoal, o custo será menor. E, portanto, dada a variabilidade de possibilidades, esse estudo não seria possível e até, se calhar, é por isso que a Lei não o exige, eu não conheço até hoje, nenhuma Câmara que o tenha apresentado, sinceramente. Penso que respondi a todas as questões colocadas pelo membro desta Assembleia, Carlos Afonso, mas permita-me fazer mais uma nota final. Se entende que, de facto, esta é competência do Executivo Municipal, então dê-lhe o benefício da dúvida, então entenda que ao fim de 2 anos e meio de gestão, com uma estrutura existente, e com os dirigentes existentes, é tempo de poder tomar decisões livres que, de facto, possam ser adequadas à sua gestão. E, portanto, era isso que eu esperava que nos dissessem, como são questões de gestão e de melhor organização de recursos humanos, eu entendia que, de facto, aqui podia ser dada uma nota de confiança, como noutros tempos, foi dada a outros Executivos municipais. -----

Relativamente, às questões que foram suscitadas pelo membro desta Assembleia, **Maria José Teles Grilo**, que enfim foi pela mesma dialética, entendeu que de facto é competência do Executivo municipal e, nessa medida, dá de alguma forma o benefício da dúvida com um voto de abstenção. Mas dizer-lhe, que os dois anos e meio que tanto a preocupam e que de alguma forma justificariam a não submissão, à discussão e votação desta proposta, é exatamente esse o fundamento que nos leva a fazê-lo agora. Hoje temos razão de ciência, razão de conhecimento e experiência, daquilo que foi uma estrutura existente e, daquilo que é o desempenho das várias unidades, dos vários dirigentes. Nós hoje já podemos dizer com certeza, sem fazermos nenhum juízo de valor apriorístico, já conhecemos, efetivamente, os bons, os médios e os desempenhos suficientes. Mas há um ano não o saberíamos e, portanto, é por ter um conhecimento aprofundado daquilo que são os estrangulamentos e, também, os desempenhos, que neste momento, passados 2 anos e meio, apresentamos uma proposta de estruturação. Depois dizer que enfim, como sabe, os modelos da organização não são discutidos com cada um dos funcionários, não está no diploma, nem deve ser assim. Porque de facto é da avaliação que se faz dos desempenhos, em resultado por exemplo, não só, mas também, daquilo que é o SIADAP 2 e o SIADAP 1, mas também daquilo que são os resultados efetivamente obtidos em cada uma das unidades orgânicas. E, portanto, devo dizer que esta é uma decisão que é tomada em consciência e em abono da verdade, a estrutura que está pensada desta forma, também já resulta de alguma forma daquilo que é a distribuição material que já existe nesta casa. -----

Eu vou voltar atrás, porque me esqueci de dar uma nota sobre uma questão colocada pelo membro desta Assembleia Municipal, **Carlos Afonso**, porque não falei da aparente contradição existente, entre as três unidades que existem, que são próximas, e têm a ver com a cultura, com o turismo, com o económico e com as relações externas. Entendemos, que são áreas que devem ser divididas. Naturalmente próximas, mas complementares, que devem ser geridas de forma coordenada e de forma colaborativa. Mas, ainda assim, entendemos distribuí-las de forma autónoma, não só pelo número de trabalhadores, mas também, pelos desafios que queremos colocar, e que nos parece que devemos colocar. Consideramos que o turismo, a área económica e as relações externas, são áreas importantes e também estratégicas, para o desenvolvimento deste Concelho. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

“Era só para pontualizar dois aspetos: reforçar a questão da possibilidade de definir as estruturas orgânicas da forma como tem sido, devia ter sido feito também um levantamento do perfil académico ou profissional dos atuais colaboradores do Município, e daí a nossa questão. Porque pode surgir a necessidade de contratar um perfil que não tem necessariamente ser um novo, mas com características que se ajustem às inovações, que são agora tidas em atenção. É só uma questão, que nós legitimamente levantamos e que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

prendia com a possibilidade de contratação, obviamente não é o resultado do concurso público, mas sim na distinção de perfis. E se os perfis não são contemplados na atual estrutura, necessariamente haverá possibilidades de contratação externa. Portanto, esta questão, relativamente à Divisão de Desenvolvimento Económico e Divisão de Apoio ao Investidor e Relações Externas, manifestamos as nossas reservas, mas a seu tempo o Município terá, e o senhor Presidente será responsabilizado pelo sucesso ou insucesso desta decisão. De alguma forma, a seu tempo, provavelmente dentro de um ano, teremos resultados preliminares desta solução, quer quanto ao impacto financeiro, quer quanto ao sucesso desta medida, em ter divisões que, de alguma forma, irão sobrepor funções. Mas, como admiti na primeira intervenção, e reforço agora, é uma decisão do Município e só a ele será imputada a responsabilidade do sucesso ou do insucesso. O que nós desejamos é que este modelo não tenha grandes impactos financeiros adicionais, e que tenha sucesso, porque o mesmo será o sucesso do nosso Concelho, num período tão difícil como aquele em que se prevê, em que o FMI indica uma previsível redução no PIB coletivo, entre 7,5% a 9%. Os membros da Assembleia ainda têm presente, o tempo em que nós vivemos, de austeridade, representado um esforço no PIB, na ordem dos 4%. E foi o que foi, e as famílias sofreram como sofreram. Portanto, daí essa referência. Toda a atenção dos decisores Municipais deve ser dirigida para a economia, para a saúde e apoio social”.

Maria José Gomes Teles Grilo, pela CDU.

“Tenho um pedido de esclarecimento, que é na alteração deste modelo orgânico do Município. O próprio Executivo, teve em conta, com certeza, muitas coisas, nomeadamente o acordo com as orientações e o modelo que a empresa requisitada apresentou. Mas eu insisto nesta pergunta e gostaria de saber. Se isto diz respeito efetivamente a toda a gente, que é abarcada pelo exercício do Executivo socialista, também diz bastante respeito aos funcionários da Câmara e, por isso, eu gostaria de saber se os funcionários foram ouvidos, fosse de que maneira fosse. Portanto, os dirigentes de divisão que, por sua vez, deveriam ouvir as outras pessoas, é só esta a pergunta. Gostava de uma resposta direta, porque eu também sou sempre direta. Muito obrigada”.

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas.

“Porventura, problemas de comunicação, levaram a não perceber. Já respondi diretamente a essa questão, já respondi antes, mas reitero aqui a minha resposta. Eu disse: primeiro, que essa é uma competência exclusivamente da gestão; segundo, que não há obrigação legal de consultar os funcionários. E, portanto, não faz absolutamente nenhum sentido, na perspetiva que eu vejo da gestão, apresentar um modelo para discussão, entre os funcionários, pois estamos a falar de uma estrutura orgânica e, portanto, não foi feita essa consulta, nem devia ter sido feita, nem nunca foi feita neste Município e, portanto, é esta a visão. Esta é a visão que está aqui expressa e, naturalmente, traduz a visão do Presidente da Câmara, como é óbvio. E, portanto, assumo naturalmente todas as consequências desta decisão que aqui está expressa dizendo, claramente: Primeiro, nem os trabalhadores, nem os dirigentes têm que ser ouvidos; segundo, entendemos nós que não era fundamental, para tomar esta decisão. Por isso, é que esperamos dois anos e meio, para conhecer exatamente aquilo que são as insuficiências, as limitações e, também, os desempenhos.

Dizer só, por último, porque me esqueci há pouco de responder, nós no que diz respeito aos Gabinetes, reduzimos 3, eram 10 e passaram para 7.

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

“Por considerar que o assunto em apreço é mais da responsabilidade da Câmara, à qual serão imputadas responsabilidades sobre o bom ou mau funcionamento dos serviços da Autarquia, após a aprovação deste modelo organizativo, o CDS irá abster-se neste ponto.” -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quarenta e nove votos a favor e dezasseis abstenções. -----

PONTO 8 - REGULAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E DO PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 25/GAP/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“Boa tarde a todos, reiterando os cumprimentos naturalmente ao senhor Presidente da Mesa e a todos os presentes dizendo que este assunto está intimamente ligado com o anterior porque, relativamente àquilo que são as Unidades Orgânicas de 3º grau. A lei que disciplina o recrutamento para os cargos de dirigentes não contempla efetivamente regras específicas relativamente ao recrutamento. É, por isso, que está aqui um documento que basicamente é para disciplinar, para identificar a forma como o procedimento se desenvolverá. E, portanto, é um regulamento muito simples à semelhança dos que existem em muitos outros Municípios e que, de alguma forma, está naturalmente informado por aquilo que são as próprias regras relativas à Lei do recrutamento dos dirigentes, quer de 1º, quer de 2º grau”. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. -----

“Vou ser muito breve, pois de alguma maneira o assunto prende-se com o ponto anterior. Trata-se da responsabilidade de definição do modelo. Quanto ao ponto de extinção do regulamento, consideramos tratar-se de um assunto administrativo, mantendo confiança nos procedimentos e, nesse sentido, iremos votar a favor deste ponto”. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com sessenta e dois votos a favor e três abstenções. -----

PONTO 9 – ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO. PROPOSTA Nº 26/GAP/2020; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“Efetivamente aqui está mais um assunto que decorre também da decisão de alteração da estrutura orgânica. Como é conhecido os dirigentes, durante muito tempo, tinham automaticamente direito a despesas de representação. Depois com a alteração das respetivas Leis de enquadramento, penso que foi a Lei 49 de 2012, as decisões relativamente à concessão do abono destas despesas de representação, depende da decisão do órgão deliberativo. No entanto, foi desde sempre que os dirigentes do Município de Chaves receberam este suplemento remuneratório. Dizer que, com a alteração atual da estrutura orgânica, naturalmente, caindo algumas das comissões, também cai a decisão relativamente às despesas de representação. E, neste contexto, o que se pretende é manter a situação que sempre existiu no Município. Por isso, o que aqui se propõe é que os dirigentes de 1º e 2º graus, e como já vimos no caso Município de Chaves, teremos apenas dirigentes de 2º grau, que são os tais chefes de Divisão, mantenham o direito às despesas de representação, direito este que não é aplicável aos dirigentes de 3º grau. O que aqui se propõe é manter a situação e, portanto, aprovar uma proposta de autorização das despesas de representação, para parte dos dirigentes, neste caso concreto, chefes de Divisão, correspondente a 194,79 €, valor ílquido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----
“Reafirmando o que disse no ponto anterior, em que consideramos tratar-se de um procedimento administrativo, nesse sentido votamos a favor desta proposta”. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e um votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 10 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TÈRMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 28/GAP/2020;
O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----
“Vou ser muito comedido. Dizer que o contrato programa que aqui se apresenta, é em muitos aspetos similar aos que têm sido apresentados nos últimos anos, apenas com a particularidade de ser para o ano de 2020. Os recursos financeiros alocados a este contrato programa dizem apenas respeito a despesas correntes e, no essencial, visam garantir que esta associação, Vidagustermas, possa desenvolver a sua atividade, que se concentre sobretudo naquilo que são as atividades relacionadas com o posto de Turismo de Vidago, como também na loja de produtos locais, que permite naturalmente dar visibilidade àquilo que são os produtos mais específicos da região de Vidago e, também, da Ribeira de Oura, do vinho e de outros produtos locais. Mas também permitir que efetivamente se garanta o funcionamento e a dinamização da Casa Museu João Vieira. Portanto, são estas fundamentalmente as motivações subjacentes a este contrato-programa, que trazemos naturalmente aqui à Assembleia Municipal para que o possa acolher e possa votar no sentido da sua aprovação. -----

Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos -
Rui Manuel Branco Rodrigues. -----

“Boa tarde a todos. Este protocolo que vem hoje aqui a esta Assembleia é no seguimento do que o senhor Presidente já mencionou, do que tem acontecido nos anos anteriores. A Vidagustermas, tem tido um papel muito importante na dinamização turística e, também, de promoção dos produtos aqui da nossa região da Ribeira de Oura. É certo que ao longo destes últimos 3 anos houve um crescimento do número de visitantes em turismo, nós terminámos o ano de 2017 com cerca de 876 visitantes, o ano de 2018 com 2022 e o ano de 2019 com 2.700. É certo que este ano ia ser um ano fundamental para o turismo de Vidago, não só pelo crescimento que se estava a notar no primeiro trimestre até surgir esta questão da pandemia, mas a procura e os compromissos já assumidos para o futuro iam representar, com certeza, um crescimento da procura turística não só a nível do cliente individual, mas também se estava a sentir uma procura do cliente empresa. É certo que com esta nova situação e de tudo aquilo que está a acontecer, surgem os cancelamentos e a marcação para datas futuras. Esta situação pode pôr em causa muita coisa daquilo que tinha sido o esforço e a dedicação dos últimos tempos, não só em Vidago, mas também para o Concelho, e acreditem que não vai ser fácil para o turismo reverter esta situação. Porque o que preocupa não são estes dois meses, mas sim tudo daquilo que vem a seguir, já há cancelamentos para junho, para julho, para agosto, para setembro e para outubro. Cancelamentos de golfe, de estrangeiros e das empresas, enfim, isto é muito preocupante. O turismo de Portugal já está a trabalhar com as associações hoteleiras, num selo que possa garantir ao cliente confiança, mas o certo é que nesta fase inicial o selo não será suficiente porque as pessoas irão ter algum receio e, nunca podemos esquecer que, também, a nossa zona estava com grande crescimento a nível do mercado estrangeiro. É certo que o objetivo da Vidagustermas vai ser o foco na dinamização do posto de turismo e da loja de produtos regionais, mas também, da Casa Museu que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

inaugurada no final do mês de outubro do ano passado. E, com certeza, que representa mais uma oferta cultural para o Concelho, pois nos dois meses de atividade tivemos cerca de 400 visitantes, que já foi um bom princípio, pensando nós que foi aberta numa época baixa, portanto, acho que estamos no bom caminho. Vai-se manter a questão das exposições temporárias e esperamos que no futuro todos nós consigamos trabalhar em conjunto para conseguir ultrapassar este momento difícil. Outro aspeto que queria referir que é importante, também, para a Vila e para o Concelho tem a ver com o Trilho 1 de Vidago que representa mais uma oferta para aquelas pessoas que nos podem visitar que é dentro da União de Freguesias de Vidago e, também o início das obras da ciclovia de Vidago para Chaves, que irá permitir uma ligação entre a Vila Termal e a sede de Concelho e dará uma dinâmica diferente para os turistas que procuram muito essa oferta na nossa região. Um aspeto que também se nota e que estava com uma grande dinâmica é a questão da Nacional 2, em que o posto de turismo, também, tem disponível o carimbo para os passaportes. Era isto que eu queria mencionar. Para terminar só queria dizer que eu não posso votar esta proposta, porque sou Presidente da Direção e como tal não o posso fazer. Obrigado”. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

“É para subscrever, na íntegra e na totalidade, a intervenção do companheiro Rui Branco. Louvar o trabalho cívico e económico em prol da comunidade desta Associação e, nesse sentido, o voto do PPD/PSD, é obviamente favorável como não podia deixar de ser”. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Tinha intenção de não intervir, mas vou fazê-lo porque, enfim, aquilo que foi a expressão do senhor Presidente da Junta, mas também, Presidente da direção da Vidagustermas, diz exatamente o que eu disse, relativamente à prestação de contas, que de facto o Concelho e todas as Freguesias que o integram, estavam de facto a ter uma preponderância muito significativa, em termos de turismo. De facto, sentia-se, intuía-se, era quase palpável que essa dinâmica turística e, contrariamente às avaliações que foram feitas em sede de prestação de contas por parte de algumas pessoas, o que se percebia era claramente que em termos de restauração, de hotelaria e de respostas no domínio do turismo, elas eram pujantes e estavam em crescimento. Não sabemos, exatamente, o que vai acontecer a seguir, pois existem muitas dúvidas e receios da forma como o mercado e o público se vão comportar, e se reganhe novamente a confiança, essa é a grande dificuldade mas dizer que, relativamente à questão da Vidagustermas, o que nos parece importante é que é um *player* importante no turismo, sobretudo para a dinamização de forma colaborativa com outras estruturas de turismo, mas particularmente com uma incidência muito focada em Vidago e na região da Ribeira de Oura. Dizer que é no reconhecimento deste trabalho que há um incremento, enfim, e eu reitero aqui, mais uma vez, o facto de nós não conseguimos aumentar as dotações para todos, isso é impossível, porque naturalmente seria insustentável e levar-nos-ia para caminhos que não queremos percorrer e que já foram percorridos no passado. Mas, ainda assim, dar aqui uma nota positiva de que efetivamente é importante e se calhar agora mais do que nunca, focarmos outra vez em como se fazer tudo de novo, se for necessário, no sentido de reforçar o nosso turismo, porque nós temos paisagens, nós temos as estruturas hoteleiras, nós temos enfim serviços, nós temos a restauração, nós temos um conjunto de ofertas, que são absolutamente excecionais. Relativamente a Vidago o que está pensado é efetivamente isso, e será discutido depois em 2021, que é permitir que haja estruturas e recursos diferenciados. A Ecovia, os circuitos, o termalismo que podem também, de forma agregada e de forma conjunta acrescentar valor e atratividade e, portanto, despertar o interesse a novos turistas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Esperemos que o futuro seja um bocadinho melhor do que aquilo que são as nuvens negras que pairam sobre todos nós. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues, não participou na votação da proposta tendo antecipadamente, saído da reunião. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com sessenta e um votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2020/APROVAÇÃO DE MINUTA. PROPOSTA Nº 21/GAP/2020; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 - ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DUMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A GESTÃO DA EFICIÊNCIA HÍDRICA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE CHAVES – ZONA ABASTECIDA EM ALTA. INFORMAÇÃO Nº106/DAR/2020; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 13 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP DOS MUNICÍPIOS DE CHAVES, VILA POUCA DE AGUIAR, BOTICAS, RIBEIRA DE PENA, MONTALEGRE, VALPAÇOS E AMAT. APROVAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2020; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 14 - CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS, COM CARÁCTER NÃO SEDENTÁRIO, COM ÁREA DE ESPLANADA, E COM SERVIÇO DE ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO, NA CIDADE DE CHAVES, JUNTO À ALAMEDA DO TABULADO (CALDAS), FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CHAVES. PROPOSTA N.º 20/GAP/2020; -----

Após intervenção do senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, a proposta foi retirada, por se tratar de matéria, cuja competência de decisão cabe ao Executivo municipal. -----

PONTO 15 - ANÁLISE DO 3º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “SOLAR THERMAL INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO PIM – REQUERENTE: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. – MORADA: EDIF. PRAÇA DO BRASIL, L.J. 4 E 11, 5400-123 CHAVES - INFORMAÇÃO Nº018/DSC/2020, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 06.02.2020; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 2– 30/04/2020

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE SINAL DE SENTIDO ÚNICO NA ENTRADA NORTE DO LARGO DA EIRA E UM SINAL DE SENTIDO PROIBIDO NO LADO SUL – PROCESSO N.º 92/20 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 31.03.2020; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 17 - COLOCAÇÃO/REFORÇO DE SINALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 174/19 – ENTRONCAMENTO DA EM 311 COM A EM 547, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 27.03.2020. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. -----

Cumpridos todos os pontos da Ordem de Trabalhos para esta Sessão, o senhor **Presidente em exercício da Assembleia Municipal**, propôs à votação a ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade. Por último, agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos, e deu por encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi, e também assino. -----

O Presidente:

O 1º Secretário

O 2º Secretário

A funcionária